

**SOLANGE MONTEIRO AMADOR**

**PORTUGAL E AS MIGRAÇÕES:**

**UM ESTUDO INTRODUTÓRIO REALIZADO COM  
IMIGRANTES BRASILEIROS NO DISTRITO DE  
LISBOA**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**São Paulo - 2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**SOLANGE MONTEIRO AMADOR**

**PORTUGAL E AS MIGRAÇÕES:  
UM ESTUDO INTRODUTÓRIO REALIZADO COM  
IMIGRANTES BRASILEIROS NO DISTRITO DE  
LISBOA**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social a Comissão Julgadora da Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Carmelita Yasbek.

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
São Paulo - 2006**

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

---

## AGRADECIMENTOS

Esta é uma das últimas páginas a ser redigida e não é à toa. Felizmente durante todo o percurso há sempre alguém que nos auxilia para que a materialidade deste objeto se concretize da maneira mais ampla possível, a partir da compreensão da totalidade da vida real. E, por isso aceitamos prazenteiramente todas as contribuições. Difícil é agradecer nomeadamente à todas as pessoas que com tanto carinho contribuíram com este produto final, sem os quais certamente este trabalho teria outro “destino”. É válido lembrarmos e fazermos alguns agradecimentos especiais a:

- A Maria Carmelita Yazbek, ao CNPq, aos imigrantes brasileiros que nos concederam as primorosas entrevistas e à minha família - quarteto diretamente responsável pela realização desta dissertação;
- Maria Lúcia Martinelli e Myrian Veras Baptista, que participaram do nosso exame de qualificação, enriquecendo sobremaneira esta dissertação com importantes contribuições;
- José Rebelo Santos que mais que um co-orientador, foi um amigo leal com o qual compartilhei, além do famoso café da Nicola, no Rossio, muitos momentos *onlines*, momentos esses de trocas, reflexões e crescimento;
- Evaldo Amaro Vieira que contribuiu com indicações bibliográficas notáveis e imprescindíveis para a realização deste trabalho, as quais esperamos ter conseguido aproveitar de maneira adequada e satisfatória;
- Sandra Heráclia pela sua grande amizade e força durante este processo, tendencialmente solitário, de elaboração da dissertação;
- Maria Helena Cariaga pelo seu carinho e apoio;
- Omar Ferrari pelo seu companheirismo, força e paciência;
- Carlos Paiva Cardoso, Pedro Miguel Silva Oliveira e Nuno Duarte pela amizade e contribuição durante toda esta caminhada.

## RESUMO

As migrações compõem a história de Portugal desde sua origem até a atualidade, desempenhando uma importância sócio-econômica e cultural particular consoante cada momento histórico.

Esta pesquisa é de natureza teórico-empírica fundamentada na historiografia portuguesa e na sociologia, visando compreender a imigração em Portugal e sua vinculação histórica com esse país desde sua constituição até a atualidade, o que exigiu uma vasta leitura bibliográfica de alguns autores clássicos no campo da História e da Sociologia – Ianni, Faoro, Gama Barros, Herculano, Oliveira Marques, Oliveira Martins, Saraiva, Serrão, Rocha-Trindade, Pereira, Machado, Malheiros, Pires, Baganha, entre outros. Além disso, foram realizadas entrevistas *in lócus* com brasileiros residentes do Distrito de Lisboa, que se configuram imigrantes em Portugal, a fim de compreender a imigração contemporânea contada a partir dos próprios sujeitos.

Este trabalho trata, especialmente da imigração contemporânea no Distrito de Lisboa na perspectiva dos imigrantes brasileiros. Imigração essa marcada pela globalização mundial do capital com sua orientação neoliberal a partir da qual a polarização do mundo dá-se com o enriquecimento das nações mais ricas e o empobrecimento das nações mais pobres e o trabalho ganha uma nova divisão internacional graças à reengenharia do processo de produção que culminou no desemprego estrutural, com um exército industrial de reserva de mobilidade transnacional e altamente rentável para o país receptor e para o emissor.

**Palavras-chave:** imigração; globalização; trabalho; integração; segregação.

## ABSTRACT

The migrations are part of Portuguese history since its origin until the present time, playing a partner-economic and cultural importance particular consonant each historical moment.

This research is of nature theoretician-empiricist based on the Portuguese historiography and sociology, aiming at to understand immigration in Portugal and its historical entailing with this country since its constitution until the present time, what it demanded a vast bibliographical reading of some classic authors in the field of History and Sociology – Ianni, Faoro, Gama Barros, Herculano, Oliveira Marques, Oliveira Martins, Saraiva, Serrão, Rocha-Trindade, Pereira, Machado, Malheiros, Pires, Baganha, among others. Moreover, locus with resident Brazilians of the District of Lisbon had been carried through interviews in, who if configure immigrants in Portugal, in order to understand immigration contemporary in this counted metropolis from the proper citizens. This work treats, especially of immigration contemporary in the Portuguese metropolis in the perspective of the Brazilian immigrants. Immigration this marked by the world-wide globalization of the capital with its neoliberal orientation from which the polarization of the world it is given with the enrichment of the nations richest and the impoverishment of the nations poor and the work it gains a new division international thanks to it would reengineer of the production process that culminated in the structural unemployment, with an industrial army of reserve of transnational and highly income-producing mobility for the receiving country and the sender.

**Keywords:** immigration; globalization; work; integration; segregation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	08
<b>CAPÍTULO I – PORTUGAL MIGRANTE</b> .....	16
1.1. – Reminiscências... ..	16
1.2. – Migrações contemporâneas em Portugal: a virada dos fluxos.....	37
<b>CAPÍTULO II – IMIGRANTES BRASILEIROS EM LISBOA</b> .....	55
2.1. – A imigração na “era da globalização”.....	55
2.2. – Lisboa, uma escolha em Portugal.....	67
2.3. – A solidão do imigrante.....	70
2.4. – Nas dificuldades: a (des)inserção.....	73
2.5. – Ilusão de curta duração.....	82
2.6. – O impacto da imigração.....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	91
<b>ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	95
<b>ANEXO II – MIGRANTES, EMIGRANTES E IMIGRANTES: BRASILEIROS EM LISBOA (PORTUGAL)</b> .....	96
<b>ANEXO III – MUITO BOA</b> .....	110
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	111



## INTRODUÇÃO

As migrações exercem sempre uma importância econômica, social, política e cultural consoante cada época histórica, pois *surgem e se desenvolvem no jogo das forças sociais conforme se desenrolam em escala local, nacional, regional e mundial* (Cf. Ianni, 1997, p. 191). [grifo nosso]. No que concerne a Portugal a migração é um fenômeno intrínseco à sua história desde sua origem até o tempo presente. O atual território português foi marcado, desde tempos remotos, por diversos fluxos migratórios que, com diferentes intensidades, verificaram-se ao longo dos séculos. Por esse território passaram diversos povos que travaram inúmeras guerras entre si, do seio das quais deu-se a formação e a independência da nação portuguesa - sob a liderança de um imigrante – D. Henrique – e de seu descendente, respectivamente.

Portugal é, comumente, associado a um país de emigração, sendo esta considerada uma constante estrutural dessa sociedade desde a expansão marítimo-comercial iniciada no século XV, em direção às colônias portuguesas, até a segunda metade do século XX, com a formação de novos fluxos nos quais o Canadá e os EUA ganharam grande importância, e outros países mais desenvolvidos da Europa, sendo este fluxo “intra-europeu” considerado por muitos uma “anomalia” (Cf. Serrão, s.d., p. 43).

A imigração, por seu turno, é tão antiga nesse país quanto a emigração, embora fossem diferenciadas as densidades demográficas e as implicações econômicas, sociais, políticas e culturais entre os dois movimentos e nos diversos períodos históricos: houve, a título de exemplo, a imigração forçada com o intuito de contribuir com o povoamento e com o mercado de trabalho de escravos africanos (Cf. Pereira, 2002, p. 107); a presença de mercadores estrangeiros que se estabeleciam em Portugal, bem como os estrangeiros requisitados para o desenvolvimento arquitetônico e militar do país, dentre outros (Cf. Faoro, 2001, p. 82).

Atualmente, ainda conservando essa característica de emigrante, Portugal ganhou estatuto de país de imigração graças ao recente e crescente número de imigrantes que vem se estabelecendo no país desde o fim da ditadura militar em 25 de Abril de 1974 quando algumas colônias africanas tornaram-se países independentes e emissores de fluxos migratórios para Portugal, para além dos portugueses que, nesse período, retornaram para o país de origem. É fundamental ressaltar que a entrada de imigrantes em Portugal tem como pano de fundo os acontecimentos políticos, econômicos e sociais ocorridos no cenário mundial, afinal a década de 1970 foi marcada por crises e pela implantação da política neoliberal com a denominada “era da globalização”, que traz dois novos fluxos de imigrantes para Portugal: importação de profissionais qualificados, sobretudo europeus de países desenvolvidos e trabalhadores para suprirem as carências existentes em funções precárias e pouco prestigiadas como a construção civil e o serviço doméstico, sendo a maioria proveniente de antigas colônias como o Brasil (Cf. Malheiros, 1996, p. 09). A queda do Muro de Berlim, por sua vez, também foi responsável pela formação de um novo contingente de imigrantes. Se em 1975 Portugal contou com 31.983 imigrantes, em 2004 esse número subiu para 265.361, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Peixoto (2004) considera que o tema das migrações foi tratado de forma marginal pelos autores clássicos das principais ciências sociais apesar da sua importância no tocante ao continente europeu no século XIX e início do XX com as migrações internas dos campos para as cidades e com os movimentos transoceânicos de povoamento dos novos continentes e mesmo no decorrer do século XX, ou seja, o tema foi ignorado justamente no momento histórico em que se constituíram e consolidaram os fluxos migratórios. E ressalta que sua importância inicial foi dada pelo geógrafo e cartógrafo inglês Ravenstein, no final do século XIX, considerando que a importância dada as migrações pela geografia deve-se à estreita ligação do tema com o espaço. O pioneiro teve diversos “seguidores”. Conclui, o autor, que atualmente são múltiplas as referências teóricas que explicam a natureza do processo migratório, tanto no que tange as ideologias, quanto às áreas disciplinares e mesmo no seio de cada uma dessas disciplinas, existindo, inclusive em Portugal a Sociologia das

Migrações. Não será mérito deste trabalho discorrer, como comumente tem sido de praxe nas referências teóricas por nós utilizadas, a respeito das diferentes teorias que explicam o fenômeno migratório. Sugerimos, para tanto, o próprio Peixoto (2004) e Rocha-Trindade (1995).

*Este estudo buscou, assim, entender a importância das migrações na história de Portugal, bem como suas implicações econômicas, políticas, culturais e sociais em cada momento, enfatizando as migrações contemporâneas, debruçando-nos, mais particularmente, nos imigrantes brasileiros no Distrito de Lisboa, Portugal. [grifo nosso].*

Enquanto em Portugal vem crescendo o número de imigrantes, no Brasil, inversamente, vem crescendo o número de emigrantes. O Brasil também foi marcado por movimentos migratórios desde seu descobrimento, tendo sempre como pano de fundo os interesses econômicos e políticos das elites dominantes: foi assim, outrora, com os índios que foram obrigados a deixar o litoral e migrar para o interior; com os africanos obrigados a serem escravos no Brasil; com os europeus que inicialmente vieram para o Brasil substituir a mão-de-obra escrava; com os nordestinos, mais recentemente, que sem perspectivas de vida melhor no nordeste viram-se obrigados a migrar para o sul e sudeste para atender aos interesses da indústria; e, atualmente, na “era da globalização” em âmbito mundial, no qual centenas de milhares de brasileiros deixam o país dos quais 28.956 residiam em Portugal em 2004, representando 10,9% da população estrangeira com estatuto legal de residência nesse país. Desse universo, 41,2%, ou seja, 11.934 brasileiros residem no Distrito de Lisboa, estando os demais distribuídos entre 19 regiões (entre distritos e regiões autônomas), de acordo com o INE. Mais uma vez converge na história a relação de Portugal com o Brasil.

A opção pelo estudo da imigração brasileira em Portugal deve-se, para além de sermos brasileiros e termos-nos também configurado imigrantes no Distrito de Lisboa, à estreita relação entre os dois países. O Brasil fez parte do Império Colonial Português com papel de destaque, sendo a principal receita da metrópole portuguesa em momentos de crise, por exemplo, e, diferentemente de países como os PALOP's (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) não tem seu processo migratório vinculado a sua

descolonização, independência, que data de 1822, e sim a globalização, pois somente a partir de 1980, quase 160 anos depois, apresentou índices crescentes de emigração em direção a Portugal, inserindo os imigrantes brasileiros nas chamadas “contra-correntes” - oriundas de países que constituíam destinos tradicionais da emigração portuguesa (Cf. Malheiros, 1996, p. 10).

Para compreender as migrações contemporâneas tendo Portugal como lócus de estudo, e os brasileiros como porta-vozes, utilizamo-nos do levantamento de depoimentos, na tentativa de entender por que emigraram, por que escolheram Portugal como destino, bem como suas condições de vida, da maneira como estas são percebidas, vividas e contadas pelo próprio imigrante. Com este intuito, optamos pela metodologia qualitativa de pesquisa, pois nela “... a realidade do sujeito é conhecida a partir do significados que por ele lhe são atribuídos. Esse é fundamentalmente o motivo pelo qual se privilegia a narrativa oral.” (Martinelli, 1999, p. 23).

Nossa pesquisa empírica foi realizada com uma pequena amostra selecionada intencionalmente de forma a abranger imigrantes naturais do Brasil. A amostra foi não probabilística e intencional, não constituindo uma aproximação quantitativa do universo de análise. Foram entrevistados 8 (oito) imigrantes, pois a metodologia qualitativa trabalha com a concepção de “sujeito coletivo”, o que significa

(...) que aquela pessoa que está sendo convidada para participar da pesquisa tem uma referência grupal, expressando de forma típica o conjunto de vivências de seu grupo. O importante, nesse contexto, *não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa.* A riqueza que isso traz para o pesquisador é muito importante, permitindo-lhe aprofundar efetivamente, na relação sujeito-sujeito, o seu objeto de análise. (Martinelli, 1999, p. 24). [grifos da autora].

Houve a preocupação de tentar obter depoimentos de um grupo heterogêneo quanto a: sexo, faixa etária, tempo de imigração, situação familiar,

nível de instrução, maneira de sobrevivência e situação jurídica em que se encontra. Em comum, para além da condição de imigrantes, era necessário residir no Distrito de Lisboa. Foi com base nestas entrevistas que caracterizamos a imigração brasileira no Distrito de Lisboa a partir de uma análise de conteúdo das mesmas.

O quadro que se segue dá um panorama dos imigrantes brasileiros residentes no Distrito de Lisboa que foram entrevistados. Os nomes por nós utilizados foram atribuídos aleatoriamente a fim de zelar pelos entrevistados, levando em consideração, por exemplo, a condição de ilegalidade no país, bem como salvaguardar sua privacidade.

### Quadro sinótico dos imigrantes brasileiros entrevistados

NOME	RAÇA	IDADE	TEMPO DE IMIGRAÇÃO	SITUAÇÃO FAMILIAR	NÍVEL DE INSTRUÇÃO	ATIVIDADE PROFISSIONAL	SITUAÇÃO JURÍDICA EM QUE SE ENCONTRA	MOTIVO DA EMIGRAÇÃO
Ana	branca	31	6 meses	No Brasil	Ginásio Incompleto	Restaurante	Ilegal	Razões de ordem econômica
Caio	negro	38	1, 8 anos	No Brasil	Superior Incompleto	Construção civil	Ilegal	Violência e razões de ordem econômica
Carla	negra	39	3 anos	Fam. No Brasil	Pós-graduanda	Não exerce, Recebe ajuda financeira	Visto de estudo	Motivo circunstancial (trab. Estudo)
Daniela	branca	48	12 anos	Em Portugal	Sup. Inc.	Restaurante e hotel	Nacionalidade	Violência e razões de ordem econômica
Gustavo	branco	24	4 anos	No Brasil e em Portugal	Sup. Inc.	Banco	Visto de trabalho	Motivo circunstancial (Estudo)
Lucas	branco	29	2, 5 anos	No Brasil	Gin. Incomp.	Construção civil	Visto de trabalho	Razões de ordem econômica
Pedro	branco	36	3,6 anos	No Brasil e em Portugal	Pós-graduado (nível mestrado)	Hospital e clínica particular	Nacionalidade	Incentivo da mãe; razões de ordem econômica e status social.
Priscila	mulata	48	1, 2 anos	No Brasil	Sup. Inc.	Restaurante e hotel	Visto de trabalho	Razões de ordem econômica

Para a realização das entrevistas construiu-se um roteiro (Anexo I) a fim de alcançar os objetivos da pesquisa. Os dados foram coletados com a utilização de um gravador e de um diário de campo. O tempo de duração de cada entrevista variou bastante, uma vez que cada pessoa tem uma maneira própria de prestar o depoimento e levamos em consideração a subjetividade de cada um. O término da entrevista dava-se quando chegávamos ao “ponto de saturação”, ou seja, quando identificávamos que havíamos recolhido o conjunto de informações possíveis de obtenção em relação ao tema (Cf. Martinelli, 1999, p. 24). “O resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador.” (Portelli, 1997, p. 36). A transcrição das entrevistas também foi por nós realizada, o que nos permitiu identificar alguns pontos importantes por rememorarmos as expressões dos entrevistados, alteração da voz, etc. De maneira concisa, tentamos estabelecer um retrato da situação vivida e apresentada por cada um dos imigrantes entrevistados, a fim de proporcionar uma visão panorâmica (Anexo II), ao invés de colocarmos as transcrições na íntegra (Cf. Portelli, 1997, p. 26-29).

A abordagem dos entrevistados deu-se de diferentes maneiras: alguns faziam parte do convívio da entrevistadora, outros foram abordados na Casa do Brasil de Lisboa, no Consulado do Brasil e até mesmo em locais de trabalho. Todos foram entrevistados no Distrito de Lisboa.

O fato da entrevistadora também ser brasileira gerou grande identificação por parte do entrevistado e constituiu-se um “facilitador” da entrevista colocando-o mais à vontade para relatar sua experiência (Cf. Portelli, 1997, p. 35). Quando havia uma situação interessante para a pesquisa foram informados sobre a mesma e convidados a dar uma entrevista. Sentiram-se “lisonjeados” por serem convidados a darem entrevista e contarem sua vida, suas experiências como imigrantes. As entrevistas foram realizadas entre setembro e dezembro de 2004 em diversos locais e horários, conforme a disponibilidade e a sugestão do imigrante: em cafés, restaurantes, shoppings, parques, na Casa do Brasil de Lisboa e até mesmo em suas casas - o importante é que se sentissem à vontade, num ambiente propício para relatar suas experiências de vida.

Assim ao passo que a pesquisa foi atingindo seu objetivo de ouvir e conhecer a história do imigrante narrada por ele próprio permitia que o mesmo recapitulasse sua própria trajetória desde sua partida do Brasil até o ato da entrevista. É evidente que as histórias não são narradas cronologicamente, mas também é certo que são reveladas com grande emoção chegando, por vezes, a risos e lágrimas.

Estudar a história é primeiramente tentar *compreender* as ações dos homens, os móveis que os moveram, os fins que perseguiram, a sua significação que *para eles* tinham seus comportamentos e suas ações.

(...) a estrutura real dos fatos históricos comporta todavia, além de sua significação consciente no pensamento e nas intenções dos agentes, uma significação objetiva que difere da primeira freqüentemente numa forma notável." (Goldmann, 1978, p. 25). [grifos do autor].

Entendidas as migrações sob esta perspectiva sócio-histórica seguimos a pista metodológica apontada por Goldmann de que *todo fato social é um fato histórico, sendo necessário ao pesquisador destacar os fatores de transformação e de renovação da sociedade em questão*, fatores estes que, muitas vezes, se acumulam ao longo dos anos sem que sejam facilmente constatáveis as suas expressões, *fazendo-se imprescindível, para tanto, uma análise de conjunto e a abrangência de um longo período histórico*. (Cf., 1978, p. 38). [grifos nossos].

Deste modo, considerando as determinações históricas como importantes na compreensão do processo migratório, entendemos ser relevante situar, ainda que rapidamente, os principais aspectos que constituem a formação e o desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade portuguesa.

Nesta perspectiva, o primeiro capítulo objetiva tecer um breve esboço sócio-histórico de Portugal uma vez que este país se configura o cenário do nosso tema de estudo. Ao mesmo tempo, buscamos estabelecer a relação do desenvolvimento do país com o processo migratório: ora do campo para as

idades portuguesas (movimentos migratórios internos), ora com fluxos de saída (emigração), ora com fluxos de entrada (imigração), ora com a concomitância de ambos os fluxos. É importante enfatizar que, configurando-se um esboço será, já por sua natureza, repleto de lacunas, dentre outros motivos, em função dos oito séculos de história da sociedade portuguesa, pois as proporções e o objetivo deste trabalho não nos permite narrar todos os pormenores que são próprios da mesma.

Para nos iluminar e conduzir nesta brevíssima retrospectiva histórica elegemos alguns autores clássicos: Faoro (2001), Gama Barros (s.d.), Herculano (1979), Oliveira Marques (1977), Oliveira Martins (1977), Saraiva (1995) e Serrão (s.d.) dentre outros.

O segundo capítulo versa sobre as migrações contemporâneas em Portugal, com destaque para as imigrações, especialmente a de brasileiros residentes no Distrito de Lisboa, lócus da nossa pesquisa empírica. Este capítulo foi construído com base nas análises das entrevistas concedidas pelos imigrantes brasileiros residentes no Distrito de Lisboa em novembro de 2004.

Este estudo possui, nesta perspectiva, dois planos: um é a consciência dos migrantes acerca do seu processo migratório; o outro, são os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que tornaram as migrações mais ou menos inevitáveis, independentemente das intenções dos imigrantes e da significação que a migração tinha para os mesmos.

E, finalmente e a título de conclusão apresentamos nas considerações finais, como o próprio nome aponta, algumas reflexões acerca da temática por nós estudada.



# CAPÍTULO I

## PORTUGAL MIGRANTE

*“Um português que é só português não é português.”*  
Fernando Pessoa

### 1.1. Reminiscências...

*A história de Portugal tem no seu cerne os movimentos migratórios, pois no atual território português<sup>1</sup> viveram diferentes povos que para lá migraram mesmo antes da era cristã (Cf. Rocha-Trindade, 1995, p. 139 e 197), ocupando regiões restritas e constituindo formações políticas autônomas de caráter descontínuo e efêmero (Cf. Mattoso, 2001, p. 31), compondo uma fragmentação territorial análoga a um “quebra-cabeça” (Cf. Mattoso, 1986, p.14). A associação, no século XI d.C., de dois antigos condados, Portucale e Coimbra, pertencentes à diferentes províncias romanas, a Galécia e a Lusitânia respectivamente, marcou o primeiro passo para a constituição da nacionalidade portuguesa. Essa união culminou na formação do Condado Portucalense, que não caracterizou a independência da nação, e sim a *miscigenação milenar<sup>2</sup> da qual resultou o povo português* (Cf. Saraiva, 1995, p. 21). Assim, a população do Condado não tinha um sentimento de coesão coletiva, nacional porque assim não o era a sua cultura, tradição, situação social e política, ao contrário,*

---

<sup>1</sup> Portugal compreende uma área de 91.906Km<sup>2</sup>, fazendo fronteira a sul e ocidente com o Oceano Atlântico e a norte e a oriente com a Espanha, país com o qual compõe a chamada Península Ibérica, Hispânica ou Ibéria, situada na parte sudoeste da Europa. Península essa que “(...) formou, plasmou e constituiu a sociedade sob o império da guerra.” (Faoro, 2001, p. 17).

<sup>2</sup> Desconhecendo-se a história dos povos mais antigos que habitaram Portugal (iberos, latinos, lusitanos, celtas e moçárabes), a partir do século XV tornou-se uma crença nacional e quase popular, de acordo com Oliveira Martins, que o povo português originou-se dos *Lusitanos*, acreditando-se, ainda, na mistura, dentre outros, com o sangue céltico ou celta que deixou como herança, por exemplo, os nomes próprios de lugares, pessoas e divindades. (Cf.,1977, p. 15-22).

*foi conseqüência do cruzamento de vários povos e submetida ao governo dos godos, árabes e, por fim, ao leonês (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 27). [grifos nossos].*

O Condado foi doado ao emigrante francês, o conde Henrique, de Borgonha, pelo rei de Leão e Castela, Afonso VI, que também lhe proporcionou o casamento com sua filha Teresa em 1096 como recompensa da ajuda deste numa guerra travada contra os Moiros (Cf. Mattoso, 2001, p. 31-32; Barros, s.d., p. 10-11). Após sua morte, seu filho Afonso Henriques<sup>3</sup>, sucedeu-lhe ao trono e foi intitulado em 1128 o primeiro rei da história de Portugal. Sob sua liderança, e após inúmeras batalhas, em 1143, o Condado foi declarado reino independente<sup>4</sup> com o nome de Portugal (Cf. Faoro, 2001, p. 17). *Interessante constatar que a independência de Portugal, a conquista de novas terras para ampliação do território português e a primeira dinastia do reino têm suas raízes num emigrante do qual descenderam reis guerreiros e reconquistadores (Cf. Coelho, 2001, p. 43). [grifo nosso].*

A independência, no entanto, não era vista pelo rei como caminho da formação de uma nova nação peninsular, pois as conquistas territoriais satisfaziam sua ambição e o título de independência, bem como a sua vaidade, afinal os príncipes compunham um estado para si. Nesse momento as guerras<sup>5</sup> justificavam-se porque os príncipes defendiam o que era, ou julgavam ser, propriedade sua, e não em razão da defesa da nação<sup>6</sup>, e foi por esse mesmo

<sup>3</sup> Sobre Afonso Henriques sugerimos Oliveira Martins (1977, p. 74-75).

<sup>4</sup> Após algumas batalhas, “foi o próprio rei de Leão que propôs a paz, tendo-se então combinado um convênio ou armistício, de que resultou o *Tratado de Samora* (1143). Com a protecção do *Cardeal Guido de Vico*, representante do Papa, D. Afonso VII reconhecia por esse tratado o título de rei a D. Afonso Henriques, e o Condado era, por fim, declarado reino independente com o nome de *Portugal*. *Para melhor garantia da independência nacional e firmeza da coroa, D. Afonso Henriques ofereceu ao Papa (Inocência II) uma pensão ou tributo anual de quatro onças de ouro.*” (Barros, s.d., p. 19). O direito canônico era superior a todos os direitos e o Papa era o soberano, rei dos reis, daí ter o cardeal italiano Guido de Vico servido de intermediário nesse tratado que favorecia política e economicamente a Igreja. Sobre o tratado ver Oliveira Martins, 1977, p. 79-81). [grifo nosso].

<sup>5</sup> Sobre as guerras ver Arruda, 2001, p. 12; Mattoso, 2001, p. 34.

<sup>6</sup> A existência das nações é fundamentada num tripé: geografia, raça e necessidades das nações. Destes, a doutrina da nacionalidade é a mais explorada pelos estadistas. A geografia está diretamente relacionada à vontade dos homens, denotando o egoísmo das nações e a ambição dos imperantes, acarretando na delimitação das fronteiras que podem ser nitidamente vistas no mapa. A questão da raça e das necessidades das nações aparecem sempre representadas imediata e eficazmente nas guerras, sejam elas de equilíbrio, comerciais ou estratégicas, que impõem, utilizando-se do sentimento das raças, sanções outrora postas pelas crenças religiosas. Mas as guerras próprias e exclusivamente de raças não existem “(...) e os povos oprimidos por estranhos (...) extinguem-se, ou em revoltas estéreis, ou emigrando. O equilíbrio, o comércio, a estratégia, porém, muitas vezes aproveitam o sentimento de raça, fomentando-o, para dar com ele às guerras a sanção que noutros tempos se achava, de um modo análogo, nas crenças propriamente religiosas.” (Oliveira Martins, 1977, p. 21-22). Os africanos viveram no século XX, a título de exemplo, uma grande emigração em função da opressão e exploração que sofreram

motivo de defender sua “propriedade particular” que objetivaram independência, ademais as guerras eram a “lei” de toda a Europa. Nesta perspectiva, D. Henrique não foi um fundador consciente da independência portuguesa e sim de sua própria independência (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 27). E sendo a independência e a soberania apenas pessoais Portugal estava sujeito a ser tomado pela Espanha, nos reinados dos suseranos de D. Afonso Henriques (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 25-26 e 78).

Apesar da lacuna nos autos da história acerca da participação popular no processo de independência portuguesa (Cf. Saraiva, 1995, p. 50), D. Afonso Henriques consumou a independência da nação, tornando-se rei de fato e de direito, não apenas por méritos próprios como também pelas possibilidades históricas (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 75-84).

A independência acarretou na unificação da Galiza (dividida entre norte e sul<sup>7</sup>), constituindo um Estado tão homogêneo como Navarra e Aragão. E, posteriormente, guerras civis foram travadas auferindo transferir para Lisboa a capital do reino<sup>8</sup>, o que gerou mudança da vida rural para a comercial e marítima, tornando-se, estas últimas, posteriormente, quase exclusivas (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 62-66), graças à política da realeza.

*A migração de mercadores estrangeiros responsáveis pelo transporte marítimo dos produtos comercializados entre o norte e sul da Europa, a partir do século XI<sup>9</sup>, foi de suma importância para integrar Portugal no desenvolvimento comercial europeu, uma vez que os portos portugueses tornaram-se pontos de passagens dos navios italianos - que monopolizavam o sul da Europa e o Mar Mediterrâneo - e dos alemães - que dominavam os produtos europeus no litoral do Mar do Norte e do Mar Báltico. [grifo nosso].*

---

dos portugueses, enquanto o continente africano era adjetivado de Ultramar português, como veremos mais adiante ainda neste capítulo.

<sup>7</sup> Na época que precede a formação da monarquia portuguesa o território português era dividido entre o norte e sul pelo rio Mondego. Para além das diferenças de clima, vegetação e de cultura das populações havia também a diferença da língua, cuja unidade explica-se pelos oito séculos de unidade nacional. Explicação esta que não justifica-se uma vez que a população do sul, menor em quantidade e em coletividade que a do norte, viveu “guerras exterminadoras” e, finalmente, sob o império da monarquia desta, não tendo como não receber a língua de quem venceu a guerra, sendo, ainda assim, possível identificar quem é do norte e quem é do sul embora ambos falem português.

<sup>8</sup> Sobre Lisboa ser considerada a capital portuguesa ver Gama Barros (s.d., V. 3, p. 199-200).

<sup>9</sup> A partir do século XI a Europa viveu grandes transformações com o movimento de Cruzadas - iniciado quando o Mediterrâneo foi liberto da dominação árabe pelos cruzados – no qual os nobres cavaleiros que participaram das cruzadas tiveram acesso ao comércio e artesanato desenvolvidos e ricos do Oriente. A atividade comercial intensificou-se na região do Império Bizantino entre os comerciantes italianos e o Oriente Médio (Índia e China) que enviavam os produtos orientais via terrestre e marítima.

A parada desses mercadores na costa portuguesa foi crucial na história das navegações desse país propiciando a expansão marítimo-comercial. Ainda que devamos considerar o papel fundamental desempenhado pela geografia portuguesa a parada desses mercadores e a própria expansão deveu-se ao Estado de origem patrimonial, articulado em estamento<sup>10</sup>, no qual o príncipe centralizava, dirigia e conduzia todas as operações comerciais tendo o Estado como uma empresa particular (Cf. Faoro, 2001, p. 40-67). Assim, os mercadores estrangeiros, principalmente no decorrer dos séculos XIII e XIV, desenvolveram suas atividades tendo Lisboa<sup>11</sup> como sede porque gozavam de regalias do soberano: as “cartas de segurança” ou “cartas de segurança real”, as quais lhe conferiam a garantia de que suas mercadorias, ouro e prata não seriam tomadas nem penhoradas, bem como não seriam cobrados impostos, nem exercidas represálias sobre as mesmas, ainda que houvesse guerra entre o rei de Portugal e o de sua naturalidade. Essas regalias possibilitavam o escoamento da produção portuguesa e a reciprocidade de outras nações para com o mercado português, e garantiam, sobretudo, que se concentrasse em Portugal “(...) o centro das transações mundiais do comércio, bolsa da Europa, ninho das especulações de toda sorte.” (Faoro, 2001, p. 71). A mercancia não se restringia ao transporte das mercadorias, abarcava também as operações em dinheiro. Dessa forma, as navegações costeiras e, posteriormente, as ultramarinas contavam com a vigilância e a proteção real.

---

<sup>10</sup> Portugal teve um Estado patrimonial estamental, no qual o rei era detentor de toda economia territorial e dono do comércio, os servidores estavam vinculados a uma rede patriarcal, representando a extensão da casa do soberano. “A economia e a administração se conjugam para a conservação da estrutura, velando contra as forças desagregadoras, situadas na propriedade territorial, ansiosas de se emanciparem das idéias tirânicas que lhes impedem a marcha desenvolva.” (Faoro, 2001, p. 38-39). O estamento é um órgão do Estado que governa; configura-se um grupo de membros elevados com base na desigualdade social e zela por vantagens exclusivas sejam elas de cunho material ou espiritual, sendo próprio de sociedades onde o mercado não domina toda a economia, mas exista a estabilidade econômica, como a feudal e a patrimonial, podendo, entretanto, desenvolver-se na sociedade capitalista como o gentleman inglês “(...) em virtude de certa distinção econômica mundial, sobretudo nas nações não integralmente assimiladas ao processo de vanguarda.” (Faoro, 2001, p. 62). A desqualificação estamental é determinada por convenções e não pela ordem legal (Cf. Faoro, 2001, p. 60-65). Sobre a discussão acerca da inexistência do feudalismo em Portugal verificar Gama Barros (s.d., V. 1, p. 165-173).

<sup>11</sup> Desde a conquista de Lisboa, em 1147 (sobre a tomada de Lisboa conferir Oliveira Martins, 1977, p. 85-96), e principalmente a partir de meados do século XIII foram lançadas as bases para o desenvolvimento do mercantilismo. Portugal dispondo de sal, pescado, vinho, azeite, frutas, couro e cortiça iniciou a troca desses produtos por têxteis flamengos e italianos, o ferro da Biscaia, as madeiras do norte, a prata da Europa central e oriental, as especiarias e o açúcar. Além disso, havia nesse país feiras que promoviam o comércio interno, as quais estavam vinculadas a navegação internacional graças às trocas de produtos. *Todo esse comércio estava estreitamente vinculado as concessões régias, em função das quais para importar e exportar o príncipe arrecadava sua parte.* [grifo nosso].

O comércio definiu, portanto, o destino do reino português. Nesta perspectiva, embora a maior parte da população portuguesa vivesse durante a Idade Média da agricultura o traço característico da vida econômica que determinou a sociedade portuguesa foi a atividade comercial e marítima e não a exploração do solo, pois a própria cultura do trigo, por exemplo, foi abandonada porque o produto era adquirido no mercado estrangeiro por melhor preço. A atividade comercial e marítima acarretou na exploração do mar a partir da pesca, salinação e troca de produtos agrícolas e no povoamento da costa, já que *a parada de mercadores estrangeiros nos portos portugueses resultou no crescimento da cidade de Lisboa*, sendo vedado aos estrangeiros negociar fora do porto de Lisboa, o que acarretou no surgimento de uma atividade burguesa mercantil (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 171). A capital do reino foi “(...) o centro de actração para a grande aventura de além-mar e, depois sempre o seu termo foi aumentando em gente e importância.” (Bettencourt, 1961, p. 66). *Seu crescimento foi então incentivado pelo rei uma vez que “Lisboa recebia no seu seio e nacionalizava gentes de toda a parte.”* (Oliveira Martins, 1977, p. 40-67). Esse estímulo de nacionalização de estrangeiros para o crescimento da população em Portugal foi crucial, já que a grande peste que assolou Portugal em meados do século XIV fez perecer cerca de um terço da população, acarretando em conflitos sociais e econômicos (Cf. Faoro, 2001, p. 47-49). [grifo nosso].

*As atividades comerciais e a circulação e permanência de estrangeiros no reino foram, então, desde cedo apoiadas pelos reis, porque representavam uma importante fonte de rendimentos para a Coroa.* [grifo nosso].

Esse cenário revelou o capitalismo mercantil ascendente, que somado ao peso político dos comerciantes foi-lhes conferido por D. Fernando<sup>12</sup>, em 1377, sob a proteção de D. Diniz, a lei de Construção das Naus. Lei que propiciava a isenção dos impostos sobre as matérias-primas e transportes pagos ao rei e a isenção de servir militarmente ao mesmo, salvo em situações

---

<sup>12</sup> D. Fernando foi o responsável pela criação dos seguros marítimos em Lisboa e a fundação da marinha mercante portuguesa (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 130), além de ser considerado o “grande agasalhador de estrangeiros” (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 131). Sobre D. Fernando Cf. Oliveira Martins (1977, p. 129-141). Nesse período “a população e a riqueza tinham crescido de forma notável.” (Oliveira Martins, 1977, p. 130).

especiais. A promulgação desta lei resultou das pressões da burguesia mercantil (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 172).

No final do século XIV, com a morte de D. Fernando, Portugal passou por uma crise de sucessão, pois o rei de Castela, casado com sua filha deveria assumir o trono, ameaçando assim a independência do reino que passaria ao domínio castelhano. Ao contrário da nobreza que buscava apenas o domínio político, a burguesia, almejando associar à riqueza o poder político, foi contra essa solução e liderou uma rebelião com o intuito de levar João, irmão de D. Fernando, também comerciante ao trono<sup>13</sup>. Esse movimento ocorrido em 1385 ficou conhecido como Revolução de Avis<sup>14</sup> e deu início a uma nova dinastia, a de Avis (1385-1580)<sup>15</sup>. O Estado português configurou-se, a partir desse momento, nos moldes modernos, como um órgão burocrático-administrativo centralizador que controlava toda a sociedade, priorizando as atividades econômico-comerciais da burguesia mercantil (Cf. Mazzeo, 1997, p. 43-44). Foi assim que entre os séculos XIV e XV a nobreza e a burguesia dividiram a condução da economia e do poder político, ou seja, a direção da sociedade. Sobre a burguesia, no entanto, ainda estava o rei “proprietário virtual de todo o comércio” (Faoro, 2001, p. 59).

No século XV a produção europeia foi dominada pelas leis de mercado, caracterizando o denominado mercantilismo, pré-capitalismo, ou capitalismo comercial, no qual a atividade mercantil, particularmente em Portugal, desvinculada da indústria e da agricultura, impediu a acumulação de capital no reino, posto que o capital era trocado pelos produtos manufaturados de outras cidades europeias (Faoro, 2001, p. 81-82). *Essa opção político-econômica mercantil explica o fato de 15% da restrita população portuguesa, que rondava a casa de um milhão de habitantes, concentrar-se na orla marítima, das quais a*

---

<sup>13</sup> Sobre a escolha do Mestre de Avis sugerimos uma leitura pormenorizada de Faoro (2001, p. 54-56); Oliveira Martins, 1977, p. 145-152).

<sup>14</sup> O primeiro país a realizar uma revolução burguesa na história foi Portugal em 1383 (Cf. Holanda). De acordo com Faoro, “A sociedade urbana e popular tinha um rei – feito da revolução burguesa, da espada improvisada e dos argumentos dos juristas.” (2001, p. 57).

<sup>15</sup> A precocidade do comércio português possibilitou a valorização social do comerciante e a valorização econômica do comércio. Por isso, no século XIV com a dinastia de Avis, rei e burguesia aliam-se retirando o poder da nobreza: é a emancipação política e econômica do comerciante. Afinal, foi o burguês de Lisboa e Porto o responsável pela revolução de 1383-85. (Cf. Faoro, 2001, p. 77). No entanto, o comerciante viu-se manipulado pela Coroa “...o comerciante, principal colaborador da magna revolução da história portuguesa, recolheu-se aos seus bairros sem prestígio, insultado pelos brios fidalgos da nova dinastia.” (Faoro, 2001, p. 78). A burguesia “...apenas se acomodou ao estado-maior dirigente, que a cerca, tritura e lhe cunha interiormente o estilo de vida.” (Faoro, 2001, p. 78).

*maioria, por volta de 50 mil pessoas, localizava-se em Lisboa durante o século XV, cidade que se configurou a plataforma das expedições ultramarinas. [grifo nosso].*

No bojo dessa realidade política e sócio-econômica deu-se, em 1415, o ataque a Ceuta<sup>16</sup> – importante entreposto comercial da África situado junto ao estreito de Gibraltar -, com o objetivo de apropriar-se do centro do comércio Mediterrâneo. A tomada de Ceuta marcou o início da expansão ultramarina portuguesa (Cf. Bettencourt, 1961, p. 30).

Seguidamente a Ceuta, instaurou-se Sagres, *demarcando a conversão da aventura em empresa marítima, empresa colossal, racionalmente planejada e expandida* (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 168; Faoro, 2001, p. 73) *pele Infante Dom Henrique*<sup>17</sup>. Empresa essa que propunha uma sociedade de lucros com particulares, fossem eles nacionais ou estrangeiros, contanto que se submetessem as condições impostas pela Coroa, colocando, desta maneira, ao alcance de todos as viagens às novas descobertas: África, América e Ásia. Lisboa, por seu turno, concentrando grande número de estrangeiros, seguia o mesmo caminho de vincular o comércio e os banqueiros, sobretudo os italianos, flamengos e alemães aos interesses da realeza. Os venezianos simbolizam essa dinâmica social uma vez que, ao transferirem a sede de suas

---

<sup>16</sup> “Era esta a primeira grande empresa marítima de Portugal; ou antes e melhor, era a primeira vez que as esquadras portuguesas saíam de Lisboa com o fito de alargar o reino para além do mar.” (Oliveira Martins, 1977, p. 176). Sobre Ceuta Cf. Oliveira Martins (1977, p. 175-182).

<sup>17</sup> Comumente atribui-se ao Infante Dom Henrique a responsabilidade, num tom heróico, da expansão marítima com a fundação da Escola Náutica em Sagres onde desenvolveu as grandes técnicas de produção de naus com o estímulo do plantio de madeira própria para a construção – desenvolvia técnicas necessárias para a expansão. Ora é importantíssimo lembrar que o Infante Dom Henrique era filho do maior comerciante e criou uma escola que era, antes de tudo, comercial, de desenvolvimento de mares e formação de navegadores. Mas teima sempre perdurar uma visão romântica ao descrever-se a relação da expansão marítima, com a conquista de Ceuta e com a criação da escola náutica. Como esta: “Portugal sentia necessidade de expandir-se. Os filhos mais velhos de *D. João I, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique*, querendo mostrar o seu valor militar, resolveram continuar a luta contra os Moiros, em África. Por isso lembraram ao pai a conquista de Ceuta, cidade mulçumana, rica e importante, ao norte daquele continente. Uma esquadra de cerca de 200 navios, levando a bordo a melhor gente de Portugal, e em que seguiam o próprio rei, aqueles seus três filhos e o valoroso condestável D. Nuno Álvares Pereira, largou do Tejo no dia 25 de Julho de 1415. No dia 21 de Agosto do referido ano estava às portas de Ceuta. Nesse mesmo dia procedeu-se ao desembarque, e a praça foi tomada de assalto, muito se tem distinguido na luta os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, que ali foram armados cavaleiros. O infante D. Henrique, depois de voltar de Ceuta, sempre dominado pelo sentimento patriótico de descobrir e tomar novas terras, abandonou a Corte e retirou-se para Sagres, onde fundou uma *escola náutica*. Aí aprenderam os marinheiros portugueses a arte de navegar. Foi esta escola mantida às custas dos próprios rendimentos do infante, que originou a *Epopeia Marítima* dos nossos descobrimentos. Sob a direcção do infante D. Henrique, foram lançadas à água as primeiras caravelas que partiram a desfazer as lendas do *Mar Tenebroso*, em busca de terras desconhecidas.” (Barros, s.d., p. 56-57).

atividades para Portugal, foram os principais financiadores das expedições ultramarinas (Cf. Faoro, 2001, p. 74).

Para garantir a posse das conquistas a realeza criou fortalezas militares<sup>18</sup>. “No ultramar voltam a encontrar-se o colono, o militar, o mercado e o missionário. (...) Portugal crescia, assim, pela ocupação militar, pela exploração mercantil e pela evangelização – constantes da história ultramarina.”(Faoro, 2001, p. 75). Era o princípio de cristianização dos povos que concedia o poder de posse à Portugal com aprovação da Igreja que também arrecadava sua parte para realizar tal concessão (Cf. Bettencourt, 1961, p. 37-38).

A economia do reino concentrava-se na troca de mercadorias vindas das diferentes conquistas. Assim, o interior agrícola configurou-se a periferia portuguesa, limitando-se a produzir azeite, vinho e frutas insuficientes para suprir as necessidades nacionais.

A Coroa, por sua vez, dedicou-se cada vez mais a sua empresa ultramarina que exigiu novos e maiores recursos conforme se expandiu, envolvendo paulatinamente a monarquia com o capitalismo internacional, a partir de empréstimos, contratos e compromissos. O Estado patrimonial estamental português já burocratizado amparou essas atividades mercantis que conferem o ócio e a ostentação à nobreza, dirigindo direta e intimamente a empresa ultramarina que constituía-se a fonte do tesouro real (Cf. Faoro, 2001, p. 76-77).

Assim, o perfil do capitalismo monárquico português, o tráfico ultramarino, foi traçado pelo comércio europeu, configurando-se uma empresa de monopólio inalienável da Coroa e dirigida pela mesma, sendo cada descoberta, tida como conquista, de direito e de fato pertenciam à monarquia bem como os homens, as rotas e o tráfico. “Não partiam à aventura; partiam à conquista do que tinham descoberto, e queriam trazer para Portugal, para casa.” (Oliveira Martins, 1977, p. 210). O monarca podia fazer concessões do novo domínio, delegando apenas governo, o qual podia retomar a qualquer momento, e, jamais, soberania (Cf. Faoro, 2001, p. 74-75). Concomitantemente a expansão marítima alterou-se a formação política, inchando-se o Estado de servidores, com grande concentração no reino, mas expandindo-se na África,

---

<sup>18</sup> Sobre o poder militar verificar Gama Barros (s.d., V.1, p. 289-349).



Ásia e América<sup>19</sup>, dilatando, assim, o estamento e impossibilitando o desenvolvimento industrial (Cf. Faoro, 2001, p. 75). Mas, uma vez explorados os mares e consumadas todas as conquistas, “(...) *uma nova empresa se desenha agora: devorar o descoberto, digerir o mundo.*”(Oliveira Martins, 1977, p. 211). [grifo nosso].

Os soldados, responsáveis pela ocupação das novas terras descobertas, configuraram-se os primeiros portugueses a emigrarem, pois foram os pioneiros da expansão portuguesa desde a tomada de Ceuta (Cf. Bettencourt, 1961, *passim*). Os portugueses que saíam em direção às colônias não eram considerados, nesse momento oficialmente emigrantes, partiam como servidores do reino ou como colonos (Cf. Rocha-Trindade, 1995, p. 152). Cabe aqui a questão levantada por Serrão: Quando é que o colono tornou-se um emigrante? Responde o autor que numa maneira lógica de pensar colonizador é espécie do gênero emigrante. No entanto, faz uma ressalva compreendendo que emigrante é aquele que decidiu deixar o país por motivos pessoais e não por iniciativa do Estado, como fora outrora a condição dos colonos (Cf. Serrão, s.d., p. 53-55).

No século XVI, quando os portugueses chegaram no Brasil, todo interesse de Portugal voltava-se para a Ásia e as suas fabulosas riquezas. Mas a euforia durou pouco. Os italianos conseguiram restabelecer o comércio com os turcos no Oriente Médio. Espanha, Inglaterra, França e Holanda lançaram-se às navegações, passaram a utilizar o caminho do sul da África, chegando à Ásia, e de lá trouxeram grandes quantidades de produtos orientais cujos preços baixaram de forma brutal.

A queda dos preços arruinou Portugal, o país havia empregado a maior parte dos seus recursos na aventura das Índias e achava-se endividado junto a

---

<sup>19</sup> A descoberta da América veio confirmar a existência de terras a ocidente, até então desconhecidas dos europeus. Embora a Espanha tivesse chegado primeiro à América, Portugal também tinha pretensões sobre os territórios descobertos. Afinal, fazia quase um século que os portugueses estavam explorando o Atlântico. Para conciliar os interesses dos dois países, o papa propôs, em 1493 um acordo entre eles, recusado por Portugal e em 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas, que foi muito criticado pelas demais nações européias, que não aceitavam que as terras recém-descobertas fossem divididas apenas entre os dois países ibéricos, pois eles também desejavam participar da exploração das riquezas desses territórios. O Tratado de Tordesilhas consistiu num acordo proposto pelo papa em 1493 é o de que seria traçado um meridiano passando a 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, que serviria de linha divisória entre a as terras de Portugal e Espanha. Portugal não aceitou o acordo exigindo que o meridiano estivesse a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, assinando o acordo em 1494 na cidade espanhola de Tordesilhas, que deu o nome ao mesmo: Tratado de Tordesilhas.

banqueiros flamengos. Como tentativa de sair da crise, o Estado português iniciou em 1530 a colonização do Brasil, interessado em desenvolver por aqui a produção de açúcar, já realizada com êxito nas ilhas do Atlântico. Iniciando-se desta maneira a história do Brasil<sup>20</sup>, ligada durante três séculos à história da exploração colonial européia<sup>21</sup>.

Colonização<sup>22</sup> que se deu nos marcos do capitalismo mercantil europeu, pois foi impulsionada pelo “espírito capitalista” (Cf. Fernandes, 1975, p. 22; Faoro, 2001, p. 87), a partir do qual todo trabalho realizado era forçado e constrangido a partir da exploração da mão-de-obra escrava<sup>23</sup>, indígena e negra, pois mais que uma colonização de povoamento<sup>24</sup>, o Brasil destaca-se nesse processo expansionista europeu porque foi uma Colônia de exploração, sendo mesmo considerado uma vasta empresa comercial<sup>25</sup>. Além dos metais e pedras preciosas que enriqueciam o reino português havia também grande rendimento resultante do monopólio do pau-brasil (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 437-438). Durante o século XVII Portugal viveu um reinado extravagante e

<sup>20</sup> Assim descrevia Herculano o Brasil “O Brasil é uma terra de esperanças. As produções quase espontâneas do ser extensíssimo solo, regado por tantos rios caudais, que facilitam o trato do comércio, o tornam independente dos outros povos, ao passo que estes dele carecem para muitos objectos que se têm convertido em necessidade de vida. À sombra de boas leis, e se alcançar a tranqüilidade interior, aquele império crescerá cada vez mais em navegação e em indústria; assim o horizonte do seu futuro brilhante não é fácil de compreender. Verdade é que ainda hoje está em muitas coisas atrasado; mas as fontes da sua prosperidade tem-as em si mesmo, e só precisa de ser administrado com o juízo para aumentar sua grandeza, ao passo que as velhas nações da Europa, sobrecarregadas em grande parte de população, contidas em limites estreitos, precisam de mil cálculos e combinações económicas e políticas para prosperarem, e talvez muitas delas para não decaírem.” (1979, p. 174).

<sup>21</sup> “O atraso com o qual convivemos até hoje foi gerado pelas relações económicas da Colônia, constituída na base da exploração, o que não viabilizou o progresso das forças produtivas obsoletas que não permitiu um areal integração do país solapando seus recursos naturais. (...) Depois de ter produzido durante três séculos frutos apreciáveis que contrabalançaram o negativo da sua feição, tocara o extremo da sua evolução, pelo menos em alguns principais de seus aspectos; e a curva que desenhara na História começava a infletir decididamente para baixo, para sua consumação. Esgotara suas possibilidades, e seria necessariamente substituído por outro.” (Caio Prado, 1970, p. 360).

<sup>22</sup> Nos primórdios da colonização o branco de origem portuguesa chegou na condição de colono e teve dificuldades de adaptação ao clima - dificuldade essa superada somente nas gerações posteriores - e sujeitou-se ao trabalho braçal, rapidamente substituído pela mão-de-obra negra e indígena, com grande resistência destes últimos Aconteceram, nesse período, muitas lutas, frutos de contradições e antagonismos, principalmente no tocante a questão indígena, culminando na legislação pombalina em 1755 (Cf. Caio Prado, 1970, p. 93-105). Dessa realidade resultou a mestiçagem (ou miscigenação) de brancos, negros e índios, uma mestiçagem não apenas genética, mas também social de costumes, hábitos e culturas. (Cf. Freyre, 2002; Holanda, 1995; e Caio Prado, 1970).

<sup>23</sup> De acordo com Freyre (2002) a escravidão foi responsável pelo trabalho servil e pelo fator sexual.

<sup>24</sup> O povoamento desse território não se justifica única e exclusivamente pelo tráfico e pela aventura comercial, mas abarca também a necessidade da população refazer suas lutas religiosas e políticas em novos espaços como afirma Caio Prado (1970).

<sup>25</sup> Colonizado pela metrópole portuguesa, a história do Brasil não podia ter outro curso senão herdar sua estrutura social estamental (Cf. Faoro, 2001). Sociedade esta na qual a população escravizada, negra e indígena, sofreu um processo de “desenraizamento” compondo a categoria dos excluídos sociais no sentido literal do termo, aliás, exclusão esta que é própria e exclusiva de sociedades estamentais, nas quais os indivíduos excluídos estão sempre à margem da sociedade e estão excluídos de condições materiais e políticas, jamais tendo a possibilidade da reinserção uma vez que este movimento é incompatível com o estamento (Cf. Martins, 2002, p. 09-59; Cf. Caio Prado, 1970, p. 85-115).

ostentador de D. João V<sup>26</sup>. O português, investindo no comércio, via apenas o ouro do Brasil passar, pois era rapidamente trocado por farinha e gêneros fabris ingleses, nação que alimentava e vestia o reino, além de ir para Roma a fim de pagar as valiosas concessões territoriais concedidas pela Papa (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 438).

Foi assim que Portugal no século XVIII viveu uma crise política e social à qual somou-se o grande terremoto<sup>27</sup> que arruinou a capital do reino, causando grande número de mortos, foi um “desastre” sem precedentes. A isso adicionou-se a tomada de poder do marquês de Pombal para a reconstrução do reino<sup>28</sup>, reconstrução essa feita com a riqueza advinda da Colônia brasileira, a mesma que fora utilizada para a ostentação e extravagância de D. João V, *contando com oficiais estrangeiros e o conde de Lippe para construir as fortalezas e criar um exército composto por: alemães, franceses, espanhóis e, majoritariamente, ingleses, contou ainda com mão-de-obra africana e matéria-prima européia* (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 488-489). O marquês era considerado o único homem capaz de fazer alguma coisa da “pobre miserável pátria” (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 455). Nessa época um terço das terras do reino eram de propriedade da Igreja a qual não pagava impostos nem contribuía para a segurança e defesa do Estado. Ademais o reino, principalmente o norte português, encontrava-se despovoado e a Inquisição contribuía para tal despovoamento, à medida que matava ou expulsava os judeus. Tudo de que necessitavam e queriam os portugueses continuava sendo importado da Inglaterra com quem tinha ainda traçado o tratado de Methewen que estabeleciam a troca “natural” do vinho português pela farinha e artefato ingleses (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 456).

Pombal conduziu o Estado como um corpo autônomo e soberano, na perspectiva mercantilista, na plena decadência do comércio ultramarino, adotando medidas que colocavam Portugal e suas Colônias de maneira autônoma em relação às demais nações européias, política pombalina esta que aconteceu com o “auxílio” de inúmeras guerras e buscou pôr fim a Inquisição. *É importante salientar que o governo pombalino sofreu as influências aprendidas*

---

<sup>26</sup> Sobre esse esbanjamento financeiro da riqueza do reino Cf. Oliveira Martins (1977, p. 436-446).

<sup>27</sup> Sobre o terremoto Cf. Oliveira Martins (1977, p. 458-461).

<sup>28</sup> Sobre a reconstrução do reino Cf. Oliveira Martins (1977, p. 461-463).

*sobretudo em Londres, onde fora imigrante. E para o feito de erguer uma nova cidade sobre a devastação causada pelo terremoto, Pombal importou profissionais qualificados estrangeiros para trabalharem em Lisboa* (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 471-509; Faoro, 2001, p. 80). [grifo nosso].

No final do século XVIII o reino português encontrava-se restaurado e vazio e com a morte de D. José, o novo reinado de sua filha D. Maria tomou orientações diferentes das pombalinas, extinguindo a monopólio de comércio do Brasil por algumas companhias, declarando a liberdade de comércio de todos os mercadores e confiando diversas manufaturas de responsabilidade estatal para a administração de grupos particulares. No entanto, o contexto internacional favoreceu a situação econômica portuguesa que pela primeira vez na relação comercial com a Inglaterra obteve saldo positivo na balança comercial, diminuindo as importações e aumentando as exportações de vinho para com aquele país isso porque o comércio inglês no Atlântico foi desarticulado com a rivalidade anglo-francesa criada a partir da Guerra da Independência da América (1776-1783) (Cf. Saraiva, p. 1995, p. 261).

Até o último decênio do século XVIII Portugal viveu uma “relativa estabilidade política” e uma “abundância de dinheiro” que possibilitaram alguns investimentos em obras públicas por parte do Estado, *obras que foram projetadas por estrangeiros*, algumas interrompidas com a crise do fim do século, seguida pelas invasões e pela revolução liberal (Cf. Saraiva, 1995, p. 261). [grifo nosso].

No último decênio desse século, iniciou-se a Revolução Francesa vista, pelas cortes europeias, como uma ameaça à ordem política e social vigentes. Portugal propôs a Espanha e a Inglaterra combaterem a revolução, enviando parte de seu exército para unir-se à algumas tropas espanholas iniciando uma guerra nos Pirineus franceses, e colocando, ainda, os navios portugueses à disposição dos ingleses. Contudo, os franceses tiveram mais êxito na guerra e ganharam a Espanha como aliada, alinhando com a França sua política externa e contra a Inglaterra sem que Portugal soubesse. “E Portugal continuou em estado de guerra.” (Saraiva, 1995, p. 263). Eram duas as alternativas de Portugal: a primeira era estabelecer um pacto com os franceses o que significava declarar guerra marítima contra a Inglaterra o que implicava fechar os portos aos navios ingleses a partir de um bloqueio continental, pondo fim

aos negócios econômicos uma vez que dar-se-ia a perda da base econômica da vida nacional que era o Brasil, juntar seus navios com as esquadras franco-espanholas, apropriar-se de todas as propriedades inglesas e prender os súditos britânicos; a segunda alternativa era dar continuidade à “velha aliança” com a Inglaterra que não admitia a hipótese do reino prescindir da sua proteção, o que significava a hostilidade dos franceses e a invasão do território pelos espanhóis (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 520-521), “que viam na crise da Europa um bom ensejo para eliminar a independência portuguesa. O dilema era o da morte por asfixia ou por invasão.” (Saraiva, 1995, p. 264).

Interessava a paz aos comerciantes e a muitos nobres, pois suas fortunas dependiam do mercantilismo. Os franceses aceitavam a neutralidade desde que Portugal pagasse um imposto de 16 milhões de cruzados por ano e impedissem os ingleses de servirem-se de seus portos para guerrilhar contra a França. Ademais, o infante D. João assumiu o trono por essa altura e possuía idéias divergentes das francesas que iam de encontro às de Carlota Joaquina, sua esposa que planejou um golpe de Estado para depor seu marido. Mas a Inglaterra não aceitava a neutralidade portuguesa no conflito anglo-francês, pois necessitava dos portos portugueses para comercializar e para guerrilhar. Portugal não podia opor-se à Inglaterra para garantir seu comércio marítimo, como já foi dito, ademais não tinha força suficiente para tal e contava com a proteção de uma esquadra inglesa na sua costa litorânea.

Portugal declarou-se então neutral e continuou cumprindo os deveres impostos pela velha aliança, não podendo negar a imposição de proteção imposta pelos ingleses. O governo espanhol convenceu o francês que para resolver o problema a solução era a ocupação militar de Portugal. O reino foi então invadido. Para obter a paz novamente Portugal necessitou pagar em dinheiro à França, além de dar-lhe algumas terras do Brasil, entregar uma cidade à Espanha e, como não podia ser diferente, fechar os portos aos navios ingleses. Portugal cumpriu as primeiras obrigações mas não fechou os portos nesse momento, apenas no início do século XIX, quando Napoleão derrotou a grande potência militar que era a Prússia, dominando a Europa continental e decretou o bloqueio continental fechando os portos aos ingleses e fazendo guerra à Inglaterra, sendo Portugal obrigado a obedecer essa ordem. Mas a independência de Portugal não condizia com os planos de Napoleão de

reforma da Europa. Foi assim que em 1807 o reino foi invadido pelo exército francês e foi assim que Napoleão destronou o príncipe regente (Cf. Saraiva, 1995, p. 265-266).

Diante de tal situação o príncipe regente, a rainha e toda a família real, bem como alguns comerciantes ricos e quase todos que compunham os quadros do Estado, totalizando *aproximadamente dez mil pessoas, emigraram, instalando-se e refugiando-se no Brasil*<sup>29</sup>. D. João VI recomendou, no entanto, antes de partir que não houvesse resistência à entrada do exército francês, uma vez que representaria uma oposição às forças de Napoleão, “cujo imenso poder triunfava por toda a Europa”. Assim, a entrada do exército franco sob a liderança do general Junot era benquista à medida que representava para muitos uma Revolução, pois este era considerado o libertador que traria consigo o liberalismo para o país (Cf. Saraiva, 1995, p. 267). Junot tentou introduzir a Constituição pedindo, inicialmente, autorização de Napoleão para que fosse nomeado um rei para Portugal, mas Napoleão recusou, tornando-se inimigo da França cuja ocupação foi entendida como uma revolução liberal, voltando-se o exército espanhol contra o francês juntamente com os patriotas portugueses que passaram a ver duas saídas: o domínio francês ou a independência. A Inglaterra, que já possuía no seu exército um contingente de portugueses, conseguiu vencer os franceses. Ainda assim, a guerra durou sete anos e Napoleão tomou as rédeas da situação para reocupar Portugal. Foi uma guerra violenta com elevado número de mortos, reduzindo ainda mais a já escassa população do reino, se os campos ficaram sem homens válidos porque eram obrigados a lutar pelo exército inglês, as regiões litorâneas sofreram ainda mais pois somado ao confisco sobre os bens como contribuição de guerra imposta por Napoleão estava o vandalismo e o saque às igrejas, palácios e conventos (Cf. Saraiva, 1995, p. 267-273). [grifo nosso].

Portugal viveu uma crise sem precedentes em várias instâncias:

- crise política - causada pela ausência do rei e dos órgãos de Governo na metrópole graças à suas fugas para o Brasil. A ausência dos órgãos centrais do poder na metrópole enfraquecia o poder do Governo metropolitano que estava confiado a uma

---

<sup>29</sup> A estratégia de retirada para o Brasil já havia sido cogitada em diversos momentos da história de Portugal, conforme relata Saraiva (1995, p. 267).

junta de governadores que obedeciam as ordens recebidas do Rio de Janeiro. No seio dessa desagregação do Estado quem detinha maior força era o exército metropolitano o qual era comandado pelos oficiais ingleses e consumia 75% das receitas públicas;

- crise ideológica – difundiam-se idéias políticas que consideravam a monarquia um regime obsoleto e repressivo;
- crise econômica – conseqüência da emancipação econômica do Brasil com a abertura dos portos (abriu os portos brasileiros ao comércio de todas as nações amigas em condições de igualdade com os portugueses, especialmente aos ingleses que tinham cadeiras reservadas nas discussões políticas, além de privilégios alfandegários que permitiam o monopólio comercial da Inglaterra no Brasil, esta impunha<sup>30</sup> ainda a abolição do tráfico negreiro como última condição e a permissão da importação de mercadorias de qualquer procedência) que privou do comércio exclusivo com Portugal, da concorrência marítima, e do envio dos rendimentos patrimoniais e da coroa que eram enviados de Portugal para o Brasil, tudo isso marcou o primeiro ato de descolonização econômica do Brasil. A emancipação econômica do Brasil repercutiu negativamente na economia portuguesa. Até esse momento o Brasil era a base da economia portuguesa: era responsável pela importação de quase toda exportação portuguesa; exportava a quase totalidade da importação de Portugal, sobretudo matérias-primas que do porto de Lisboa era reexportada para outros países europeus. O comércio dependia desse sistema de importação-exportação e a marinha mercante dele vivia;
- crise militar – resultante da presença dos oficiais ingleses nos altos postos do exército e a não promoção dos oficiais portugueses que sentiam-se preteridos. Somava-se a esta situação à política espanhola que vivia a queda de Napoleão e a

---

<sup>30</sup> Sobre o Tratado celebrado com a Inglaterra sugerimos Saraiva (1995, p. 213-216).

volta do regime constitucional (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 525-526; Saraiva, 1995, p. 273-275).

Quando Napoleão saiu e a paz foi restabelecida em Portugal, o reino encontrava-se na miséria e despovoado – a população baixara para um quarto do que fora – não havia gado nem pesca e poucos eram alfabetizados. Poucos navios atracavam nos portos de Lisboa e Porto, as finanças estavam arruinadas, diminuíram tanto as importações, graças ao reduzido número de habitantes, quanto as exportações em decorrência do monopólio inglês (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 527).

Foi no bojo dessa conjuntura que se deu a revolução portuguesa de 1820<sup>31</sup>, iniciada por um reduzido número de burgueses e que se disseminou pelo reino português culminando na criação de um governo provisório, além da Espanha ter sido tomada como exemplo, as justificativas da revolução eram a ausência do rei, a crise econômica vivida e a *concentração do poder de direção do país e militar nas mãos de estrangeiros britânicos*. A escassa população do reino, de maneira geral, sobretudo os comerciantes, aderiu entusiasmadamente a revolução, apostando na Constituição para a resolução dos problemas do país. Também no Brasil a repercussão dessa revolução foi vista de maneira positiva, desencadeando uma série de revoluções por parte dos brasileiros no apoio a revolução liberal, e pelos portugueses que viam na revolução do reino uma possibilidade de restabelecerem os antigos privilégios comerciais uma vez que não conseguiam concorrer com as firmas estrangeiras. O príncipe D. Pedro foi o interlocutor entre o rei e as tropas revoltas brasileiras, obtendo a garantia do rei de adesão a Constituição e ganhando papel de destaque nos movimentos políticos brasileiros que conduziam à independência do Brasil. A família real preparava-se para regressar a Portugal acatando as exigências da corte de Lisboa e as

---

<sup>31</sup> Em 1820, tentando se restabelecer, as cortes portuguesas alteraram a legislação municipal, judicial e fiscal e aboliram a Inquisição de vez, bem como as jurisdições senhoriais e eclesiásticas, criando um júri para crimes e causas civis, colocaram impostos sobre as rendas das corporações religiosas e “chamaram ao fundo nacional os bens da coroa e ordens, destinando-lhe o produto para amortização da dívida nacional”, dentre outros. Contudo não proclamaram a república, mantendo um rei mesmo ausente, porque para além de a maioria ser monárquica “ e porque se considerava a volta do rei indispensável à realização do projecto de reconstrução do Brasil à frutífera condição antiga de colónia – a mais viva de todas as questões pendentes.” (Oliveira Martins, 1977, p. 530). Assim é que as cortes tornaram-se impotentes pois feriam a alta classe no interior do reino, ficando sem o apoio nacional e sem o apoio internacional uma vez que romperam os tratados de 1810, quebrando a aliança com a Inglaterra e dobrando os direitos sobre as manufaturas britânicas. (Cf. Oliveira Martins, 1977, p. 531). Sobre a revolução de 1820 sugerimos Tomás (1982).



recomendações dos ingleses que viam na retirada da corte do Brasil um cenário favorável a expansão de seus próprios interesses (Cf. Saraiva, 1995, p. 277-278).

A Constituição<sup>32</sup> de 1822 definia a Nação Portuguesa como sendo 'a união de todos os portugueses de ambos os hemisférios' (artigo 20º.), compreendendo Portugal propriamente dito, as Ilhas Adjacentes, o Brasil e as possessões africanas e asiáticas, que eram numeradas com clareza e rigor. Não se fazia qualquer distinção entre Brancos e Pretos, ou entre Portugueses de Portugal e portugueses nascidos nos territórios de além-mar. (Oliveira Marques, 1977, p. 144).

Mas D. Pedro opôs-se às Constituintes que não reconheceram ao rei autoridade para designar regente do Brasil na ausência de seu pai D. João VI e decretaram, as cortes, que regressassem a Portugal. O Brasil deveria ficar sobre o governo das juntas das diversas províncias brasileiras que estariam submetidas às ordens de Lisboa e deveria ser organizada uma expedição militar para pôr fim na resistência que a autoridade portuguesa encontrava no Brasil. Dessa forma, após receber as notícias de Lisboa acerca dos decretos das Constituintes D. Pedro cindiu completamente com o reino português proclamando a independência do Brasil, proclamação essa que foi seguida de uma declaração de guerra que estendeu-se até 1825, quando ficou formalmente reconhecida a independência e separação do Brasil, que já não mais se configurava fonte de renda para Portugal que possuía seu comércio arruinado e a alfândega e o tesouro nacionais vazios.

Portugal, por seu turno, vivia uma verdadeira guerra civil entre liberais, constitucionistas e absolutistas e sobre a sucessão do trono de D. João VI

---

<sup>32</sup> "A Constituição, directamente inspirada pela Constituição de Cádiz, obedece aos seguintes princípios: *ideia de soberania nacional* – o único verdadeiro soberano é a nação, não o rei. À nação compete declarar a vontade colectiva, e essa vontade exprime-se na lei. Para isso elege a Nação os seus representantes, e só estes podem fazer a lei; *supremacia do poder parlamentar sobre o poder real* – as Cortes são constituídas por uma só câmara, de mandato bienal, e eleita por sufrágio universal e directo, excluídos analfabetos, mulheres e frades. Exercem as suas atribuições sem dependência alguma. O rei não pode suspender as Cortes, dissolvê-las ou interferir no seu funcionamento. Compete-lhe apor, nos projectos de leis, a sanção e ordem de publicação. No caso de recusa, o projecto voltará às Cortes e, desde que provado por dois terços, o rei é obrigado a sancionar; *limitação da autoridade real* – o rei só tem, em princípio, a autoridade que a Nação lhe atribui, nos termos da Constituição. É o rei o chefe do poder executivo, que exercerá através de secretários de Estado por ele nomeados; mas as Cortes podem nomear os secretários de Estado quando perigar a liberdade da Nação ou o sistema constitucional. As decisões do rei só serão válidas quando asinadas pelos respectivos ministros. E nem o rei nem os ministros poderão tomar qualquer iniciativa legislativa." (Saraiva, 1995, p. 281). [grifos do autor].

após sua morte (Cf. Saraiva, 1995, p. 283-289; Oliveira Martins, 1977, p. 551-552).

Foi assim que durante a primeira metade do século Portugal encontrou-se em grande crise econômica a partir da emancipação do Brasil, em função das invasões francesas e exploração inglesa e a guerra civil de 1828-1834. O contexto de crise econômica, política e militar dificultou a estabilização do novo regime. Em 1840, quando a tecelagem européia contava com teares mecânicos e a Europa, em termos gerais, vivia um crescimento econômico galopante, Portugal não tinha indústrias, mão-de-obra, máquinas, capitais e nem empresários era da terra que se tirava o imposto e a renda que mantinha as camadas superiores dessa sociedade. Situação econômica essa que acarretava grandes déficits nas contas públicas uma vez que as despesas eram maiores que as receitas, já que as exportações cresceram ainda mais diante de tal crise. A reduzida população vivia uma grande miséria e insalubridade, sendo grande o número de analfabetos. Perante esse cenário havia o baixo crescimento da população, principalmente se comparado à média européia<sup>33</sup>. Nesse período as máquinas agrícolas foram introduzidas, chegando mesmo a serem fabricadas no interior do país, e foi utilizada a adubagem química importada, no entanto a propagação dessas em escala nacional foi lentíssima. Nesse momento o poder concentrava-se nas mãos de proprietários rurais, comerciantes, burocratas e nobres que não favoreciam o desenvolvimento da indústria, até porque era a Inglaterra a responsável pelo abastecimento do país com produtos industrializados (Oliveira Marques, 1997, p. 03-12).

A segunda metade do século foi caracterizada pelo desenvolvimento dos transportes, a partir da construção de rodovias, ferrovias e pontes. Era uma política de desenvolvimento que visava modernizar o país criando infraestrutura para interligar as diversas regiões do país entre si, e mesmo além das fronteiras, ligando-o a Espanha, para desenvolver a agricultura e a indústria, segundo a ideologia liberal. Nos últimos anos do século este país ocupou o décimo lugar entre as nações do mundo no tocante à densidade ferroviária, permanecendo no mesmo lugar vinte anos depois. Esse desenvolvimento foi

---

<sup>33</sup> Em 1801 estima-se 2.931.000 habitantes, em 1821, 3.026.450, em 1835, 3.061.000 (Cf. Saraiva, 1995, p. 289-291).

efetuado com empréstimo estrangeiro que, nessa perspectiva, tinha o direito de cobrar pedágio. Além disso, deu-se o desenvolvimento do telégrafo ligando Portugal, primeiramente à Inglaterra, seguida do Brasil, Madeira, Cabo Verde e outros. Essa infra-estrutura de fato conseguiu acelerar o processo de acumulação de capital e de concentração de empresas, crescendo, sobretudo, a indústria de tabaco e têxtil. Mas o capital era estrangeiro, predominantemente britânico, tal como a sua concentração no comércio e na indústria (Cf. Oliveira Marques, 1977, p. 10-17).

Nesse momento há o crescente movimento de emigração de camponeses, sobretudo para o Brasil cuja realidade contrastava com a decadência portuguesa. *Esse movimento de emigração é responsável pela formação de uma nova fonte de rendimentos para a metrópole portuguesa: as remessas de dinheiro dos emigrantes que equilibravam a balança de pagamentos portuguesa.* (Cf. Saraiva, 1995, p. 282-313). [grifo nosso].

Portugal continuava voltado mais para o comércio do que para a industrialização, comércio esse que conduziu à capitalização imobiliária. Mesmo os bancos não estavam ligados à indústria e sim ao crédito para a construção, à lavoura e a movimentação das remessas enviadas pelos emigrantes. Tudo o mais era importado: palavras, leis, assuntos, estética, ciências, estilo, indústrias, moda, etc. “A civilização custa-nos caríssima com os direitos de alfândega; e é em segunda mão, não foi feita para nós (...) escreveu Eça, em 1888, n’Os Maias (...)” (Saraiva, 1995, p. 314).

E foi assim, importando-se tudo e com um reduzido número de indústrias que o campo continuou sendo o principal empregador de mão-de-obra, 61% da população trabalhava na agricultura. Ademais, a possibilidade de acesso aos bens importados era restrita, acirrando a desigualdade de classes, com um grande aumento da miséria no campo. Foi diante dessa conjuntura que os trabalhadores do campo iniciaram uma *migração para as cidades* a procura de emprego que lhes proporcionassem maiores rendimentos e melhorias das condições de vida, empregos esses que não eram proporcionais à procura, pois a importação impedia a criação de empregos urbanos, restando ao camponês a emigração. *A emigração resultava assim da não-absorção de mão-de-obra da massa camponesa pelo mercado nacional,*

*bem como à solicitação de mão-de-obra escrava nas terras além-mar* (Cf. Pereira, 2002, p. 19). [grifo nosso].

A crescente saída de trabalhadores portugueses para o estrangeiro denotou os problemas sociais das classes baixas que não cresciam com a expansão econômica do país, ao contrário, acentuava-se a pauperização e constituiu um problema político que desencadeou o primeiro inquérito parlamentar sobre a emigração em 1873, o qual concluiu que a causa era a cobiça e não a miséria que impulsionava a emigração de cerca de 20 mil trabalhadores por ano, na sua maioria sem especialização profissional, afinal a questão cultural<sup>34</sup> era um outro problema enfrentado por Portugal. Os emigrantes eram, no entanto oriundos de regiões de pequenas propriedades (Minho, Douro, Beira Alta e Beira Litoral, principalmente), pois eram eles que podiam financiar a longa e solitária viagem transatlântica com o dinheiro obtido na venda de suas propriedade, deixando a família, os amigos e dívidas. Enquanto emigrante, poupava o máximo que podia para enviar suas economias para pagar suas dívidas, ajudar a família e adquirir terras, na medida do possível. *As agências bancárias, por seu turno, facilitavam ao máximo o envio das remessas dos emigrantes que se tornaram uma enorme receita nacional, sendo desta maneira mais lucrativo o Brasil do que quando fora Colônia, segundo Herculano.* A diferença entre o excesso de consumo da população que residia em Portugal e a escassa produção do país era paga com as remessas dos emigrantes que eram equiparáveis a toda a arrecadação feita pelo Estado sobre o total do imposto predial (Cf. Saraiva, 1995, p. 316-320; Oliveira Marques, 1977, p. 107). [grifo nosso].

‘A emigração é que nos salva’, escrevia em 1911 Afonso Costa na tese de concurso a uma cátedra de Economia Política. ‘São os emigrantes que mais concorrem para sustentar o País, que os não sustentou a eles. São os pobres beirões e minhotos, que daqui partiram rotos e famintos, que pagam de lá, do

---

<sup>34</sup> O aspecto cultural pode ser sintetizado nas palavras de Oliveira Marques que vão ao encontro a Faoro (2001, *passim.*) que dizia ser tudo importado, emigrando os interessados em estudar, e Saraiva (1995, *passim.*) que ressalta o destaque dos estrangeiros: “No aspecto cultural o desenvolvimento do Ultramar português mostrou-se medíocre durante todo o século XIX e começos do XX. A habitual falta de dinheiro impedia todo e qualquer esforço de promover a instalação quer ao nível central, quer aos níveis locais. A essa escassez de fundos somava-se frequentemente a ausência de interesses pelo fomento cultural das colônias. Ao fim e ao cabo, o número de colonos brancos era mínimo e a preocupação pelo nível educacional dos negros, nenhuma. E como fora de outra maneira, se o progresso cultural da Metrópole se mostrava tão lento e tão tímido em suas realizações?!” (1997, p. 162).

Brasil, as contas do descalabro em que o País viveu durante tantos anos.' O descalabro a que se referia era a administração da monarquia, que findara no ano anterior. (Saraiva, 1995, 318-319).

*A emigração deveu-se, nesse momento, ao desenvolvimento desigual do capitalismo nos diferentes países e da maior dependência externa de Portugal em relação a outros países da Europa, fato que corroborou para prolongar o subdesenvolvimento à medida que agravou a dependência externa e que ameaçou o desenvolvimento da população, pois emigravam principalmente jovens que possuíam sempre o projeto de regressar e, por isso, enviavam as grandes remessas de divisas para o país de origem que permitiam equilibrar a balança de pagamentos nacional e acentuavam, ao mesmo tempo que encobriam, a subordinação externa (Cf. Pereira, 2002, p. 18-23). [grifo nosso].*

Enquanto isso, já que Portugal perdera a colônia brasileira, passou a investir na África, buscando construir lá um império, fato que até então não tinha sido explorado graças a atenção na emigração para o Brasil e na dificuldade de adaptação climática que acarretou no estabelecimento dos portugueses apenas na costa litorânea do continente não disseminando-se para o interior, pois em Luanda a expectativa de vida para o branco era de dez anos e nenhuma criança branca lá nascida conseguia sobreviver até o início do século XIX. Havia nesse momento o desenvolvimento do movimento colonial europeu e a Inglaterra encontrava-se em franca expansão com sua produção de algodão sendo o continente propício para tal produção, tendo Portugal que brigar pela exploração econômica da África. Foi no bojo desse cenário que a Inglaterra decretou o fim do trabalho escravo – extinto definitivamente em 1869 - por vários motivos, dentre eles porque empregava a mão-de-obra feminina e infantil, mais baratas que a escrava, e as crianças conseguiam trabalhar em locais mais estreitos que os adultos, tudo isso barateava o custo da mercadoria, que em não havendo trabalho escravo em outros países eliminaria assim definitivamente a concorrência do custo do produto; a Inglaterra podia também dispensar a mão-de-obra escrava porque já contava com a energia das máquinas a vapor; além desses fatores havia outro de ordem política que também se destacava que era a implantação da soberania inglesa e a

manutenção do negócio dos escravos implicava na perda das colônias (Cf. Saraiva, 1995, p. 337-339; Oliveira Marques, 1977, p. 136-138).

A disputa da África acirrou-se com a guerra franco-prussiana em 1870. “A formação do Império Alemão alterou o equilíbrio político europeu e as potências procuraram reforçar as suas posições com grandes domínios económicos em África.” (Saraiva, 1995, p. 340). Nesse momento a Inglaterra preferiu perder a soberania do Zaire para Portugal que não tinha força para guerrilhar e era um país aliado, tendo sido assinado entre os dois países em 1884 o Tratado do Zaire o qual reconhecia a soberania de Portugal sobre as margens do rio Zaire e garantia a liberdade da navegação internacional aos ingleses. Os demais países interessados protestaram e a consequência foi a Conferência de Berlim em 1884-85 para determinarem como se daria a distribuição das terras africanas, ficando, contudo, acordado que a soberania cabia a Portugal<sup>35</sup>.

A partir de 1870, com mais força que outrora, deu-se o movimento republicano, inspirado na Espanha que proclamou a República em 1868 e na França de 1870, movimento esse que disputou acirradamente com a monarquia a direção de Portugal.

Praticamente até o final do século XIX “(...) a economia colonial portuguesa assentava na escravatura (...)” sendo pouco desenvolvida a agricultura e praticamente inexistente a indústria. “Este facto explica por que motivo o gradual declínio do tráfico escravagista, até sua extinção final, prejudicou o desenvolvimento de quase todo o Ultramar português e pôs o difícil problema de reestruturar as respectivas economias.” (Oliveira Marques, 1977, p. 151).

## **1.2. Migrações contemporâneas em Portugal: a virada dos fluxos**

No início do século XX, Portugal era governado pela classe burguesa ligada ao comércio, à propriedade fundiária, aos capitais estrangeiros e à exploração das colônias que viam na Monarquia a manutenção do *status quo*, apoiavam e eram simultaneamente apoiados pela Igreja e com as patentes mais elevadas do exército. Em oposição a esta encontrava-se a classe média

---

<sup>35</sup> Sobre a conferência de Berlim ler Saraiva (1995, p. 341-344).

do Porto e de Lisboa que eram mais numerosos que a classe camponesa<sup>36</sup> e operária. Estes pequenos burgueses urbanos concentravam-se no comércio e na indústria, nas profissões liberais, no funcionalismo público médios e baixos, assim como as pequenas patentes do exército e marinha, médios proprietários de terra e universitários (Cf. Oliveira Marques, 1977, p. 209-210).

Logo no primeiro decênio do século Portugal teve sua República declarada, tendo em sua primeira fase muitos conflitos internos entre suas diferentes facções e teve a conclusão da Constituição, que representava uma retomada da Constituição de 1822<sup>37</sup>.

Em 1911 havia cerca de 6 milhões de habitantes em Portugal, 9 anos depois, em 1920 o número era aproximadamente o mesmo, isso porque quase 500 mil pessoas emigraram, 60 mil morreram vítimas de uma epidemia entre 1918-19, mais de 10 mil foi o número de feridos e mortos na Primeira Guerra Mundial, todos eles em idade ativa para o trabalho e para a procriação, baixando de 10% (1900-11) para 1% no período seguinte (Cf. Oliveira Marques, 1977, p. 185). Portugal preocupou-se demasiadamente com o domínio material deixando de lado o domínio cultural, contando com 75,1% da população em 1911 analfabeta<sup>38</sup>.

Além dos domínios econômico e cultural, vinha daí, como não podia ser diferente, o domínio político sobre toda a população do país. “Os problemas da emigração e do excessivo peso de Lisboa nunca puderam ser resolvidos.” (Oliveira Marques, 1977, p. 187). O despovoamento era principalmente do Minho, Douro Litoral e Beira litoral. Entre 1911-13, 3,7% da população, 226 mil, emigrou para o Brasil, realidade que não era diferente com Espanha, Rússia, Itália, Áustria-Hungria e Irlanda. “A prosperidade do Novo Mundo atraía milhões, que não viam maneira de trepar na escada difícil da sociedade liberal europeia, superpovoadas ideologicamente opostas a qualquer intervenção estatal que estancasse a fuga de gente.” (Oliveira Marques, 1977, p. 343-345).

---

<sup>36</sup> “(...) O vasto mundo dos camponeses, para além de certos pequenos proprietários, formava uma massa amorfa, quase totalmente analfabeta, vivendo frugalmente quando não miseravelmente, de poucas ambições, reagindo às vezes e por vagas contra a exploração pelas cidades; massa reduzida à condição servil e praticamente colonizada, clerical e supersticiosa na sua maioria, presa fácil da influência do padre, do senhor da terra, do cacique político e do demagogo. Era entre este grande mundo – a que juntaríamos os pescadores – que se encontravam os mais infelizes, os mais miseráveis, os *que forneceram à emigração o quase total contingente.*” (Oliveira Marques, 1977, p. 210-211). [grifo nosso].

<sup>37</sup> Sobre o movimento republicano e a República nas suas diversas fases sugerimos Saraiva (1995, p. 345-356).

<sup>38</sup> Sobre o desenvolvimento da cultura a partir dos ensinos primário, secundário e superior conferir Oliveira Marques (1977, p. 226-239).

E por que razão não desenvolviam-se mecanismos de contenção dessa tão desenfreada emigração? Responde-nos precisamente Oliveira Marques indo ao cerne da questão,

*A emigração, todavia, apresentava aspectos favoráveis para muita gente e até para o Estado. Ajudava a equilibrar a balança comercial, permanentemente deficitária. E servia como uma espécie de válvula de escape nas tensões sociais, evitando situações de descontentamento explosivas, sobretudo nas áreas campesinas. (Oliveira Marques, 1977, p. 188). [grifo nosso]*

Entre 1913-14 Portugal viveu uma grande crise interna que foi evidenciada a partir do fechamento de dois bancos e o aumento do desemprego que gerou grande inquietação social e culminou na queda do primeiro governo Afonso Costa. As camadas mais baixas da população chegaram a passar fome graças à escassez de produtos de primeira necessidade e, mesmo com o reduzido número demográfico, crescia o número de tropas que partiam para guerrilhar na França e em Moçambique, concomitantemente às partidas chegavam as listas com os nomes dos mortos e feridos, acarretando num descontentamento geral da população (Cf. Oliveira Marques, 1977, p. 272).

A segunda fase da República foi marcada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que dividiu mais uma vez a opinião política dos dirigentes, pois um dos argumentos utilizados dos que entendiam ser melhor aderir ao conflito era a defesa das colônias, mas era sabido que quem ganhasse a guerra, fosse a Alemanha ou a Inglaterra ficaria com as colônias; além disso, entendiam ser necessário colocar o país no cenário europeu, alinhando-o com os demais países o que favoreceria o desenvolvimento comercial português - a direita era a favor do pacto com os alemães por serem autoritários e zelarem pela ordem, a esquerda era pelos ingleses, antigos aliados que representavam a liberdade. A Inglaterra por seu turno não admitia que Portugal justificasse a adesão à guerra pela velha aliança e sim por motivos próprios. Mas em 1916 cerca de 60 navios alemães aportaram, refugiando-se no Tejo, mas os ingleses pediram aos portugueses que se apoderassem dos navios em seu favor. E foi assim que Portugal declarou guerra à Alemanha, travando confrontos sangrentos



mesmo na África, sendo Portugal depois indenizado na conferência de paz, na qual obteve o direito de ser reconhecido entre os vencedores e às colônias<sup>39</sup>.

A guerra desorganizou a navegação mercantil, reduzindo a importação de trigo, adentrando, assim, a fome no país entre 1916-18. A burguesia das cidades e os emigrantes retornados do Brasil é que compravam terras por todo o país (Oliveira Marques, 1977, p. 191-192). A revolução industrial teve em Portugal um impacto moderado e sempre dependendo de capitais estrangeiros, possuindo a Inglaterra papel de destaque tanto em relação ao número de capital investido, quanto em propriedade acumulada.

Os setores que eram de direita e contra a entrada de Portugal na Grande Guerra uniram-se e desencadearam uma revolução que estabeleceu a ditadura militar em 1917, que teve fim no ano seguinte, na disputa novamente entre monarquia e república ganhou a agora denominada Nova República. Com o fim da guerra a situação portuguesa era crítica assim como a crise política no aparelho estatal. Assim, em 1926, uma revolução iniciada no norte que se disseminou pelo país pôs fim a situação decretando a ditadura militar<sup>40</sup>. Ditadura esta que colocou o poder central e o local nas mãos de militares, sendo as divergências políticas consideradas um atentado à ordem pública e a censura colocou a imprensa nas mãos de militares.

Em 1927 a oposição tentou um novo golpe militar, mas não obteve êxito porque o exército estava do lado da ditadura e o combate mais uma vez foi violento, acarretando, com seu término, numa repressão ainda mais acirrada. Nesse ínterim, os gastos militares corroboraram para o agravamento do déficit público e a saída vista pelos governantes eram os empréstimos estrangeiros. No entanto, as condições para tais empréstimos da Inglaterra e da Sociedade das Nações ameaçavam a independência de Portugal. Então, António de Oliveira Salazar<sup>41</sup>, professor de finanças de Coimbra, foi convidado a participar

---

<sup>39</sup> Sobre o problema colonial Oliveira Marques (1997, p. 110-111).

<sup>40</sup> "A situação geral do País melhorava indubitavelmente desde 1923. (...) A república evoluía logicamente para um radicalismo de feição socializante. Reforma agrária, aumento da tributação sobre os possidentes, nacionalizações, desenvolvimento da assistência social, melhoria do nível de vida das classes populares contavam-se entre os assuntos em discussão e inseriam-se na agenda dos partidos, quando não se achavam já em vias de efectivação. Era o resultado óbvio da gradual industrialização do País e da lenta alfabetização das massas. Mas essa evolução, se parecia excessivamente demorada para uns – os intelectuais, os operários – afigurava-se demasiado rápida a outros – os proprietários rurais, os capitalistas, parte da classe média, a Igreja." (Oliveira Marques, 1977, p. 286); Cf. Oliveira Marques (1977, p. 281-288).

<sup>41</sup> Sobre Salazar conferir Oliveira Marques (1977, p. 340-341).

do governo para equilibrar o orçamento da nação e assim o fez, ganhando a confiança do povo. Salazar elaborou uma Constituição em 1933 que embora representasse mais uma vez um regresso à Carta Constitucional de 1822, uma vez aprovada, significou o início do Estado Novo<sup>42</sup>, no qual o chefe de estado, eleito de sete em sete anos, era o poder supremo (Cf. Saraiva, 1995, p. 352-357). “A proibição de oposição organizada, o controlo da imprensa e a forte personalidade do Dr. Salazar explicam a longa estabilidade quer dos homens, quer das orientações”<sup>43</sup>.

Essa política de quase meio século da história portuguesa representou, no que tange à política interna, uma nova organização geral da administração<sup>44</sup> do Estado com o exercício autoritário<sup>45</sup> do governo e o desenvolvimento de obras públicas, possíveis graças à reforma financeira e tributária, de estradas, edifícios para os serviços públicos, barragens hidroelétricas, etc.; no tocante à política internacional investiu-se ferrenhamente na manutenção da independência política e econômica do país e na defesa do ultramar (Cf. Saraiva, 1995, p. 359).

A agitação popular social e política dessa época causavam insegurança tanto à Península como aos próprios interesses britânicos, por isso a Inglaterra e diversos outros países europeus apoiaram a Ditadura e o Estado Novo em Portugal. Essa conjuntura do Estado Novo, por sua vez, permitiu maior independência de Portugal em relação à Inglaterra e maior dependência do patrimônio colonial (Cf. Oliveira Marques, 1977, p. 343-345).

Após a Primeira Guerra Mundial Portugal estava arruinado e o *crescimento populacional deu-se para 13,1% entre 1920-30 devido também a restrições dos estados americanos para a entrada de imigrantes, graças ao excesso de mão-de-obra, baixando a emigração. Apenas 20% dessa população vivia nas cidades, sendo mais da metade residentes das cidades de Lisboa e Porto à medida que as outras cidades era majoritariamente rurais.*

---

<sup>42</sup> A respeito do Estado Novo Saraiva (1995, p. 356-366); Oliveira Marques (1977, p. 292-310).

<sup>43</sup> “O general Carmona manteve-se na Presidência da República desde 1928 até 1951, data em que morreu. Sucedeu-lhe o general Craveiro Lopes, que exerceu até ao fim o mandato de sete anos. O terceiro presidente do estado Novo, almirante Américo Tomás, ia já no terceiro mandato consecutivo e no 16º. ano de presidência quando foi deposto pela revolução de 25 de Abril. A chefia do Governo foi exercida pelo Dr. Salazar durante trina e seis anos até que a doença o inutilizou, em 1968. o seu sucessor, prof. Marcelo Caetano, chefiou o Governo mais de cinco anos, até à revolução.” (Saraiva, 1995, p. 358-359).

<sup>44</sup> A respeito da centralização das funções de Salazar, verificar Oliveira Marques (1997, p. 345-346).

<sup>45</sup> Sobre os mecanismos repressivos de contenção de revoltas durante a Ditadura conferir Oliveira Marques (1997, p. 336-339).

Lisboa destacava-se como a cidade que mais crescia, totalizando 600 mil habitantes em 1930. Assim, representando cerca de 10% da população total em Lisboa e Porto onde havia poder de compra e cultura comparáveis, ainda que em proporção bastante inferior, a outros países europeus. [grifo nosso].

Em 1939 iniciou-se a Segunda Guerra Mundial e a política adotada pelo país foi a da neutralidade até o momento em que percebeu que os aliados tinham grande probabilidade de vencer a guerra. Nesse momento então, Portugal rompeu com a neutralidade cedendo a base dos Açores aos aliados. No entanto, durante toda a guerra, enquanto declarado neutral, o país abasteceu ambos os blocos obtendo grandes lucros, sobretudo com a exportação de volfrâmio e sem necessidade de despesas com armamento e defesa do território. Esse saldo financeiro intensificou as atividades econômicas privadas. Duplicaram também as receitas públicas e as obras públicas frearam o desemprego (Cf. Saraiva, 1995, p. 360; Oliveira Marques, 1977, p. 311-314 e 346-347).

Enquanto as obras foram de investimento particular e iniciativa privada, até aquele momento, a partir do Estado Novo passaram a ser um empreendimento do Estado e uma forma de evitar o desemprego em momentos de depressão ou estagnação econômica. As obras públicas abrangeram, dentre outros, a construção e reparação de ferrovias e estradas, construção de pontes, redes de telegrafia e telefonia, melhoria de portos e aeroportos, construção de barragens para a irrigação e eletricidade, construção civil de bairros de trabalhadores, hospitais, estádios de futebol, quartéis, hotéis e recuperação de monumentos para incentivar a cultura e o turismo e ainda ministérios para a administração pública (Cf. Oliveira Marques, 1977, p. 314-316).

*A participação do Estado em grande número de obras empreendidas por particulares ou municípios tornou-se coisa habitual, quase uma condição natural e indispensável, aumentando a dependência generalizada em relação ao Governo. (Oliveira Marques, 1977, p. 316). [grifo nosso].*

Foram as obras públicas que possibilitaram nas décadas de 50 e 70 o desenvolvimento de Portugal, aumentando a partir da guerra as exportações,

diminuindo o déficit da balança comercial que também era “(...) compensado com as divisas enviadas pelos emigrantes e com os proventos do turismo, particularmente importantes desde os anos 50.” (Oliveira Marques, 1977, p. 318).

A produção interna foi crescendo paulatinamente sem ter que recorrer o país a empréstimos financeiros de outros países, graças ao desenvolvimento industrial de tecnologia avançada, destacando-se a química e a metalúrgica. No entanto, esse crescimento não permitiu que Portugal concorresse com outros países europeus que eram muito mais desenvolvidos que este. É importante destacar que os produtos manufaturados como: maquinaria, material ferroviário e rodoviário, etc. continuaram sendo importados (Cf. Oliveira Marques, 1977, p. 318; Saraiva, 1995, p. 361).

A diferença salarial do trabalho industrial para o agrícola mais uma vez corroborou com a emigração principalmente entre 60 e 70 e sobretudo para a França que oferecia salários mais elevados. O resultado negativo da emigração foi a desertificação do interior português e o positivo foi que a escassez de mão-de-obra valorizou o salário rural, passando, as famílias dos emigrados, a viverem um nível de vida correspondente ao salário industrial (Cf. Saraiva, 1995, p. 362).

Após a Segunda Guerra Mundial Portugal não conseguiu desenvolvimento econômico e cultural satisfatório comparado a outros países da Europa, tornando-se dependente tanto nas exportações, quanto nas importações do Ultramar (Cf. Oliveira Marques, 1977, p. 319).

Até meados dos anos 60 Portugal era dos países europeus com renda per capita mais baixa, 408 dólares, enquanto a Suécia apresentava per capita de 2 740.

O número de emigrantes que saíam do país ano após ano, em busca de melhores salários, constituía prova evidente das medíocres condições de vida da Pátria, sobretudo nas zonas rurais. A guerra em África, se estimulou o desenvolvimento económico e a emigração para o continente negro, freou, todavia, uma taxa de crescimento mais elevada na Metrópole, uma vez que cerca de 50% das receitas públicas se passaram a destinar à defesa. E a dependência crescente das Províncias de Além-Mar representou outro obstáculo a um surto mais acentuado no quadro de uma Europa unida. (Oliveira Marques, 1977, p. 320).

A crescente emigração de meados de 60 mexeu com a expansão demográfica entre 1930 e 1968 quando Portugal contava com cerca de 9 milhões de portugueses no país. Se a partir de 1919 cresceu o número de emigração sua diminuição em 30 e 45 deveu-se a restrições adotadas pelas nações americanas para conter a entrada de imigrantes e à guerra. Esse declínio deveu-se ainda às medidas legais restritivas portuguesas somada à paralisação dos transportes oceânicos durante a II Guerra Mundial (1939-1945) e à crise mundial de 1929 fechando-se os portos à emigração europeia. Finda a guerra o número de emigrantes aumentou sobretudo para o Brasil (45-63), Europa (60) e EUA (fim de 60 e 70). Havia uma convicção de que a emigração seria temporária, havendo um retorno rápido para o país de origem tão logo estivessem resolvidos os desequilíbrios conjunturais do mercado de trabalho, acumuladas as poupanças necessárias, ou diante de situações de desemprego fora do país (Cf. GEOIDEIA, p. 42).

Na década de sessenta, a maior parte dos emigrantes saiu com destino a França e à Alemanha onde a carência de mão-de-obra lhes proporcionava salários muito mais elevados do que na Terra-Mãe. Abstraindo dos aspectos humanos do problema, a emigração traduziu-se em certas vantagens para o País, tais como o envio permanente de somas avultadas em moeda estrangeira, a aceleração da mecanização agrícola, o aumento de salários devido à escassez de braços, etc. Todavia, depauperou-o em centenas de milhares de homens e mulheres válidos, o que viria a resultar em problemas de mão-de-obra de difícil solução.

O surto urbano prosseguiu e acelerou-se, com as áreas de Lisboa e Porto a constituírem focos de atracção permanente de levas de gente rural dos distritos do interior. (Oliveira Marques, 1977, p. 342-343).

No que tange o contexto internacional após a Segunda Guerra Mundial as colônias foram incluídas na Carta das Nações Unidas como países independentes, fato que não agradou Portugal que já não as denominava colônias e sim províncias ultramarinas que integravam o território nacional

sendo patrimônio inalienável, mas tal posição foi condenada, após ter sido advertida, pela O.N.U.<sup>46</sup>

O Estado Novo possuía uma política de centralização inclusive em relação ao ultramar português, objetivando assim passar aos “indígenas” africanos e timorenses os valores e costumes morais e sociais portugueses, bem como o idioma, a frequência nas escolas e a cristianização, obtendo, após esse processo, os indígenas, o estatuto de “assimilados” o que lhes conferia o direito de qualquer cidadão português, estatuto para o qual não passavam sem sofrerem discriminação econômica e social mesmo depois de o serem. Nas colônias de Cabo Verde, Índia e Macau os habitantes não eram chamados indígenas, recebiam imediatamente o estatuto de cidadãos (Cf. Oliveira Marques, 1977, p. 365).

O anti-colonialismo teve início no fim da Segunda Guerra Mundial contra a servidão à qual estavam sujeitos os africanos e as estagnação econômica das colônias. Salazar modificou, sob essa pressão, a Constituição de maneira moderada: a palavra “colônia” cedeu lugar à “província ultramarina” e “colonial” a “ultramarino”, dentre outras modificações. A condição de assimilado cedeu lugar em 1961 a plenos cidadãos de Portugal que designava os habitantes de Angola, Guiné e Moçambique. Ainda mantendo a centralização e a conversão do africano em europeu voltaram-se olhares para a cultura africana, conservando alguns hábitos e as aldeias foram reconhecidas como “corpos administrativos locais”, criaram-se assembleias municipais, cederam-se terras, etc. É importante destacar também que mesmo findo o trabalho escravo, a exportação de mão-de-obra, inúmeras vezes sob o regime escravo, representava saldos positivos para as colônias (Cf. Oliveira Marques, 1977, p. 366-369).

Exploração do trabalhador, discriminação real, conquanto ilegal, negligência no combate ao analfabetismo e outros sinais julgados típicos de um regime colonialista podiam igualmente encontrar-se na Metrópole, onde as classes

---

<sup>46</sup> África e Ásia tiveram sua política durante os séculos XIX e XX marcadas pelas atividades diplomáticas e militares para manter ou alargar os domínios territoriais por parte das ambições coloniais da Inglaterra, França e Alemanha, principalmente. Portugal assentava seus direitos nas questões históricas visto ser uma fraca potência colonial no que tangia à força militar, mão-de-obra colonizadora e recursos econômicos. (Cf. Oliveira Marques, 1977, p. 168). Sobre as disputas do continente africano Oliveira Marques (1977, p. 168-181). Sobre a colonização e exploração do continente africano Oliveira Marques (1977, p. 117-143); Cf. Saraiva (1995, p. 364-365).

chamadas inferiores eram similarmente exploradas, sujeitas a discriminação e desprezadas na sua promoção cultural. A história dos territórios ultramarinos portugueses e a política de Portugal em África no século XX têm de ser compreendidas como replica, ampliada, da história metropolitana, como todo o seu lento desenvolvimento económico, vícios sociais de estrutura e atraso cultural. É a não compreensão deste fenómeno que normalmente leva a enganos e interpretações erradas (Oliveira Marques, 1977, p. 370).

Na primeira metade do século XX a população branca cresceu largamente em Angola e Moçambique com a emigração de colonos portugueses para as cidades, nas quais os negros eram seus clientes e dependentes, controlando os cidadãos a vida da colônia, inclusive o reduzido número de indígenas que vivia no campo com uma agricultura rudimentar. Após a década de 60, o governo passou a incentivar a emigração da cidade para o campo para povoar certas áreas rurais, proibindo a contratação de mão-de-obra africana pelos colonos em determinadas regiões. Nesse período viviam em Portugal 29.428 estrangeiros, dos quais 67% eram europeus, - principalmente espanhóis (40%) refugiados da Guerra Civil espanhola, seguidos de outros inseridos no comércio do vinho do Porto, por exemplo, como os ingleses (7%), franceses (6%) e alemães (5%) – e 22% eram brasileiros, dos quais 76% fixaram-se em Portugal nas décadas de 40 e 50. Até início dos anos 70 a imigração em Portugal aumentou graças à internacionalização da economia e a industrialização a partir da qual a imigração para o trabalho era permitida por lei desde que não se verificassem nacionais desempregados ou quando necessitavam de mão-de-obra qualificada ou especializada - não disponível no mercado nacional, ademais o desenvolvimento do turismo, principalmente no Algarve com a entrada de capital estrangeiro atraiu ingleses e alemães para o território nacional (Cf. Oliveira Martins, 1977, 381-383; X Recenseamento Geral da População).

Ao mesmo tempo intensificou-se, sobretudo desde o fim da segunda Guerra, a emigração de Portugal, com o resultado de que milhares de famílias passaram a transferir pessoas e bens para Angola e Moçambique, ano após ano. A emigração de estrangeiros não foi, em regra, encorajada.

(...)

Nas outras colónias, a população total estacionou ou declinou mesmo na falta de uma imigração regular da Metrópole. Todas elas, à excepção da Guiné e de Timor (cujo escasso desenvolvimento não era de molde a atrair colonos), haviam atingido o limite máximo para as suas fracas possibilidades e tendiam a exportar, mais do que a importar, gente. (Oliveira Marques, 1977, p. 383).

A política ultramarina despertou imensas despesas com guerras militares na Índia, Goa, Damão, Diu e em Angola, Guiné e Moçambique, em 1961. Desenrolaram-se inúmeras guerras coloniais contra a metrópole<sup>47</sup> em favor de melhorias de condições de vida e de independência o que acarretou grandes gastos para a metrópole para o investimento militar tanto em pessoal quanto em armamento<sup>48</sup>.

O problema colonial serviu também para isolar Portugal dos outros estados, particularmente no seio das Nações Unidas. Contudo, uma vez mais a política externa do regime levou a melhor, quer explorando habilmente todas as dissensões entre as potências ocidentais e os estados africanos, quer permitindo investimentos estrangeiros em larga escala, tanto na Metrópole como nos territórios ultramarinos, quer ainda autorizando o estabelecimento de bases a outros países da OTAN (Alemanha, França). Ao mesmo tempo, passou a conceder-se redobrada atenção ao Ultramar, multiplicando-se os investimentos por parte do estado, desenvolvendo-se os recursos locais como nunca antes, e fomentando-se o progresso da educação. (Oliveira Marques, 1977, p. 356-357).

---

<sup>47</sup> "Por volta de 1910, a autoridade portuguesa era mais ou menos respeitada pelas populações indígenas de Angola, Moçambique, Guiné e Timor. A administração republicana, sublinhando a ocupação civil sobre a militar, procurou evitar, tanto quanto possível, campanhas de 'subjugação' à maneira tradicional. Pelo contrário, recomendou-se aos governadores que consagassem as suas energias a contactos pacíficos com os povos indígenas, embora sem qualquer aparência de fraqueza. Procurava-se assim substituir a imagem do conquistador, destrutivo, autoritário e odioso, pela imagem do protector, útil, paternalista e atraente. Mesmo nos casos em que a força militar se julgava inevitável, variaram os métodos e as práticas de pacificação, com menos relevo para a violência e o heroísmo e mais para a persuasão contínua e a colaboração com as populações locais." (Oliveira Marques, 1977, p. 371). Sobre as guerras coloniais conferir Oliveira Marques (1977, p. 371-380).

<sup>48</sup> "O problema principal fora agora transferido da Metrópole para o Ultramar, onde as revoltas africanas, os actos de terrorismo e a participação estrangeira preocupavam toda a gente. Começaram guerrilhas na Guiné (1963) e em Moçambique (1964), além das de Angola, efectivas desde 1961. Em Macau, os Comunistas impuseram a sua vontade (1966), embora tolerando uma soberania portuguesa teórica. Aumentou o número de anos de serviço militar obrigatório, intensificando-se o recrutamento." (Oliveira Marques, 1977, p. 356).



As guerras do Ultramar constituíam-se, por essa altura de 1972-73 infundáveis, sem prestígio do exército que não tinha êxito e sem o governo tomar outra medida que não a militar. Com o governo de Marcelo Caetano, a Segunda República Portuguesa, exercendo os latos poderes conferidos pela Constituição numa enorme repressão e autoritarismo. Somava-se à essa situação do Ultramar (com grande número de mortos e feridos) a crise econômica.

Como pano de fundo, enfim, a questão social. Iam-se agravando as tensões entre uma escassa grande burguesia, caracterizada pelo controle de alguns monopólios de extensão e influência desmesuradas para o tamanho de Portugal e que acaparava os principais benefícios da guerra e do surto capitalista das eras de Cinquenta e Sessenta, e uma média e pequena burguesias em expansão numérica e económica, desejosas de ocuparem um lugar ao sol na máquina do estado e na partilha dos lucros. O emburguesamento de grande parte do proletariado urbano faziam-no integrar-se neste conflito burguês. (Oliveira Marques, 1977, p. 413).

No Ultramar foram substituídos o governador da Guiné e o chefe de Estado, António de Spínola e Costa Gomes, respectivamente, em 1973 e 1974, que se declaravam contra a manutenção do *status quo* e foram demitidos das suas funções depois de Spínola publicar o livro, com o apoio de Costa Gomes, *Portugal e o Futuro*, no qual criticava veementemente a política interna e externa portuguesa e incitava, nas entrelinhas, o golpe de Estado contra o governo, despertando uma revolta militar nas Caldas da Rainha que rapidamente se desfez graças a desorganização do movimento.

Um novo movimento, um mês depois, derrubou o regime em vigor, marcando o início da “Terceira República” (Cf. Saraiva, 1995, p. 365).

O 25 de Abril, também conhecido como Revolução dos Cravos,<sup>49</sup> foi um movimento desencadeado pelos militares em consequência de questões internas das forças armadas que teve consigo a adesão da população que almejava liberdade, mudanças, fim das guerras e desenvolvimento. Cada setor da sociedade tinha uma compreensão diferenciada acerca do significado de

---

<sup>49</sup> Sobre o movimento que desencadeou o 25 de Abril de 1974 conferir Saraiva (1995, p. 367-371).

cada palavra pois olhavam dos seus prismas a partir do lugar que ocupavam na sociedade.

(...) em 25 de Abril de 1974, novo movimento militar, desta vez com a participação activa da maioria das unidades, e desenrolando-se com a maior rapidez e precisão, punha fim ao regime. Em pouco mais de doze horas, Lisboa, o Porto e as principais cidades passaram para as mãos dos revoltosos. Não houve praticamente resistência e quase nenhum derramamento de sangue. O Governo rendeu-se em Lisboa e Marcelo Caetano, com Américo Tomás e alguns ministros, foram presos e deportados para a ilha da Madeira. Constituiu-se uma Junta de Salvação Nacional sob a presidência de Spínola, com Costa Gomes em segundo lugar. O Estado Novo deixara de existir. (Saraiva, 1995, p. 414).

Saraiva considera que existiu nesse período um “ (...) presidencialismo tutelar que tem garantido o funcionamento regular do sistema.” e completa “As questões políticas tomaram a prioridade no conjunto das questões públicas (...) A descolonização modificou definitivamente as bases estruturais da vida” (Saraiva, 1995, p. 366).

Na verdade “(...) repetia-se (...) a situação criada pelo movimento de 1926 (...)” (Saraiva, 1995, p. 415), pois às Forças Armadas e seus mandatários é que cabia o direito e o dever de impor ao país o seu destino, constituindo-se o movimento de 25 de Abril de 1974 um protesto contra a condição vivida pelas Forças Armadas e contra a eternização da guerra colonial. Assim o povo logo manifestou-se entrando para partidos políticos e outras associações, mas mesmo com as eleições o exército continuou dominando.

O Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) teve princípios pacíficos para com as relações externas de independência e igualdade entre os estados visando alargamento e diversidade dessas relações, bem como a paz com base na amizade e cooperação, respeitando, o Governo Provisório, os compromissos internacionais decorrentes dos tratados vigentes, propondo ainda uma política ultramarina que conduzisse à paz, pois havia o grande problema da descolonização.

Mário Soares – ministro dos Negócios Estrangeiros – na Trigésima Assembléia Geral da ONU, em setembro de 1974, demarcou as opções de política externa de Portugal:

- fidelidade à Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO<sup>50</sup>);
- reforço da Comunidade luso-brasileira;
- estreitamento de relações com o Reino Unido, Espanha e Estados Unidos da América;
- promessa de definição de uma política realista para com os países de terceiro mundo;
- colaboração ativa com a ONU e demais organismos de cooperação internacional.

Com a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974 marcando o fim dos 48 anos da ditadura militar Portugal viveu o início da democracia – e o processo de descolonização de alguns países do continente africano em 1974-75 que no bojo dessa conjuntura internacional corroboraram para o aumento crescente da imigração no país (Cf. Malheiros, 1996, p. 09). Assim, em 1974 Portugal vivenciou o fim da ditadura militar e da guerra do Ultramar (1974-75), marcada pelo término de sua soberania em territórios ultramarinos asiáticos e africanos com o rápido processo de descolonização dos mesmos, cenário que culminou no crescente aumento do número de imigrantes no território nacional.

Em julho de 1976 que o I Governo Constitucional tomou sua decisão estratégica mais importante: a “opção europeia”, o ingresso na Comunidade Econômica europeia - CEE, pressupondo o alargamento da mesma; o pedido e ingresso da Espanha, a aproximação dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) à Convenção de Lomé. Fatos consumados mais tarde (Cf. Ferreira, 1999, p. 37-43).

Essa conjuntura propiciou a entrada de um grande fluxo imigratório. E quem compunha esse fluxo imigratório? Portugueses, aproximadamente meio milhão segundo as estatísticas oficiais ou 800 mil de acordo com outras estimativas, até então residentes nas antigas Províncias Ultramarinas que

---

<sup>50</sup> NATO é a sigla de North Atlantic Treaty Organization.

desencadearam durante 1975-77 um movimento de retorno, de repatriamento. Nesse momento, os imigrantes, até então considerados úteis, tornaram-se dispensáveis e mão-de-obra excedente, aumentando, assim o controle das fronteiras a partir de uma política rígida de fecho da entrada de novos imigrantes nos tradicionais países receptores à qual associou-se uma política de estímulo voluntário de regresso do imigrante ao país de origem (Cf. Rocha-Trindade, 1995, p. 154-155). A este movimento somou-se a imigração dos naturais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's) (Cf. Rocha-Trindade, 1995, p. 199; Pires, 2003, p. 119-126), que optaram por viver em Portugal, buscando estabilidade e condições básicas de vida, para fugir à crise econômica desses países africanos associada ao crescimento demográfico e a instabilidade político-militar que era evidenciada com os permanentes conflitos armados. Imigração que era ainda sustentada pela afinidade histórica secular e língua comum, bem como pelo desenvolvimento das redes de acolhimento e solidariedade informais e institucionais. A esses dois fluxos juntou-se um terceiro: a importação de profissionais qualificados. A modernização e a abertura da economia portuguesa ao exterior com a entrada e estabelecimento das empresas transnacionais que solicitavam profissionais qualificados para desenvolverem o trabalho. Seguidamente a essa importação de mão-de-obra deu-se ainda uma nova entrada, a dos chamados "trabalhadores indiferenciados" para suprirem as carências de mão-de-obra em funções precárias e com pouco prestígio como a construção civil e o serviço doméstico, oriundos de diversas regiões (Cf. Malheiros, 1996, p. 09). É importante destacar que o trabalho na construção civil em Portugal interessa mais aos imigrantes que aos nacionais em função da: subcontratação, irregularidade do trabalho, precariedade dos contratos de trabalho e dos baixos salários (Cf. Peixoto, 2004, p. 11; Baganha *et al*, p. 148-150).

Mas os portugueses não deixaram de emigrar, embora tenham sim reduzido esse fluxo. Alguns países como Alemanha e França que entre 1960 e 1974 absorviam a emigração portuguesa, constituída, sobretudo, de trabalhadores rurais com mão-de-obra pouco qualificada, adotaram medidas legislativas para controlá-la encontraram a manutenção desses fluxos na direção de novos destinos que agora exigia uma mão-de-obra semi-qualificada

para responder às exigências do processo de industrialização e das novas tecnologias na indústria e nos serviços mas caracterizada como uma emigração temporária na década de 80 como foi o caso da América do Norte, principalmente Estados Unidos e Canadá, Austrália e Venezuela graças a exploração petrolífera nesta última. Havia ainda países em desenvolvimento que careciam dessa mão-de-obra emigrante e para os quais se dirigiram muitos portugueses como foi o caso da Arábia Saudita e da Líbia no Oriente Médio (Cf. Malheiros, 1996, p. 69). No entanto, a livre circulação da Europa comunitária tem dificultado a contabilização dos portugueses que emigram para outros países comunitários, pois a política de livre circulação na União Européia (UE) aos comunitários dificulta, chegando mesmo a ocultar a contagem desses emigrantes portugueses, neste caso específico (Cf. Machado, 1997, p. 16).

Em termos gerais, numa breve caracterização da população imigrante em Portugal, os oriundos das ex-colônias portuguesas, nomeadamente africanas, são majoritariamente jovens, analfabetos ou semi-analfabetos e desempenham tarefas não qualificadas. Os homens, via de regra, trabalham na construção civil, nas obras públicas e nos serviços, enquanto as mulheres trabalham nos serviços domésticos e no comércio. Os imigrantes de origem indiana, embora também tenham sido colonizados pelos portugueses, destacam-se dos primeiros por dedicarem-se ao pequeno comércio ou ao comércio ambulante, freqüentemente trabalhando por conta própria.

A consolidação da democracia em Portugal incentivou investimentos estrangeiros voltados para o turismo, comércio, agricultura e serviços, financiados por americanos e europeus na maioria dos casos, os quais acabaram por fixar residência nesse país. Os europeus são jovens com elevado grau de instrução e exercem profissões qualificadas na área das ciências, tecnologia e gestão, com ascendência social e profissional. A esses juntaram-se os de idade avançada (Cf. Rocha-Trindade, 1995, p. 200-202) tanto europeus quanto americanos aposentados que freqüentemente instalaram-se no distrito de Faro, eleito por possuir um clima agradável em termos europeus e, sendo Portugal um país periférico, desfrutaram de um custo de vida baixo, tal demanda expandiu também a demanda de mão-de-obra nesse

distrito na construção civil (Cf. Malheiros, 1996, p. 87-89). Dos americanos são os brasileiros que possuem maior representatividade porque desse continente são os que possuem em comum afinidades culturais, a língua e uma particularidade política: a aplicação da Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses de 29 de Dezembro de 1971. Ademais, no tocante ao país de origem existem fatores de repulsão: instabilidade política e altas taxas de inflação. Outro atrativo forte de Portugal para os estrangeiros é sua posição geopolítica no contexto europeu.

A construção da Europa comunitária possui dois lados. De um lado um enrijecimento das fronteiras externas que se fecham gradualmente a partir de controles legais que visam barrar e excluir os denominados imigrantes extra comunitários - a preocupação com o controle das fronteiras, por parte dos países comunitários deu-se em 1979 e culminou no acordo de Schengen em 1985 que estabeleceu três instrumentos de controle: um modelo único de visto; acordo sobre os países dos quais se exigirão visto obrigatório; criação de um sistema informatizado comum para facilitar a troca de informações. De outro, está uma Europa com fronteiras internas permeáveis progressivamente - em 1992, o Tratado de Maastricht permitiu a livre circulação dos nacionais no seio da União Europeia com o desaparecimento das fronteiras internas e impondo maior controle e vigilância das fronteiras externas (Cf. Ianni, 1997, p. 197).

Recentemente, desde a queda do regime político do Leste europeu, tem sido procurado por cidadãos daí originários (Cf. Rocha-Trindade, 1995, p. 202). A crise do socialismo, por sua vez, atingiu seu ápice em 1989 com a queda do Muro de Berlim, que simbolizou a derrota do projeto socialista; a desarticulação dos sistemas sócio-políticos vigentes nos Estados socialistas - "campo socialista". Ainda que essa crise envolvesse todo o campo socialista ela era heterogênea, pois eram diferenciados os vetores e os componentes em cada conjuntura nacional. A queda do Muro de Berlim e do socialismo da União Soviética deveria representar a vitória do capitalismo ocidental, da economia de mercado e da democracia, mas, ao contrário, assistiu-se na década de 1990, ao "desabamento irreversível de grandes partes do mercado mundial" (Heidemann, 2004, p. 26).

O acolhimento desses povos ganhou um novo significado, se outrora eram acolhidos no ocidente como forma de resistência e opressão das sociedades socialistas na perigosa travessia do Muro de Berlim agora, após a queda do muro, esses fluxos são tidos como “invasores” atrás da riqueza capitalista em um mundo que outrora negavam (Cf. Neto, 2004, p. 20).

Ainda que o número de imigrantes não seja muito grande em proporção à população nacional, mesmo sabendo-se que a esses se somam os clandestinos, a questão não é o número de imigrantes e sim, o curto período de tempo em que se deu esse grande número de entrada causando uma sensação de “invasão” no país de destino (Cf. Rodrigo, p. 42). Entretanto, é válido um panorama elucidativo da representação da população imigrante em Portugal em 2004.

Portugal, em dezembro de 2004, contava com 10.529.255 habitantes, seu crescimento nesse ano foi de 5,2% - porcentagem que corresponde a 54.570 indivíduos. Esse crescimento corresponde à soma do saldo natural (nascidos vivos = 109.262 menos os óbitos = 101.932, totalizando um saldo natural de 7.330 indivíduos) com o saldo migratório (47.240 estrangeiros residentes em Portugal nesse ano), o que significa que a imigração foi responsável pelo crescimento de 4,6% dos 5,2% do aumento do número de habitantes em Portugal nesse ano.

Lisboa contou com um crescimento de 7,4%, chegando em dezembro de 2004 com 2.760.697 habitantes, sendo o saldo migratório de 5,1% ao passo que o saldo natural foi de 2,3%.

Uma hierarquização da população que migra para Portugal, considerando o continente de origem de cada imigrante nos permite averiguar que em primeiro lugar está a África com 123.093 imigrantes residindo em Portugal com estatuto legal de residente, a seguir a Europa com 83.859, dos quais 74.542 são oriundos da União Europeia, depois vem a América com 45.161, seguida da Ásia com 12.410 e da Oceania com 553, os demais são considerados apátridas (273) e desconhecidas (12).

## CAPÍTULO II

### IMIGRANTES BRASILEIROS EM LISBOA

*“Tudo vale à pena se a alma não é pequena.”*

*Fernando Pessoa*

#### 2.1. A imigração na “era da globalização”

Portugal viveu ao longo de sua história movimentos migratórios de saída (emigração) e entrada (imigração) de cidadãos em seu seio simultaneamente, como vimos no capítulo anterior. A peculiaridade desse país no tocante as migrações internacionais reflete sua posição semiperiférica no contexto da economia mundial constituindo-se, concomitantemente, ponto de partida e de chegada de fluxos migratórios (Cf. Machado, 1997, p. 17). Entretanto, se num primeiro momento destacou-se como um país de emigração, ainda que conserve esta característica, ganhou, recentemente o estatuto de país de imigração, não que a imigração seja uma novidade em sua realidade, tal como nos revelou a história, mas o curto período de tempo com que se deu o aumento da intensidade do número de entrada de estrangeiros nesse país constitui-se uma novidade (Cf. Rodrigo, 2004, p. 42) e encontra sua explicação no mundo do trabalho, ou seja, na centralidade do trabalho na sociedade capitalista (Cf. Ianni, 1997, *passim*; SOS Racismo, 2002, p. 28; Antunes, 1995, *passim*).

Nesta perspectiva, os fluxos migratórios atuais são indissociáveis da chamada “era da globalização” (ou mundialização do capital) vivida pela sociedade mundial a partir de 1973, quando se desenrolaram crises globais:



crise do petróleo, crise do Estado de Bem-Estar e crise do socialismo<sup>51</sup>. Globalização essa caracterizada por transformações ocorridas em todos os níveis a partir da política neoliberal<sup>52</sup>, implicando diretamente em alterações dos fluxos migratórios contemporâneos em todos os aspectos: sociedade de origem e de destino; intensidade; formas de imigração; políticas de imigração; e controle das fronteiras; dentre outros. Assim, *só é possível entender as migrações contemporâneas tendo como referência a crise do sistema global da economia de mercado, no seio da qual as mobilizações ocorrem, salvo raríssimas exceções, em função do trabalho e da guerra, uma vez que essas populações mobilizadas e flexibilizadas no contexto da globalização, que se deslocam, via de regra, para os centros que provocaram sua miséria, estão presas ao sistema produtor de mercadorias e à sua própria forma de sujeito* (Cf. Heidemann, 2004, p. 26-28; Antunes, 1995, *passim*). [grifo nosso].

A globalização nada mais é que uma modalidade de funcionamento do sistema capitalista e tem como base a internacionalização do capital, ou seja, o mundo sofreu uma metamorfose que o converteu num mercado interno das

---

<sup>51</sup> A partir de 1970 iniciou-se a denominada “década das crises”, mais precisamente a partir de 1973. Sobre esse assunto ver Hobsbawm, Eric “Era dos extremos”.

<sup>52</sup> Ainda que tenha sido implantado no pós 73 graças a condições político-econômicas: recessão-inflação, baixas taxas de crescimento, endividamento público, Estado de proteção social, poder dos sindicatos, etc., o ideário político neoliberal data de 1944 com “O Caminho da servidão” de Friedrich Hayek. No pós 73 o modelo econômico entrou em crise, posto que o capitalismo avançado entrou em recessão: havia baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. Para combater a crise, isto é, o Estado de Bem-Estar, ou ainda o keynesianismo, fazia-se necessário um Estado forte, capaz de reprimir e desmobilizar os movimentos sociais e romper com o poder dos sindicatos e controlar o capital – tendo como meta a estabilidade monetária – e com poucos gastos e intervenções econômicas – não cabia ao Estado controlar o mercado, o salário, o câmbio, os preços, etc. o mercado deveria se auto-regular e o Estado deveria garantir as condições favoráveis para seu livre desenvolvimento, garantindo segurança nacional e defendendo a fronteira. Para tanto, era indispensável ao Estado a contenção dos gastos do bem-estar e a criação de um exército industrial de reservas, que significaria a naturalização do desemprego, bem como uma série de medidas fiscais. O neoliberalismo tinha como meta a estabilidade monetária, o lucro, o crescimento econômico, a deflação e o combate ao comunismo. Tudo isso constituía o ideário político, ideológico e programático do neoliberalismo. A ideologia neoliberal alcançou sua hegemonia nos países de capitalismo avançado visando com que esses se reerguessem com altas taxas de crescimento estáveis. Embora cada país tenha utilizado estratégias próprias, diferentes de um país para outro, ambos detiveram a inflação, atingiram a deflação e, conseqüentemente, um aumento da taxa de lucro em decorrência da derrota do movimento sindical que acarretou numa queda do número de greves e numa contenção salarial, com o desemprego crescente, gerando como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente, fato que corroborou para o acirramento da polarização entre riqueza e pobreza e na desestruturação e empobrecimento da chamada classe média. Todavia, esses países de capitalismo avançado que adotaram o neoliberalismo não obtiveram altas taxas de crescimento, porque embora tenham elevado o lucro, aumentando o número de mercados e câmbios internacionais e suas transações monetárias diminuíram o comércio mundial de mercadorias reais e o Estado não conseguiu conter seus gastos, uma vez que os mesmos cresceram com o desemprego e com o aumento da população aposentada. Contudo, essa ideologia disseminou-se por todo mundo constituindo-se um movimento ideológico mundial inacabado (Cf. Anderson, 1995). A crise do Estado de Bem-Estar significou, então, uma crise estrutural do desenvolvimento do capitalismo nos moldes da democracia política.

transnacionais que controlam aproximadamente 80% do comércio mundial, tornando-se o capital majoritariamente financeirizado. Tudo está sob o domínio do grande capital que criou uma nova divisão transnacional do trabalho com a formação de um mercado mundial a partir da consolidação das propostas neoliberais estabelecidas no Consenso de Washington<sup>53</sup>, políticas essas controladas pelos organismos internacionais – FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional de Reconstrução do Desenvolvimento) e BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Existe na globalização uma crise cíclica que atinge inclusive o mercado e os Estados nacionais. A distribuição dos meios que são escassos por definição são acompanhadas de inflação, dívidas internas e externas e política cambial, ou seja, todas as ações estão subordinadas à lei da rentabilidade porque o que existe é uma ditadura do mercado.

A economia moderna, esse processo de globalização e transnacionalização, tem sua base política nos Estados e nações, no direito e na democracia. Estados esses que embora existam no âmbito formal (jurídico e militar) e administrem crises (sempre no sentido repressivo) são destruídos pelos capitais transnacionais e os respectivos mercados, isto é, a descentralização do Estado nacional faz-se necessária uma vez que as burocracias nacionais são encaradas como um obstáculo. A proposta neoliberal coloca de forma clara e visível a falência do Estado e justifica tal argumento dizendo que o Estado é incapaz de manter políticas macroeconômicas. Dessa forma, não cabe mais o exercício de soberania e controle de políticas monetárias e fiscais, passou-se a duvidar da intervenção em diversas dimensões (Cf. Batista, 1994, p. 5-13; Heidemann, 2004, p. 29-35).

A globalização trouxe consigo o acirramento da concentração de riqueza, de saber e de bens, ganhando mais os países industrializados que os

---

<sup>53</sup> Em novembro de 1989 estiveram reunidos em Washington representantes do governo americano de organismos financeiros internacionais (FMI, BIRD, BID) e diversos economistas latino-americanos, com o objetivo de avaliar os resultados das reformas econômicas adotadas pelos países da região. Esse encontro - "Latin American Adjustments: How Much Has Happened?" (Ajustamentos Latino-Americanos: Quanto Foi Feito?) - fora convocado pelo Institute for International Economics, e suas conclusões foram denominadas "Consenso de Washington". O Consenso de Washington tem como objetivos a democracia e a economia de mercado que embora se complementem e se reforcem o último prevalece sobre o primeiro, isto é, o político está subordinado ao econômico, ou ainda capitalismo liberal primeiro e democracia depois (Cf. Batista, 1994, p. 13-14).

subdesenvolvidos e aprofundando a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres no interior das nações, culminando no aumento das migrações uma vez que a maioria dos trabalhadores dos países mais pobres não encontra perspectivas de futuro em sua terra natal, o que culmina no tendencial aumento das migrações transnacionais, sobretudo dos países mais pobres para os mais ricos (Cf. Carlos, 1993, p. 415), aumento esse que está diretamente vinculado “a implantação de políticas neoliberais de ajustes estruturais, privatizações, cortes nos direitos trabalhistas e políticas compensatórias.” (Bassegio, 2004, p. 60-62; Rodrigo, 2004, p. 43).

Globalização que não distribui riquezas, que globaliza o acesso livre aos mercados, mas não é solidária, elimina barreiras comerciais, mas impede a circulação das pessoas, defende o livre mercado como um direito, mas dificulta ainda mais o acesso aos direitos básicos. (Declaração de Bruxelas, Junho, 2002).

A globalização do capitalismo, dinamizada pela microeletrônica, robótica, automação, tecnologias eletrônicas, informática, telecomunicações, etc, acarretou uma nova divisão transnacional do trabalho, o qual também sofreu uma intensa tecnificação. Industrialização que substitui o trabalho humano pela máquina (capital fixo “cientificizado”), tornando o trabalho “supérfluo” e criando um extenso contingente de desempregados, em decorrência do desemprego estrutural e não mais cíclico como outrora o que faz com que o emprego perdido no momento de crise não volte no período de prosperidade econômica, aliás esses empregos não voltam nunca. Cria-se assim, uma superpopulação absoluta que é constituída por trabalhadores considerados residuais ou excedentes.

A mobilização da população mundial é consequência da imposição mundial da “mão invisível” do sistema produtor de mercadorias, permitindo ao indivíduo moderno, “subordinado à ‘coerção silenciosa das relações econômicas’”, possuir a potencialidade e o direito de vender sua força de trabalho no mercado em qualquer lugar do mundo, venda essa que não tem como contrapartida a garantia de direitos. Frequentemente a decisão de

emigrar está vinculada a fatores econômicos, isto é, o objetivo comum é a busca de obterem maiores rendimentos financeiros que possibilitem uma melhora na condição de vida, como nos mostrou a pesquisa realizada com os brasileiros em Lisboa. São comuns histórias nas quais a emigração foi incentivada por conhecidos que moravam fora do país e apontavam a vantagem de emigrar para ganhar mais dinheiro.

O mercado de trabalho no Brasil já está muito saturado (...) Existe também o problema administrativo de impostos no Brasil que são muito altos, então enquanto a gente estava tentando aumentar o faturamento, tinha o governo tentando arrancar. Era complicado. E depois eu estava vendo que a situação não estava bem no Brasil (...) (Pedro).

Eu estava louca para ir para os EUA porque já não agüentava mais ser escrava (do trabalho) lá no Brasil. (Priscila)

Até mesmo quem no princípio deslocou-se para realizar algum curso o fez com o intuito de obter melhores salários no país de origem com tal formação. No entanto, se num primeiro momento o intuito do deslocamento foi apenas a realização de um curso no exterior, já no país receptor, configurou-se uma imigração, pois, por vezes, acabaram lá ficando.

A verdade é que existem pessoas pobres que emigram comprando a passagem com o pouco dinheiro que ainda têm para “tentar a sorte”, existem aqueles que fazem empréstimos e dependem do dinheiro que irão receber com a imigração para pagar as prestações da passagem, existem também aqueles que conseguem comprar as passagens com o dinheiro das indenizações salariais e existem também pessoas que têm uma situação financeira boa e que ainda assim optam pela emigração. Essa mobilidade é facilitada, possibilitada e insentivada graças ao desenvolvimento tecnológico nas áreas da comunicação e dos transportes (Cf. Portes, 1999, p. 127).

A busca de auferirem maiores rendimentos associa-se à outras questões tais como a fuga da violência da sua terra natal, por motivos de assassinato e

assalto, violência esta retratada, inúmeras vezes, com grande ressentimento, pois, além do “abalo” psicológico e medo, repercutiu gravemente na situação econômica do emigrante que sentiu-se ainda desamparado pelo Estado que não esquece de arrecadar sua parte com os inúmeros e altos impostos, mas que não propicia segurança ao cidadão nacional, bem como o impacto causado por algumas políticas nacionais tal como durante o governo de Fernando Collor de Melo.

A decisão de emigrar, independentemente do motivo “aparente”, tem sempre no seu cerne a procura de uma vida melhor. Uma vida melhor aqui entendida como um maior possibilidade de consumo do que possuía em seu país de origem e uma vida mais tranqüila no que tange a violência. A migração é assim a solução encontrada tanto pelas classes mais populares, quanto pela classe média diante da disparidade entre as necessidades básicas e as possibilidades de satisfazê-las. As pessoas migram em busca de melhores condições de vida porque não têm seus direitos fundamentais garantidos: ao trabalho, a alimentação, à saúde, à terra, à moradia, a educação, a informação, etc. em função do desemprego e de dificuldades de competir interna e externamente (Cf. Bassegio, 2004, p. 60-62).

A superpopulação é fundamental na análise das migrações transnacionais, pois nos países e regiões em que há excedente populacional, considerando-se as reais condições de vida e trabalho dessa população ou ainda o estado das forças produtivas e das relações de produção, há certamente um fluxo migratório em direção à outras regiões e países em que a força de trabalho é insuficiente (Cf. Ianni, 1997, p. 196-198).

Portanto, imigração e trabalho são indissociáveis. Os imigrantes ou chegam com trabalho, ou têm que procurá-lo logo que ingressam no país de destino, neste caso específico em Portugal, pois dele dependem para manter seus custos básico diários, pagar aluguel e, principalmente, porque juntar dinheiro é uma questão central no processo migratório; uma melhor condição de vida dada pelo trabalho. Mesmo quando o motivo da emigração não é diretamente econômico, a permanência no país de destino só é possível, via de regra, por causa dos rendimentos provenientes do trabalho. O trabalho ocupa, deste modo, uma preocupação central do imigrante, mesmo antes de sair de

seu país de origem. Muitas vezes a partida é efetuada somente após a garantia de iniciar o trabalho seguidamente à chegada no país de recepção. E os que chegam sem trabalho dedicam-se a procurá-lo exaustivamente. Nesse aspecto é fundamental o desempenho da rede migratória que diversas vezes é responsável pela colocação do novo imigrante no mercado de trabalho do país de acolhimento.

(...) cheguei num dia no outro dia comecei a trabalhar já (...) com um amigo da minha irmã. (Gustavo).

(...) eu cheguei aqui e já tinha arrumado um emprego na Clínica de Santo António, foi através de um médico brasileiro que entrou em contato com um médico português aqui e eu consegui o emprego lá. Quando eu comecei a trabalhar lá eu me enchi de dinheiro. Logo no primeiro mês eu comecei a ganhar mais aqui do que eu ganhava no Brasil. Daí eu falei “Se eu estou ganhando mais aqui como é que eu vou voltar pra lá? É aqui que eu tenho que ficar.” Então só o estímulo financeiro me estimulou a ficar aqui. (Pedro).

É interessante constatar que, na maioria dos casos, os emigrantes deixam seu país de origem dispostos a mudar de estatuto social e a desempenhar qualquer função no mercado de trabalho, ainda que na maioria das vezes o trabalho desempenhado seja incompatível com sua qualificação profissional. Mais que isso, dispõem-se, em muitos casos, a realizar os trabalhos tidos como desqualificados no país de recepção, sendo aqueles que não encontram mão-de-obra nacional e acabam empregando mão-de-obra estrangeira. Como é o caso, por exemplo, da construção civil e do trabalho doméstico. Mas o importante para o imigrante é trabalhar porque depende dos rendimentos para sobreviver e porque é este o propósito da sua emigração. Muitas vezes, o trabalho não se justifica se não há “sobra” de dinheiro para enviar ao país de origem, para um familiar ou mesmo para uma poupança que garanta a mudança de vida com no regresso à terra natal, poupança esta que justifica as grandes jornadas de trabalho realizadas pelos imigrantes.

Os brasileiros que estão aqui todos, todos, todos, todos ganham um salário bem abaixo da média e pouco têm direito. (...) Aqui eu tenho 4 trabalhos: este do café; 2ª e 3ª na copa do hotel; 4ª vou numa residência; na 5ª vou pra uma residência de manhã que é meu dia de folga aqui e à tarde vou pra Men Martins; e às vezes às 6ª e sáb, e dom., vou para o hotel trabalhar nos quartos, e aqui no café trabalho das 16h às 24:30h. (...) Aqui eu ganho 850, 900 Euros por mês juntando todos os trabalhos, mas com muito sacrifício, sem folga. Eu chego na minha casa 24:50h e acordo 6:30 é cansativo. Chega uma hora que estou estourada mesmo. (Priscila)

A vida está difícil, mas vai sempre subindo um bocadinho. Eu saio de casa 6:30h para chegar lá as 7:30h e saio de lá vou para o salão de beleza. Saio as 8h quando é 9h [estou] em casa, 9:30 . Só tenho domingo de folga. Eu não tenho férias, não tenho subsídio de natal porque no condomínio eu só faço 4h, só para ajudar nas despesas, mas ganho mais do que trabalhando numa lavanderia. (...) Eu nunca estive desempregada aqui. Como sempre tive dois empregos se saio de um fico com outro para conciliar até arrumar outra coisa. Mas sem emprego nunca fiquei não porque também eu encaro tudo (...) não dá para conciliar as duas coisas e essas horas que fazia em casa, que pagava bem, hoje em dia não se paga nada porque a procura desse trabalho é tanta por brasileira, ucraniana, portuguesa... antes pagava bem melhor, porque era um trabalho que ninguém queria fazer. Português não fazia, principalmente. E agora fazem, só que agora a procura é tanta que você procura e não acha e pagam menos... e, estamos assim... as pessoas cada vez trabalham mais e ganham menos. É o meu caso. Eu ganhava mais do que eu ganho hoje e não trabalhava sábado e domingo. Agora eu só tenho folgas aos domingos e, até [nos] feriados trabalho. Quem está [desempregado] ganha sem trabalhar as 8h o ordenado é mínimo, então pra que as pessoas vão procurar trabalho? (Daniela)

Mesmo que desempenhem funções compatíveis com suas qualificações e equiparáveis às realizadas no Brasil e ainda que possuam nacionalidade portuguesa, às vezes o processo burocrático coloca algumas dificuldades para que o imigrante, ainda que cidadão nacional e, atualmente mais que nacional,

cidadão comunitário, sofra impasses para o pleno exercício de suas funções, gerando, conseqüente e obviamente, incompatibilidade de retorno financeiro condizente com tais habilitações.

Eu tive problema para conseguir o título de especialista, que eu achei que é natural. Mas achei que eles me dificultaram bastante, eu demorei 2 anos pra fazer uma prova, aliás podia ter defendido o título em um ano, mas eu fiquei com medo deles inventarem alguma coisa e não me darem o título, e como eu queria ficar mais tempo aqui eu fiz que demorasse bastante tempo porque eu estava dando plantão no Hospital de Cascais, estava fazendo consulta, eu estava trabalhando normalmente como especialista, eu não estava fazendo uma medicina de ponta que nem fazia em São Paulo, mas a medicina que eu fazia de ponta em São Paulo não me dava tostão nenhum, só para exercer, dinheiro não dá e isso não enche barriga de ninguém. Então eu falei vou trabalhar bastante, vou juntar dinheiro. Se eles não me derem o título, beleza! Eu vou embora e fico com o dinheiro. Foi o que eu pensei. Então eu fui enrolando sem pressa e me fazia de vítima falava “Olha, são sacanas, demoram, estão me enrolando...” Mas na verdade, no fundo, no fundo “Ai tomara que demore” porque eu não tinha certeza que eles iam me dar o título. Eu achava que em algum momento por haver diferença... por quê? Porque para ser especialista aqui são 6 anos. No Brasil são 3. Aí tem algumas diferenças no currículo, mas meu currículo é muito bom. Tinha até artigo publicado em revista internacional, mestrado, trabalhei com o Prof. Pinocchi que todo mundo conhecia... alguma coisa me dizia que ia sair. Eu falei “Puxa! Eu vou pelo seguro!” E fiquei. Aí eu fui prestar prova dia 03 de janeiro deste ano. Isso também... uma hora já me encheu.. teve uma hora que me encheu eu comecei a pressionar bastante, depois meu pai teve um tumor e aí eu tive que voltar para o Brasil, para ele ser operado... até dei Graças a Deus que a prova demorou bastante. Porque aí eu fui correndo para dar uma assistência pro meu pai, correu tudo bem. E eu prestei a prova e fui muito bem. Fui bem, passei, ótimo. Agora sou especialista; estou 100% legal em Portugal. Agora começa a nova perspectiva. Agora eu sou especialista eu quero mudar, estou cansado de dar consulta, dar plantão... eu quero modificar algumas coisas. Estava cansado, fui para o Brasil, descansar, tirar a barriga da miséria, depois eu voltei. Depois também conheci um outro professor brasileiro, olha só como a gente se ilude, que é um cara que é professor de uma faculdade em São José



do Rio Preto, também fazendo promessas, veio aqui queria dar aula na Faculdade Nova de Lisboa, no Campo de Santana, que falou “Vamos trabalhar juntos”, me prometeu *n* coisas também. E eu evitei de assinar um contrato com um Hospital de Cascais, me iludindo com ele também. Vi que é tudo furado, o cara me deu o cano também... então falei Pô! Se tiver que conseguir tenho que conseguir com os próprios portugueses. Depois vieram os meus pais. Agora o ano que vem já estou modificando. Achei uma clínica legal onde já estou atendendo em Cascais que tem paciente, porque eu fiquei circulando de umas clínicas para outras, mas aí ficou muito ruim.. a Clínica Santo António eu não largo por enquanto nem nunca larguei porque lá me dá dinheiro, eu gosto de trabalhar e está indo bem, mas já estou cansado porque eu tenho agenda lotada até fevereiro de 2005. e tem pessoas procurando consultas, mas tou atendendo um convênio que paga pouco, então quero convênios que pagam melhor. É uma clínica privada. Eu não opero fora. Eu não tenho operado porque eu não tenho equipe. Eu tenho corte e costura no hospital nos plantões. Agora eu pensei, eu quero assinar um contrato com algum hospital. Eu estou só com recibo verde. O Hospital de Cascais me ofereceu um contrato este ano. Eu não quis assinar porque financeiramente não vale a pena. Vale à pena para você voltar a operar de novo, para voltar ao dia-a-dia de hospital. Eu não quis aceitar porque ia ganhar menos e uma coisa que tem aqui em Portugal há falta de emprego de especialista em ginecologia obstetrícia, pediatria e anestesia. Então tenho medo de assinar contrato, trabalhar feito louco e entrar na rotina. Estou trabalhando muito pouco em hospital, a saúde aqui está em crise. Há falta de profissional. Então é bom. (...) Aqui eu sinto mais segurança econômica. (Pedro)

Para além da fonte de rendimentos o trabalho propicia também a integração social, sendo um fator de socialização na cultura portuguesa. O tempo que o imigrante passa no local de trabalho é grande e é lá que acaba construindo seus vínculos de amizades. Carla, por exemplo, enquanto estava sem trabalhar, passando muito de seu tempo sozinha, sentia-se deprimida. O trabalho, mesmo voluntário, veio alterar esse quadro de depressão.

Mas nem tudo são flores. Os patrões muitas vezes esquivam-se de efetivarem os contratos de trabalho que possibilitam a legalização do imigrante para não ter que pagar os “encargos sociais”, ou seja, os impostos para o

governo. Este fato prejudica duplamente o imigrante: primeiro porque faz com que permaneça na condição ilegal no país, sem a possibilidade de legalização e sem a garantia de seus direitos básicos e, mais ainda com medo de ser pego pela “fiscalização”, além disso acabam ganhando menos do que deveriam porque os patrões utilizam-se da condição de ilegalidade dos imigrantes para explorarem seu trabalho, forçando-os a uma maior jornada de trabalho com menores rendimentos e o fato de estarem ilegais gera o medo de denunciarem as suas condições de trabalho.

Aqui é assim, é cada um por si. Eu não demorei nem uma semana para arrumar emprego porque eu fui nessa patroa do café e ela me pegou. (...) Eu trabalho 13, 14 horas por dia. O salário aqui é 400, 500 Euros... eu ganho 600 Euros devido o horário, né?. É direto de domingo a domingo. Eu não sou registrada porque cheguei como turista e agora estou sem visto, estou ilegal. Minha patroa está querendo, devido à lei que tem aí agora, mas eu não sei. Eu estou clandestina. Vou passar para ela as coisas e ela vê como faz porque ela é portuguesa, então ela que entende tudo. Eles aqui têm muita burocracia. (...) Lá eu saía. No Brasil era diferente por causa do horário de trabalho. Final-de-semana eu tinha final-de-semana, entendeu? Aqui você ganha de verdade, mas você tem que trabalhar muito. Lá eu tirava até 500 reais, 2 salários. Mas aqui dá mais, 2.500 reais. Mas o problema é que você trabalha muito. Eu trabalho de segunda à segunda. Eu entro 8:30h, 9h e saio 21h da noite. Não tem hora de almoço, não tenho folga, não tem nada. (Ana)

Alguns, além de dedicarem-se a um serviço diferente do que exerciam no Brasil, aprendem um novo ofício. Tudo depende da oportunidade que aparece no mercado de trabalho do país de acolhimento. O que importa é buscar sempre a possibilidade de auferir maiores rendimentos. Daí também a procura e estabelecimento no Distrito de Lisboa, pois é o local do país onde existem muitas obras que demandam mão-de-obra e há uma grande facilidade de locomoção graças ao sistema de transporte público.

Eu ganho hoje em dia pra mais, pra menos, mil Euros por mês. Tem mês que

ganho mais, tem mês que ganho menos. É mais ou menos isso porque tem mês que eu tiro 900, 950, tem mês que eu tiro 1.100, 1.200. Depende se eu trabalhar a metro, se eu trabalhar a dia, depende muito. Normalmente trabalho 8h por dia. Agora se eu tiver serviço a metro eu trabalho quantas horas eu quiser. (...) Eu aprendi esse serviço aqui porque trabalhei 8 meses como ajudante de gesseiro. Só depois passei a trabalhar como gesseiro e a ganhar como gesseiro, porque ganha mais do que como ajudante. (...) tem bastante serviço aqui em Lisboa, e as condições são boas para a gente se deslocar aqui de um lado para o outro: tem os comboios e os metros... (Lucas)

O argumento comum de que os imigrantes tiram o trabalho dos nacionais não é verdade, aliás a imigração e o desemprego constituem-se conseqüências de uma causa comum: “a instauração de um modelo concorrente ao trabalho contratual – o trabalho precário.” Na construção civil e nas obras públicas “o trabalho clandestino aparece como um verdadeiro laboratório da flexibilização generalizada”, e está tornando-se dominante e a passividade dos poderes públicos diante de tal realidade deve-se a comum desculpa da exigência do mercado frente aos elevados custos salariais e de encargos sociais que somam uma quantia excessiva. Os trabalhadores clandestinos afundam os salários e os direitos, além de não conseguirem se unir e lutarem por seus direitos (Cf. SOS Racismo, 2002, p. 54-55).

‘Se se expulsarem os imigrantes ilegais sub-remunerados, a nossa economia entrará em colapso – se se lhes pagar um salário decente, entrará igualmente em colapso’: deste modo conversavam os passageiros de um carro que simbolizava a economia francesa, cujas rodas eram quatro africanos - ilustração de cartoon de Williem no Humanité Dimanche de 29 de Agosto de 1996. (In: SOS Racismo, 2002, p. 57).

## **2.2. Lisboa, uma escolha em Portugal**

Na maioria dos casos o desempenho das redes migratórias assume papel fundamental e de destaque na escolha de Portugal como país de destino,

pois existe via de regra, um familiar, um amigo ou até mesmo um simples conhecido que incentiva a aventura da emigração para esse país “abrindo as portas” e acolhendo o novo imigrante. Redes migratórias essas que incentivam a imigração com base nas realidades locais e as “aspirações de consumo importadas”, funcionando assim, como as empresas globais que encorajam a emigração em função das atividades econômicas que oferecem vantagens diferenciadas graças às fronteiras políticas, diferenciando-se, no entanto, por emergirem de uma base popular (Cf. Portes, 1999, p. 133-135). Por vezes a opção por esse país dá-se porque além de receber apoio dos conhecidos no acolhimento existia a possibilidade de obter visto de entrada para os EUA mais facilmente do que obteriam no Brasil, ou mesmo a possibilidade de migrar para outro país da Europa. Sendo assim Portugal seria utilizado como uma “plataforma de passagem”. É importante sublinhar, entretanto, que nem sempre a recepção da chegada dá-se da maneira acordada entre as partes antes do momento da partida.

Eu vim porque a princípio, quando meus amigos vieram, falavam que aqui era bom para ganhar dinheiro, aquele negócio todo, aí eu peguei e vim. (...) Antes de vir pra cá eu pensava em ir para os EUA, mas depois que fiquei aqui não penso mais em ir pra lugar nenhum. Eu vim pra cá ao invés de ir pra lá porque pra cá era mais fácil pra entrar. Lá tem que ter visto e pra cá não. Pra cá a gente vem como turista e chega aqui e você vai trabalhar, você tem 3 meses. Dentro desses 3 meses você escolhe, ou vai dentro da mesma passagem vai embora, ou então arrisca e fica aqui. E para os EUA não já é uma coisa mais complicada. (...) E pela língua também. Pra você se comunicar aqui dentro aqui é melhor. Chega nos EUA, igual eu que não sei falar inglês, ia ficar todo enrolado. (Lucas)

(...) vim para dentro de Lisboa procurar emprego talvez fosse mais fácil. (...) apesar de Portugal ser um dos países mais pobres da Europa ainda tem um sistema de vida e cultura diferenciado do Brasil, isso me faz gostar de estar aqui por isso e quando vim pela segunda vez (...) Optei vir para Portugal em princípio porque fala português, é mais fácil. Depois porque já tinha tido um mínimo de relações e eu achei que havia criado laços de amizade e pensei que

era mais fácil quando voltasse. (Carla).

Essa população imigrante soma 265.361, composta por 144.383 homens e 120.978 mulheres. Desse total da população imigrante, 10,9% (28.956) são brasileiros, sendo o número de mulheres (15.141) superior ao de homens (13.815).

Uma vez que a imigração é, como vimos, voltada para o trabalho, os estrangeiros que chegam a Portugal fixam-se na área metropolitana de Lisboa, na sua maioria, pois é nos grandes espaços urbanos que encontram maiores oportunidades de trabalho. Além disso, já aí existem redes migratórias, às quais juntam-se familiares, amigos e compatriotas (Cf. Rocha-Trindade, 1995, p. 203). Assim, residem em Lisboa 52,4% (139.038) dos imigrantes que estão em Portugal, dos quais, 8,6% (11.934) são brasileiros, o que significa que do total de imigrantes oriundos do Brasil, 41,21% encontram-se no distrito de Lisboa. É importante também o fato da maioria entrar em Portugal por Lisboa e acabar lá ficando para atenuar os gastos com deslocação e criando nesse distrito redes de solidariedade e acolhimento que contribuíram para a fixação progressiva dos imigrantes que posteriormente foram entrando no país (Cf. Malheiros, 1996, p. 89).

Ainda que o trabalho ocupe o lugar central na vida do emigrante, a moradia constitui-se um fator de grande preocupação. Mais uma vez é acionado o papel da rede migratória que é a referência no país de destino para acolher estes emigrantes e “aconchegá-los” em algum espaço, via de regra, de aluguel. É um fator básico de chegar no país de destino a primeira preocupação é com a moradia. Esta questão, na grande maioria dos casos, é resolvida antes mesmo da partida para o país de acolhimento, ainda que seja uma resolução para um curto período de tempo, ou mesmo, uma emergência, pois ainda que seja temporário é fundamental no momento da chegada. Existem casos excepcionais de emigrantes que possuem casa própria e carro na garagem, mas são mesmo uma rara exceção. Há ainda aqueles que conhecem cidadãos nacionais que cedem-lhe o espaço de sua casa bem como o convívio familiar, mas também são poucos os casos. Situação pouco freqüente é também daqueles que estabelecem relações conjugais com

pessoas do país de acolhimento e passam a viver com elas numa relação matrimonial em casa própria dos mesmos. O aluguel é a saída para grande parte dos brasileiros que emigram. Eles entram em contato com amigos e conhecidos que estão em Portugal e que lhes arrumam onde ficar. Geralmente, moram vários num mesmo apartamento para dividir as despesas e tornar os gastos menores. Normalmente, este quadro altera-se com o passar do tempo os imigrantes mudam muitas vezes de moradia em busca de condições melhores e econômicas, porque as condições de moradia dependem, diretamente, das condições econômicas do imigrante.

Se você chega e acha emprego rápido até fica bom. Agora se você não acha você tem que reunir pessoas para morar com você para dividir renda porque é muito caro aqui. Moro com 4 pessoas, 2 são rapazes e um é meu namorado, num apartamento com 3 quartos enormes, 1 sala, 1 copa, 2 casas de banho.  
(Ana)

Eu moro com uns amigos. É num lugar que a gente apelidou de Carandiru. (...) São 35, 40 brasileiros. Ali tem paulista, goiano, mineiro... tem apartamento A, o B, o C, o D e o E. Eu moro no primeiro porque desde quando eu cheguei eu moro ali, moro no apartamento A. E é bom! Porque é um lugar diferente de Portugal. Por incrível que pareça a quinta é isolada, não é rodeada de prédios (...) É rodeada de casas, mas a uma distância de 20 ou 30 metros então a gente faz bagunça ali, faz forró, pelo menos se sente numa cidade brasileira. Nós estamos programando o primeiro forró brasileiro ali, o "Forró do Carandiru". Agora o Carandiru mesmo do Brasil eu só conheço por fora. (Caio).

Eu moro com seis pessoas. São pessoas que eu conheci aqui. Eu moro com um do Pantanal, do Mato Grosso e os outros são mineiros e tem um do Paraná também. Cada um trabalha num lugar diferente. Eu trabalho como gesseiro, tem um que trabalha como estucador, é gesseiro também, mas está como estucador, 2 trabalham de ajudantes e tem outro que trabalha com entrega.  
(Lucas)

Existe uma concentração, em especial de africanos, residindo nos subúrbios de Lisboa, criando a chamada guetização, isso justifica-se porque auferindo rendimentos baixos e não sendo beneficiários à habitação social nem a crédito bonificado para comprarem casa própria só lhes resta habitarem bairros degradados e clandestinos, grande parte das vezes (Cf. Rocha-Trindade, 1995, p. 204).

No que tange a integração do imigrante, a lógica do mercado imobiliário imperou sobre a possibilidade política de resolver o problema, o que acarretou em termos habitacionais, na ocupação dos imigrantes nas zonas mais degradadas e menos cobiçadas, corroborando para a proliferação de guetos e na estratificação da cidadania (Cf. SOS Racismo, 2002, p. 7).

### **2.3. A solidão do imigrante**

A exceção daqueles que têm parentes e até mesmo cônjuges em Portugal, ou que levaram consigo seus filhos, na maioria dos casos a família do emigrante ficou no seu país de origem. A saudade da família é sempre inevitável, mas é também por ela que se justifica a emigração, para dar melhores condições de vida para uma filha e esposa, e até mesmo para os pais, enviando mensalmente quantias de dinheiro para o Brasil. Além da saudade por causa da distância, sente falta da companhia, das conversas, das descontrações e do apoio porque passam muito tempo trabalhando, devido às longas jornadas de trabalho para propiciar maiores salários, e acabam não tendo sequer momentos de lazer. Ademais, o trabalho exaure o imigrante que quando pode quer descansar. Outro fator importante a considerar é que quanto menos ele sair menos ele gasta e mais dinheiro ele poupa para mandar para o Brasil, pois as despesas com moradia em Portugal já consomem parte do seu dinheiro. O jeito é comprar um cartão telefônico no valor de 5 euros com o qual pode-se falar para o Brasil por 74 minutos.

Tem 6 meses que eu moro aqui. Eu saio muito pouco. Eu quero ir embora. Minha vida é mais no trabalho. (...) Minha família ficou no Brasil. (Ana)

Aqui para mim é só trabalho mesmo. Para morar não. Nunca pensei em morar aqui. Minha noiva mora em Minas e meus pais moram no Rio. Eu tenho que ajudá-los. Eu estou mexendo com construção lá. De mil mando 600. 400 ficam por aqui mesmo. É aluguel é água, luz, é despesa, comida, esses negócios assim. Eu passeio muito pouco. Passeio mais durante o meu trabalho porque a gente faz serviço em todo lugar então a gente passeia. (Lucas)

Não sou muito de amizade não. Não há tempo. A minha vida aqui é assim (...) de casa para o trabalho, do trabalho para casa (...) minhas filhas e meus namoricos que são meu lazer. Não tenho muito tempo pras amigas, pra tomar chá isso não. Uma vez ou outra, mas isso é muito difícil. (Daniela)

Eu não gasto nada, não faço nada, não compro nada. Vou passear e bebo um copinho só de imperial e acabou, para ver se volto para o Brasil com dinheiro. (Priscila)

(...) se você for sair daqui as noites daqui de Portugal são muito caras. Então a gente que veio para aqui pra trabalhar a gente não pode sair, não pode viver igual eles vivem aqui. Quem mora aqui não. (Lucas)

Há quem opte por chamar a família para junto de si enquanto o retorno ao Brasil dá-se na condição de turista, pois em Portugal nem o futebol é capaz de distrair alguns imigrantes.

Minha esposa ficou lá. Vem no final do ano, não ficar lá mais não. Eu quero voltar pra lá. Vou em janeiro para visitar meus pais, meus amigos tenho muitos amigos lá, mas eu não quero voltar mais não. Eu não vou conseguir retomar minha vida lá mesmo. (...) Eu tenho 2 filhos lá, um casal. Uma de 12 e um rapaz de 9. Sou cruzeirense de bom coração, como um bom mineiro. Aqui o futebol é muito ruim; eles são muito ruins. (Caio)



Já em termos de amigos, é mais fácil se relacionar com os iguais, com aqueles que têm a mesma cultura e vivenciam as condições parecidas com a sua, que acabam por entendê-lo melhor. Nesse caso, o mais comum é a associação de imigrantes e, ainda melhor se tiverem a mesma origem que a sua por compartilharem da mesma cultura.

Aqui tenho contato só com brasileiros. (Priscila)

Eu não tenho a mesma vida social que eu tinha lá em São Paulo. Eu acho que essa parte é muito difícil. E foi muito difícil no início porque eu acho que desde que eu cheguei comecei a trabalhar muito, justamente pensando numa eventualidade de voltar. Agora eu estou querendo modificar isso. Eu quero entrar numa academia, quero conhecer algumas pessoas... quero ter uma vida social diferente. (...) Eu acho que não por culpa minha, no meio médico é difícil porque os médicos aqui são mais velhos do que eu, os especialistas, então estou com médicos mais velhos que eu, então tem outra realidade para você fazer amizade para sair, geralmente os médicos sempre têm 10 anos a mais que eu, já têm filhos... têm outra vida. Então eu não saio com ninguém de médico. Eu tenho uma amizade com uma médica que é brasileira também na Clínica Santo Antônio, conheci o marido dela e também outras pessoas através dela. (Pedro)

Alguns imigrantes têm uma relação de desconfiança com os portugueses.

(...) amigos portugueses... eu não confio neles de jeito nenhum! Eu a semana passada saí com um, mas eles querem sempre arranjar briga... não dá certo! (Caio).

Há também aqueles que logo no momento da chegada tenham se relacionado, sobretudo com seus conterrâneos, mas com o tempo foram adaptando-se ao país de acolhimento e a esta nova cultura, modificando seu

círculo de amizade, participando de opções de lazer como um cidadão nacional. E, muitas vezes isso ocorre com um agravante: a discriminação de seus conterrâneos, introjetando a forma como os portugueses vêem e percebem os imigrantes brasileiros, ainda que seja um imigrante e também viva a mesma situação.

Antes costumava ir a uns barzinhos brasileiros mas hoje em dia não. (...) Tenho amigos de várias partes da Europa, tenho é poucos brasileiros. Porque os brasileiros que imigraram têm escolaridade muito baixa, muita gente ralé mesmo brasileira que está aqui. (...) Nas horas vagas vou ao cinema. Adoro ir ao cinema e adoro jogar golfe. (Gustavo)

Aqui tenho conhecido poucos brasileiros, me relaciono mais com os portugueses. (...) até eu já participei desse sistema de quando ouvia uma voz brasileira calar a boca para ele não perceber que eu também sou brasileira não ter uma aproximação. No instituto tenho conhecido alguns brasileiros, tenho conhecido algumas pessoas que vêm para cá fazer mestrado, pós-graduação ou doutoramento então tenho tido esses contatos, mas são poucos.(Carla)

#### **2.4. Nas dificuldades: a (des)inserção**

Muitas vezes a migração gera desilusão e decepção. Nem sempre as expectativas que impulsionaram a partida são atingidas no ponto de chegada. A própria rede migratória nem sempre funciona da maneira desejada. A imagem “veiculada” de Portugal e Lisboa, seja pela mídia, seja pelos conhecidos que incentivaram a migração, nem sempre corresponde à realidade. E até mesmo conhecer as condições de vida do país como turista é completamente diferente de nele viver como imigrante. E, neste aspecto, a dupla nacionalidade que concede a cidadania portuguesa, agora também europeia com livre acesso entre os países comunitários, te confere o “título” de cidadão português e, mais ainda, cidadão comunitário, mas não te livra de determinadas dificuldades das quais compartilham todos os teus conterrâneos.

A começar pelo sotaque, hábitos de vida, maneiras de lidar com as situações (sejam problemas ou, quiçá, comemorações) e todo o preconceito que existe em torno do Brasil, país de terceiro mundo, ex-colônia portuguesa, subdesenvolvido, terra de samba, novelas, calor, mulheres, carnaval, praias, sandálias “havaianas” e futebol. Assim, o imigrante depara-se, para além do choque climático, com o choque cultural confrontando-se com uma cultura que embora fale a mesma língua que a sua as mesmas palavras, por vezes, possuem outro significado onde até mesmo o tom da voz é diferente da sua.

Quando eu cheguei aqui eu achei que era uma coisa, mas não era aquilo que eu pensava. Eu pensava que aqui era fácil arrumar emprego, quando eu cheguei vi que não era isso. (...) Mas sou só eu mesma. Não foi ninguém que me ajudou em nada. No início, quando você chega, a vida não é boa não. Até você se engrenar com isso não é boa. (Ana).

Quando eu cheguei aqui eu sofri muito porque eu achava que era uma coisa e não era nada (...) na época eu vim e comprei ferramenta para trabalhar de pedreiro, depois eu saí e não achava serviço. Todo lugar que você ia trabalhar tinha que ter documento, visto e na minha época não pegava visto (...) Eu fiquei esse tempo todo aqui ilegal. Eu tinha medo porque tudo era esse negócio de falar que ia deportar. Então a gente trabalhava, mas trabalhava escondido. (...) eu fiquei preocupado em ser deportado e agora não, tenho visto, agora já sabendo que tem um patrão, que tem um contrato pra cumprir, tem que trabalhar, tem que ficar aqui mais um tempo, sabes Deus quanto... Então é mais difícil psicologicamente é mais difícil. (Lucas)

Eu quando cheguei tive um susto enorme porque estava em terra estranha, com o costume deles que é diferente, mas agora eu trato eles como eles me tratam porque do mesmo jeito que eu estou aqui eles também estão lá. (...) Então porque eles têm direito de explorar nossa terra e a gente não tem direito de explorar a deles? (...) Eles têm consciência que a gente está aqui porque o Brasil é um país de miséria, mas geralmente quem faz isso é o próprio governo porque a televisão portuguesa mostra só a criminalidade do Brasil, mas não mostra o quanto bom o Brasil tem. Se você olhar bem o dia-a-dia aqui não está

muito longe disso não. Anteontem assaltaram um rapaz na Amadora em plena rua. (...) Os portugueses discriminam os brasileiros, eles não sabem conversar... Acho que é o jeito deles, eles estão mal habituados e eu falo com eles "Vocês estão mal habituados" gritos e palavrões... São assim... São um perigo! São abusados! Eu pensava que Portugal era outra coisa, outro mundo... agora... fiquei decepcionado quando conheci. (...) Cheguei numa época fria, peguei 2 graus negativos (...) depois a gente habitua. Eu já me acostumei com o frio deles aqui, só não me acostumei com o jeito deles nos tratarem... com isso não me acostumo nunca! Mas é verdade, o pessoal que vai, que trabalha, principalmente classe feminina... é um abuso danado! É um abuso! Porque os portugueses acham que as brasileiras que vêm pra cá são prostitutas. Eu já vi umas reclamando que eles chegam e querem passar a mão... são muito abusados! São racistas também! São racistas! (Caio).

(...)entrei em depressão profunda e não... realmente minha intenção era retornar ao Brasil, largar o mestrado e tentar lá de novo. (...) Eu entrei em depressão por causa do choque cultural, da estrutura, falta de amigos, (...) Você não tem para onde ir, se vai sozinhas as pessoas nunca estão disponíveis como a gente está no Brasil. (...) Eu acho que isso faz a depressão se aproximar mais e depois tem a televisão, tem uns programas na GNT que aproximam como ver a Ana Maria Braga que eu detestava no Brasil, que achava um programa extremamente brega e hoje gosto porque além de respeitá-la como pessoa é um dos únicos programas que é direto, ao mesmo tempo que está passando no Brasil está passando aqui. Então você sente que naquele momento você está no Brasil, quebra um pouco. (...) Eu esperava encontrar pessoas mais solidárias até porque falávamos português dentro de uma Europa. Então achei que iria encontrar isso e me decepcionei quando vi que não, que não há esse calor afetivo, não há... até o abraço, o dar um abraço é muito distante para eles e mesmo essas pessoas que a gente tem mais contato, as pessoas não sabem se abraçar é uma coisa... então eu esperava encontrar mais isso, mais união das pessoas, mais... porque falávamos português achei que éramos iguais e vi que não, que não somos há o preconceito, é um país extremamente preconceituoso, apesar de dizer que dá igualdade aos negros e tudo, mas eu acho que não, acho que é um país preconceituoso. Senti que em alguns momentos, logo nos primeiros momentos quando eu vim, (...) que as pessoas às vezes quando sentavam próximas de

mim eram os homens safados, fora isso meus lugares sempre ficavam vazios, ninguém sentava perto de mim, eu falava isso até com minha amiga: "Eu acho que as pessoas não sentam perto de mim porque eu sou negra". E isso me fez impressão, é como se ficasse uma redoma de vidro ao meu redor e ninguém se aproximava por ser negra. Eu acho que isso foi uma das coisas que me chamou atenção e achei que Portugal, por ter tanta gente de África aqui, fosse mais bem tratado mas não e eles tratam os pretos - como eles falam - com uma certa discriminação. É eles lá e nós aqui. Não há mistura. (Carla)

O elevado número de imigrantes em Portugal e a manutenção dos laços culturais pelos mesmos criou a noção de multiculturalismo<sup>54</sup> que se tornou sinônimo de diversidade cultural. Se por um lado essa noção desafia a ideologia de homogeneidade cultural nacional do Estado-nação, por outro sendo tolerante e culturalmente relativista pode se transformar num "novo racismo" (Cf. Vermeulen, 2001, p. 201-214).

A questão climática é outro problema apresentado na fase de adaptação, mas contornável. O impacto do frio inicial é superado com o passar do tempo durante o qual o próprio organismo do imigrante vai se acostumando com a nova temperatura.

A primeira vez que eu cheguei aqui estranhei foi o clima porque cheguei numa época fria e pensei "Não! Vou embora no outro dia!" Mas depois falei "Eu vou ficar" Fui acostumando, fui acostumando, fui acostumando... agora eu já acostumei com isso aqui! Eu agora gosto daqui. (Caio).

Pra mim é difícil de ficar aqui porque a gente, brasileiro, é um povo alegre, um povo assim que tudo é alegria. Eles mesmos falam que a gente é muito alegre. E o povo aqui... eles são muito fechados, muito tristes. E o tempo lá no Rio de Janeiro, na cidade onde eu fui nascido e criado, lá é quente e aqui não. Agora eu já acostumei, mas nos primeiros... O primeiro ano que eu passei aqui foi o mais difícil por causa do frio, por causa da temperatura, é um ar mais seco do que o do Brasil e o clima nosso lá é tropical, então isso aí eu estranhei muito.

---

<sup>54</sup> Noção que surgiu em 1971 no Canadá.

Até hoje a gente estranha, mas agora já está mais acostumado. (Lucas)

A situação econômica de Portugal está piorando o que acarreta no agravamento da condição de vida do imigrante que muitas vezes retorna na mesma passagem.

Antigamente, com meu patrão por exemplo você não ficava em casa. Se você quisesse trabalhar sábado e domingo você trabalhava. E hoje em dia não. Hoje em dia deu dia de sábado, final-de-semana, ele já dispensa a gente. Aqui a gente vem pra trabalhar, não vem pra passear, então quanto mais serviço tiver mais você quer ficar então quando chega uma época que está ruim de serviço, que está caminhando para um lado pior aí já não compensa mais. (...) Tem muita gente que volta. Fica aqui só os 3 meses da passagem e volta na mesma passagem. (Lucas)

Apesar das dificuldades pelas quais o país de acolhimento vem passando, as condições objetivas de vida que propicia para o cidadão nacional são boas se comparadas às possibilidades que o Brasil oferece para seus nacionais.

Lisboa é uma cidade bonita, o povo que mora aqui dá condições pra eles, porque aqui se você quiser ter uma casa você consegue fácil, um carro você consegue fácil no Brasil não. No Brasil é mais difícil até pra gente mesmo que vem morar aqui a gente se quiser comprar apartamento é mais fácil, se quiser comprar carro é mais fácil e no Brasil a gente não acha essas condições. Só que o povo daqui, pra mim, eles são muito fechados, são muito tristes. Então pra mim não dá para morar aqui por causa disso. Agora a cidade é bonita, eles têm o folclore deles, a coisa deles, mas a gente lá é diferente, pelo menos na minha cidade. (Lucas)

O que me deixa feliz é o silêncio, a organização da cidade... isso me deixa feliz. Me sinto cidadã. Aqui eu me sinto cidadã, no Brasil não me sentia cidadã porque acho que faltam muitos direitos então... Falta um pouco isso. (Carla)

A dificuldade de integração na sociedade dá-se de diversas maneiras. No mercado de trabalho, por exemplo, como passam grande período do dia ocupados acabam convivendo mais com seus conterrâneos e com outros imigrantes de diferentes nacionalidades. Isso porque o trabalho, geralmente é desqualificado empregando uma mão-de-obra mais barata e geralmente imigrante. São postos de trabalho dos quais os nacionais não querem participar em seu país.

Eles têm preconceito com brasileiro. Eu canso de falar isso porque se eu não tivesse com esse patrão meu, o meu patrão não tem nenhum português que trabalha pra ele. Ele é português só que só tem imigrante. Ele não tem 1 português. Somos na faixa de uns 27 funcionários dele. se você procurar dentro da firma você não acha um português. Ele é um pouco diferente dos portugueses, ele é mais alegre, ele é mais novo, ele tem 33 anos então é um cara mais comunicativo é característica do brasileiro, então eu sempre falo isso se eu fosse trabalhar para outro patrão eu não estava aqui mais... Tem muita coisa que eu não agüento escutar, tem muita coisa que eu não concordo, então eu preferia ter ido embora na época que eu cheguei aqui, mas como eu arrumei esse patrão eu estou com ele até hoje. (Lucas)

O português é muito racista com quem sai daqui e a gente bate de frente porque há portugueses no mundo inteiro.(Caio)

Já aconteceu comigo aqui no balcão deles falarem que não gostam de brasileiros, pra mim, para as minhas colegas “Ah! Eu não suporto ser atendido por brasileiro”. Aconteceu isso. Já aconteceu. É horrível. É degradante. (Priscila)

Se os homens brasileiros são vítimas de preconceito as mulheres são mais ainda.

Para os homens não, mas para as mulheres portuguesas aqui as mulheres brasileiras não prestam. Você pode ser o que for. Elas conhecem algumas que não prestam elas fazem um conceito geral. Pra elas, chegou aqui, falou que é brasileira...[para] mulheres, [para] os homens não. (Lucas)

A mim muitas vezes já trataram com preconceito. Eu andava na rua (...) eu sempre ouvia piadinhas desses homens falando, perguntando qual era o preço, falando palavras obscenas, eu sempre respondia porque não gosto de levar desaforo para casa, então eu sempre respondia e às vezes dentro dos transportes também, sentava alguém do lado, começava a roçar, a passar a mão, ou a passar o cotovelo... Então eu passei a não sentar mais nos cantos. Nos transportes eu fico em pé, ou sento na ponta, mas nunca mais sentei nos cantos, mas de vez em quando, hoje mesmo ainda ouvi uma gracinha, um cara me perturbando e vindo atrás de mim e eu ando sempre bem vestidinha, não ando com decote nem nada até para evitar isso e mesmo assim há essa coisa e teve um amigo quando eu trabalhei no IAC, quando eu trabalhei, que era um educador que vivia me abordando dessa maneira, como se eu fosse prostituta, perguntava sempre qual era o preço, quando que eu ia sair com ele, sempre na brincadeira, mas isso para mim era uma ofensa e várias vezes eu dava resposta a ele, às vezes ignorava, porque ele estava fazendo aquela pergunta e ele trabalhava comigo, quer dizer, me conhecia e sempre me abordava dessa maneira então até um dia que eu tive mesmo que ser grossa com ele e me afastar das minhas relações com ele. (...) Eu achava até porque sou da cor então mexe porque eu sou pretinha (...) os homens aqui são muito escrotos, de baixo escalão mesmo e eu sou grossa e respondo à altura. (Carla)

Para alguns o mercado de trabalho propicia uma forma de inserção e de reconhecimento no país de acolhimento superior ao do país de origem.

Aqui eu me sinto um médico especialista, me sinto um Sr. Dr.. No Brasil eu já não me sinto um Sr. Dr., apesar de ter o nome HCUSP nas costas porque eu falo que sou do HC, sou da USP todo mundo "Óh!", Mas aqui me sinto mais valorizado, como médico. Eu acho que a profissão [de] médico está no fundo do poço no Brasil, bem desvalorizada mesmo, está tendo boicote contra os



convênios... Aqui eu me sinto “O Sr. Dr.”. (Pedro)

É interessante constatar que as formas coletivas de ação política baseadas na etnicidade também são intimidadas pela maneira como se dá a inserção do imigrante no mercado de trabalho e pelo perfil sócio-profissional, pois muitos, para além dos clandestinos, estão inseridos, como já referimos, no setor da construção civil e em obras públicas, nos trabalhos domésticos e de serviços, dentre outros, caracterizados, por vezes, pela inexistência do contrato de trabalho, por longas jornadas de trabalho, grande rotação de trabalho, etc. panorama que propicia uma retração pública e política, tendo mesmo receio de perderem o trabalho e com ele a possibilidade de ganhar dinheiro (Cf. Machado, 1993, p. 410).

Há quem tenha se adaptado de maneira a nem sequer sentir saudades do Brasil.

Eu não sinto saudades nem da cultura brasileira. Aqui é diferente é. Mas me adaptei a tudo. Mesmo a comida é diferente é, mas quando a gente está fora do nosso país a gente tem que se acostumar à tudo. Os portugueses são mais fechados, mas pessoas boas tanto têm cá em Portugal como tem no Brasil, é muito relativo. Agora a diferença é que o português é mais fechado, o brasileiro é mais alegre, é mais festa, é mais extrovertido e o português não, é mais na dele. É preconceituoso? É sim, mas também o brasileiro é. (Daniela)

Os imigrantes não têm uma visão positiva dessa imigração recente que está chegando em Portugal, para além do número de brasileiros que existe no país as atitudes de muitos deles são criticadas pelos próprios conterrâneos. A situação leva ao constrangimento e a dúvida de não se identificar, por vezes, como brasileiro.

Realmente aqui está um pouco ruim porque os brasileiros que estão vindo para cá são pessoas que têm pouca cultura, pouco estudo e está sofrendo muito, muito. (...) Lisboa e Porto estão muito saturados e há brasileiros que não estão

conseguindo trabalho e que estão fazendo as coisas erradas: há pessoas roubando, há mulheres que roubam as patroas, a gente ouve muito. Hoje aqui os brasileiros estão clonando cartões para telefonar... Então há essas coisas também. No jornal *O Brasileirinho* fala muito. A gente abre e fala de muitas mulheres brasileiras presas; a prostituição também é bem grande aqui das brasileiras. Então às vezes pega mal pra gente porque a gente trabalha, às vezes você chega e confunde: "Ah! Brasileiro é tudo igual, é falso." Acaba acontecendo muito isso. Eu já sofri muito preconceito aqui. (...) Basta a gente se arrumar um pouquinho, a roupinha apertadinha, se pintar um pouquinho e... (Priscila)

(...) quando eu vim pra cá eu comecei a ficar perto dos brasileiros que estavam aqui, pra conversar, pedir ajuda e tal e eu fui à ordem dos médicos para conhecer especialistas. Então tive muito contato com os médicos brasileiros que estavam aqui. (...) Eu comecei a perceber que esses médicos que às vezes estavam aqui estavam numa situação duvidosa. Gente que não tem título de especialista, depois acabei descobrindo gente que deu o golpe no Brasil e veio morar aqui. (...) Eu acho que muitas pessoas que estão aqui estão porque tiveram algum problema no Brasil. (...) Os médicos brasileiros são tudo *trambiqueiro*. Um me convidou pra ser sócio... Eu vejo que são pessoas com situação duvidosa aqui. Eu não quero assim. Eu quero encontrar em Portugal o que eu tenho em São Paulo, ser reconhecido, ser especialista, tal. (...) Às vezes eu me sinto um pouquinho brasileiro aí eu falo não eu sou português... Aquela coisa de você negar um pouquinho pelo tipo de imigração que está vindo [para cá], porque eu atendo essa imigração e é um pessoal muito problemático. Estão vindo muitas prostitutas pra cá, mulheres que logo engravidam que vão lá para o Hospital e Cascais e dão problema e aquelas profissões... eu não sei se é uma discriminação você discriminar as prostitutas, aquela pessoa que vem vender o corpo aqui, ou até uma pessoa que vem pra arrumar marido, ou outra que vem até se juntar com algum português. Eu não sei o que, que é isso. Ou drogado, ou gente que vem roubar, não sei. Se você vem humilde trabalhar numa boa... mas se você vem aqui arrumar confusão... não sei. Eu acho que está vindo muita... pessoal assim mais baixo nível, então isso causa uma impressão muito negativa. Então eu tenho aquela coisa... me sinto um pouco português, mas ao mesmo tempo, me sinto um pouco estrangeiro aqui, não sei explicar essa relação... é engraçado! (Pedro)

Eu no começo não gostava do preconceito, da discriminação “Ah! você é brasileiro”. Depois da copa do mundo que os brasileiros quebraram vários carros na Costa da Caparica, queriam deportar todos os brasileiros. Por um lado os portugueses têm razão: a gente sai do nosso país pra vir bagunçar o país deles? Se veio pra cá tem que vir com a mente aberta e baixar a cabeça quando for necessário. Após o dia da comemoração acho que o brasileiro ficou mais discriminado. A maior discriminação agora é porque os portugueses não têm trabalho é porque os brasileiros pegam o trabalho deles. Porque brasileiro pega qualquer trabalho: varrer rua, lavar, lojas... com os homens não implicam muito, implicam com as mulheres porque acham que são prostitutas e são muito dadas... as mulheres portuguesas acho que detestam as brasileiras porque tem muitos casamentos sendo desfeitos aí que os portugueses trocaram suas mulheres portuguesas por brasileiras. Algum mistério acontece com as mulheres brasileiras. A mulher brasileira é mais sensual, ela sabe enlouquecer o homem e portuguesa não. (Gustavo)

Mas eles também têm aquele negócio, querem falar bobeira, querem meter a cara por falar que é brasileira, entendeu? Tem esse negócio também, eles levam para o outro lado também. Porque nem todo mundo é igual, mas que tem, tem. A gente que anda aí, que tem amigas que trabalham por aí então eles... isso aí todo mundo sabe. Sempre tem alguma briga, alguma discussão. Onde tem um grupo de brasileiras sempre tem alguma discussão, alguma encrenca.

## **2.5. Ilusão de curta duração**

O emigrante, neste caso, parte sempre com data de regresso carimbado no passaporte. Data esta que, muitas vezes, não coincide com a data planejada do retorno, sendo esta posterior à que consta no passaporte de embarque. Mas, comumente, a volta para o Brasil não acontece também no tempo previsto, pois é adiada, apesar das dificuldades encontradas no país de acolhimento.

Eu penso em voltar para o Brasil. Gostaria de levar Lisboa comigo, mas quero voltar. Queria voltar ou com a parte teórica pronta do Mestrado ou já com o título de Mestre e não sei como é isso burocraticamente... (...) A princípio rever meus amigos e trabalhar lá. Eu tenho toda minha história e minha trajetória de vida na Rocinha. (...) No futuro, talvez, se eu voltar ao Brasil, eu nunca mais volte a Portugal. Não tenho intenção nenhuma de voltar, mas não posso dizer “Dessa água não beberei”. Eu nunca sei, mas minha intenção é não voltar. (Carla).

O que via de regra não somente incentiva, mas configura-se um fator decisivo para dar continuidade à condição de imigrante é o fator econômico: a possibilidade de ganhar mais dinheiro em Portugal antes de retornar ao Brasil para aqui investi-lo, realizando o sonho da casa própria; a possibilidade de abrir o próprio negócio; a oportunidade de ter e dar melhores condições de vida para os filhos, familiares, etc. As experiências vivenciadas no país de origem e no país de acolhimento revelam diferenças salariais gritantes no seio da divisão sócio-técnica do trabalho, se comparando os dois países – fato que não se justifica exclusivamente pelo câmbio monetário, devendo a este ser adicionada a “superioridade” do piso salarial português. Nesta perspectiva, ainda que ocupem, majoritariamente, espaços desprivilegiados no mercado de trabalho e mesmo que recebam salários inferiores aos trabalhadores nacionais quando encontram-se na condição de ilegalidade auferem rendimentos inatingíveis no seu país de origem na mesma função equivalente e até mesmo no desempenho de funções um pouco mais qualificadas.

Eu ganho aqui o que dá 2.500 reais então é difícil. Quando eu chegar no Brasil vou estranhar muito. Eu pretendo ir para o Brasil e ficar, mas só Deus sabe. Eu estou querendo ir e voltar para cá, ficar mais um ano e voltar, mas eu quero ficar. Vamos ver se vou aguentar. Se eu voltar é pelo dinheiro. Daí vou voltar, ficar um ano e conseguir dinheiro para eu guardar. Por causa da minha filha que eu deixei no Brasil. (Ana)

Até aqueles que, configurando exceção, desempenham funções de acordo com sua qualificação profissional e equivalente à desempenhada no Brasil obtêm rendimentos superiores no país de acolhimento. A decisão de regressar não é difícil e é “oscilante”. Ora existe a esperança do retorno ao país de origem, ora existe uma condição para a volta que aparece e se expressa no “se”.

Eu ainda tenho esperanças de algum dia voltar para o Brasil (...). Eu gostaria porque é minha cidade, é minha família... Eu me sinto em casa lá, me sinto cheio de amigos, cheio de gente, sempre tem alguma coisa pra fazer. Aqui é mais difícil de fazer amizade.(...) Agora, o que me prende aqui é o fator econômico e profissional, as outras coisas não me seguram aqui. Não que eu não goste, mas eu acho que as outras coisas são melhores pra mim lá, amigos, social, tal, eu acho melhor lá. O que me segura é o fator econômico e uma certa segurança. Eu acho que se voltar a trabalhar lá eu vou ficar angustiado. Se eu voltar a fazer o que fazia antes eu acho que vou ficar angustiado. Eu às vezes tenho sonho à noite que voltei para o Brasil pra trabalhar na periferia e atender paciente... Não é um sonho, é um pesadelo! (...) Se eu voltar para o Brasil quero voltar como um médico de sucesso que deu certo na Europa, com dinheiro, montar uma clínica lá. Quero fazer um *pézinho de meia* aqui. (Pedro).

Há quem tenha regressado “definitivamente” para o Brasil e tenha encontrado dificuldade de se reintegrar à sociedade de origem constatando que provocou com a partida uma “ruptura” e que as dificuldades para conseguir um novo lugar no mercado de trabalho neste país são ainda maiores desde o momento em que emigrou, optando por partir novamente. Esta situação foi vivida por um brasileiro, que após um ano e três meses de imigração em Portugal, resolveu retornar ao Brasil e surpreendeu-se quando se deu conta de que não conseguia se adaptar à forma de vida de seu país de origem e acabou embarcando novamente para Portugal, onde pretende ficar por pouco tempo, pois almeja ir para outro país da Europa em busca de maiores rendimentos financeiros e pretende fazê-lo, mais uma vez, acionando sua rede migratória. Quanto ao retorno definitivo para o Brasil, pretende realizar um dia, sem

pressa, depois de juntar um bom dinheiro para abrir um negócio próprio, nem que demore um tempo e seja necessário trazer sua família para perto de si enquanto esse momento não chega. Mesmo assim diz que tem intenção de juntar dinheiro e voltar para investir no Brasil e por aqui ficar de vez, mas avisa que se não der certo e fizer-se necessário emigra novamente.

Fui ao Brasil depois de um ano e três meses. Voltei com a intenção de retomar a minha vida no Brasil, mas... Voltei e estava pior, mas pior mesmo! Aí durante 3 meses não consegui nada e sabe o que eu fiz? Rachei fora para cá! E vou te falar a verdade, não [estou] com intenção de voltar tão cedo. De jeito nenhum! (...) Eu pretendo voltar um dia sim. Aquela é minha pátria, mas eu estou há muito tempo sem reconhecer pátria nenhuma, mas eu vou voltar sim porque ali é minha raiz, é minha terra... Vou voltar para Minas Gerais, vou voltar para o meu interior... Vamos ver. O futuro a Deus pertence. (...) Eu estou guardando dinheiro lá para ser investido lá. Aqui não. (...) Eu tenho intenção de ficar, depois ir para o Brasil e não voltar mais não. (Caio).

Existem ainda aqueles que “tomam gosto” pela condição vivenciada pelo país de acolhimento, identificando-se e integrando-se de tal maneira na sociedade portuguesa que optam por lá viver, não apenas um tempo restrito que possibilite juntar dinheiro, mas um grande período da vida e, por vezes, mesmo uma vida inteira, constituindo família e fazendo turismo, agora, no seu país de origem. Isto porque a integração social e econômica deu-se de tal maneira em Lisboa que, apesar de modesta, oferece vantagens e possibilidades de satisfação individual da qual o imigrante não deseja abrir mão.

Antes eu vim com a intenção de voltar, não de fazer fortuna, nem dinheiro, mas vim fazer um curso. Agora não tenho mais intenção de voltar. A vida melhorou aqui no aspecto profissional... Acabei não fazendo o curso, mas também não quis ir embora porque a família está toda aqui. Voltar para o Brasil eu não penso em voltar tão cedo. Morar pelo menos não. Lá eu tenho um irmão, uma irmã e meu pai, que é separado da minha mãe, então mora no Brasil, e minha avó, sempre falo com ela. Desde que estou aqui não voltei pra lá. Aproveito as

minhas férias pra viajar aqui pela Europa. Já fui à Suécia, também fui à República Dominicana, em Cuba, à Espanha... Este ano vou à França ou Itália... Sempre nas férias eu procuro fazer uma viagem aqui pra conhecer. O meu melhor amigo é sueco, tenho alguns ingleses, irlandeses... Tenho também alguns amigos portugueses... Tenho um grupo de amigos pequeno, não é muito grande. Tenho poucos amigos também porque os portugueses quando fazem amizade com brasileiros ficam um pouco desconfiados, só apertam sua mão como amigo mesmo depois de muuuuito tempo de convivência. (Gustavo)

Fascinante é a condição de vida experimentada enquanto imigrante a ponto de fazer com que o brasileiro contorne as dificuldades encontradas e opte por viver mais tempo que o planejado em Lisboa.

Além disso, uma vez que emigraram movidos, majoritariamente pelos motivos de ordem econômica frente as condições objetivas apresentadas pela globalização, que é mais perversa na periferia do capital, e suas conseqüências sociais como o desemprego que se tornou uma questão estrutural na sociedade brasileira de onde partiram esses imigrantes, não retornam no prazo previsto porque o país de origem não se alterou no sentido de oferecer melhores oportunidades que as deixadas no momento de partida ao ponto de terem nele a possibilidade da estabilidade, ao contrário, quando regressam detectam que as condições que os impulsionaram a emigrar agravaram-se ainda mais em função das configurações da nova ordem da economia mundial acirrando-se a questão social.

## **2.6. O impacto da imigração**

No que tange o Estado português os imigrantes desempenham uma função positiva tanto no indicador de produtividade quanto na contribuição líquida anual retida a partir desses trabalhadores. No que concerne ao primeiro, em 2003, os imigrantes em idade ativa para o trabalho correspondem a 81% do total desta população o que se constitui um fator fundamental ao serem comparados com os nacionais dos quais 67,7% são cidadãos em idade ativa.

Ademais, a taxa de desemprego indica que 4,1% dos imigrantes encontram-se em situação de desemprego ao passo que a dos nacionais é de 6,5% (INE, XIV Recenseamento Geral da População). Em relação à contribuição líquida ela é de fundamental importância, pois o imigrante é um contribuinte em potencial para o Estado, ainda mais ao considerar-se o grande número de retorno ao país de origem o que significa que este trabalhador sequer gozará desse dinheiro com custos de saúde futuros e com a aposentadoria.

Assim, um estudo realizado contabilizou as receitas e despesas que o imigrante implicou para o Estado em 2001 e concluiu que a contribuição líquida, ou seja, descontando-se da receita as despesas, o Estado arrecadou 1.395 euros em relação de cada um dos imigrantes ativos em Portugal. Ao considerar os imigrantes desempregados esse número ainda se mantém alto, pois corresponde a 1.035 euros anuais referentes a cada imigrante, incluindo ativos e inativos. Então, o Estado português arrecadou em 2001 a contribuição líquida do total de imigrantes no montante de 323.606 milhões de euros. Destacam-se as receitas provenientes da contribuição patronal (45,6%) – daí muitos empregadores não querem legalizar os imigrantes para não arcar com os custos sociais -, contribuição do trabalhador (21,5%) e imposto de renda (12,3%), importante ainda é o saldo do imposto sobre consumo (9,8%). Quanto às despesas têm destaque a educação da pré-escola ao ensino médio (47,6%), a saúde (11,6%) e a regularização do estatuto de imigrante no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) (Cf. Almeida, 2001).

No entanto, considerando as transferências de remessas dos imigrantes em Portugal e dos emigrantes portugueses a destes últimos foi superior a dos primeiros, pois enquanto os imigrantes enviaram para seus países de origem 485.596 mil euros em 2004, os portugueses que residem no estrangeiro enviaram para Portugal 2.442 milhões de euros. Assim, o saldo entre as remessas enviadas e as remessas recebidas é favorável à Portugal segundo as estatísticas do Banco de Portugal.

Portugal, aliás é uma característica de toda a Europa, possui, para além dos baixos níveis de fecundidade e de mortalidade, um grave problema com a questão do envelhecimento, pois existem poucas pessoas em idade ativa responsáveis pela geração de renda do país para arcar com as despesas de



pensão dos aposentados, fato que se não for superado acarretará no aumento de encargos para as novas gerações a fim de arcarem com as despesas de pensões e saúde para os mais velhos, este aumento incidirá futuramente no custo de vida da população ativa (Cf. Calado Lopes, 2004, p. 155-158; Rosa, 2003, p. 11-14; Ruggy, 2000, p. 13-26).

“O desafio é portanto crucial. Sem alteração de políticas, sem aumento da produtividade, sem aumento de actividade, ou seja, sem aumento do emprego e de melhores empregos (...) a Europa está condenada ao declínio econômico.” (Calado Lopes, 2004, p. 161). Assim a saída seria o aumento da natalidade (que é baixo) e a imigração que a curto prazo configura-se de grande importância por colaborar com o crescimento da população ativa e em postos de trabalho pouco qualificados e mal remunerados, na perspectiva dos portugueses (Cf. Rebelo, 2000, p. 25; Calado Lopes, 2004, p. 161-164). Existe, entretanto, uma política europeia de controle das fronteiras para reduzir o fluxo migratório para o interior da Europa comunitária, nomeadamente, o fluxo de países terceiros. Para tanto, faz-se acordos com esses países para que controlem sua emigração e acordos de readmissão para aceitarem de volta (o retorno) seus nacionais esses acordos envolvem concessões comerciais e/ou apoios financeiros, sempre na “luta contra a migração” (Cf. Calado, Lopes, 2004, p. 112-114). Há também a política de inserção do imigrante no território comunitário que abrange o ensino da língua e uma política de habitação que evite o isolamento e a formação de bairros de maiorias étnicas marginalizadas.

O que se pretende é afinal que os imigrantes façam parte da população activa, que sejam legitimamente incluídos no mercado de trabalho, que contribuam, como membros activos da sociedade para o acréscimo do Produto, que sejam incluídos nos sistemas fiscais e de Segurança Social vigentes nos países em causa. (...) Se a Europa pretende que os problemas de envelhecimento e de insuficiências nos mercados de trabalho sejam amortecidos com a imigração, então terá imperiosamente q prosseguir uma política muito activa de inserção de imigrantes que simultaneamente promova o emprego e evite a imigração ilegal. (Calado Lopes, 2004, p. 115).

Portanto, em termos econômicos Portugal só tem a ganhar com os imigrantes uma vez que esses estando inseridos no mercado de trabalho contribuem para o aumento do PIB, sobretudo, considerando-se o auto índice de envelhecimento dessa população nacional, bem como o baixo índice de fecundidade, além disso as remessas que enviam para seus países de origem são inferiores as recebidas pelos portugueses emigrantes e, para finalizar a contribuição líquida desses imigrantes para o Estado nacional português que representa uma quantia importantíssima que implica, subseqüentemente, num saldo positivo para a população nacional, uma vez que é para esta população autóctone que esse saldo é revertido em saúde, educação, aposentaria, cultura, etc. (Cf. Gomes, 2004, p. 101-107).

Para imigrante brasileiro o principal objetivo é acumular uma poupança para garantir, no regresso, uma vida diferenciada daquela já experimentada no país de origem, sendo comum a expectativa do regresso, exatamente como acontecia com os emigrantes portugueses de outrora, como vimos no capítulo I.

Eu acho que a gente sai do país da gente para vir pra cá não totalmente pela gente, mas também pela família, pelos filhos. Então você faz tudo. “Eu vou sair daqui para outro lugar, juntar um dinheirinho e comprar uma casa aqui no Brasil”. Eu ia para os EUA. (Ana)

De modo geral a sociedade de origem recebe remessas de dinheiro essenciais para o desenvolvimento do país, superando já em 2002 o total da Ajuda Oficial ao desenvolvimento. De acordo com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) os trabalhadores latino-americanos e caribenhos residentes no estrangeiro enviaram 45.800 milhões de dólares a seus países de origem, esse número refere-se apenas o dinheiro que chegou nos países de origem de forma legal e constitui um valor superior à soma do investimento estrangeiro direto com a cooperação externa. O aumento anual é significativo, o que implicou nos últimos 30 anos na multiplicação do volume total das remessas por 100. Isso significa que para a maior parte dos países latino-americanos as remessas supõem a primeira fonte de divisas em 2004. No caso

do Brasil, essa cifra total foi de 5.624 milhões de dólares em 2004. O BID estima que anualmente 150 milhões de transações individuais são enviadas de diferentes partes do mundo a 18 milhões de famílias latino-americanas e caribenhas. É importante destacar que as formas legais de envio de dinheiro cobram comissões abusivas que rondam a casa dos 10 a 15 por cento das remessas enviadas que não chegam ao seu destino por ficarem nas mãos dessas empresas (Cf. Action Plano publicado pelo G-8). Essa região da América Latina e Caribe é a que possui um mercado de remessas de maior crescimento e volume do mundo, o que significa que a região não está gerando emprego suficiente para satisfazer a necessidade da população.

Um estudo comparativo realizado pelo BID em 23 países da América Latina e Caribe sobre as remessas enviadas aos mesmos revelou que:

- Superam consideravelmente o volume da assistência oficial em cada país;
- Equivale a mais de 150% do total da dívida externa paga por esses países nos últimos 5 anos;
- Representam 10% do Produto Interno Bruto (PIB) de alguns países: Guiana, Haiti, El Salvador, Jamaica, Nicarágua e República Dominicana.

Em 2004 o principal receptor dessas remessas foi o México (16.000 milhões de dólares) seguido do Brasil (5.624 milhões de dólares) e da Colômbia (3.857 milhões de dólares).

Estima-se que 25 milhões de adultos dessa região imigrem, dos quais 65% enviam regularmente dinheiro de 100 a 300 dólares ao mês, o que corresponde a 175 milhões de transações financeiras por ano. Das remessas, 75% (34.000 milhões de dólares) são enviados dos Estados Unidos da América (EUA) e 12% da Europa Ocidental que se converteu num destino de rápido crescimento de emigrantes latino-americanos.

A projeção de 2001 a 2010 da soma total de remessas nessa região nesse período é de 500.000 milhões de dólares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“E assim escrevo, ora bem ora mal,  
ora acertando com o que quero dizer, ora errando;  
caindo aqui, levantando-me acolá,  
mas indo sempre no meu caminho como um cego teimoso.”*

*Fernando Pessoa*

Podemos considerar que as migrações fazem parte da história de Portugal durante todo o período oitocentista, ou seja, desde sua origem até a atualidade. Esses movimentos migratórios desempenharam uma importância sócio-econômica política e cultural particular em cada momento histórico.

Desde a independência desse país até a década de 70 do século XX foram os fluxos emigratórios que tiveram destaque com as famosas viagens ultramarinas de descoberta de territórios, colonização, exploração e povoamento dos mesmos. A imigração para esse território desenvolveu-se, no entanto, ao longo de toda sua existência, sendo mesmo responsável pelos primeiros contatos dessa sociedade com o comércio e navegação que associados à política da realeza incitaram a expansão marítima portuguesa e foram imprescindíveis para a manutenção da política econômica dessa sociedade.

Até o início do século XX, os imigrantes foram requisitados pela sociedade portuguesa sempre para atividades de grande importância, hajam vistos os quadros que compunham, como as forças armadas militares, os cargos qualificados do governo para o desenvolvimento arquitetônico, por exemplo, para o investimento comercial, etc. bem como para o trabalho desqualificado, a fim de substituir a mão-de-obra portuguesa que se encontrava espalhada nos diversos continentes do mundo. Essa imigração desempenhava uma importância fundamental cultural, considerando por exemplo o grau de qualificação dos profissionais estrangeiros que supriam a lacuna nacional; econômica, na medida em que todos os estrangeiros contribuíam para o

aumento do PIB nacional, e com o ingresso de dinheiro dos mesmos aplicado no comércio, desenvolvimento de estradas, das telecomunicações, etc, do país; e demográfica colaborando para o aumento do número de habitantes no território nacional. Além disso, eles permitiam a manutenção da emigração que se constituía, para além da decisão individual do emigrante, uma política estatal pois as remessas de dinheiro enviadas pelos emigrantes portugueses constituíram uma importante fonte de divisas do Estado português, sendo em alguns momentos a principal forma de arrecadação. O ilustre historiador português Alexandre Herculano afirmou que nunca o Brasil Colônia rendeu tanto a Portugal como quando tornou-se país independente recebendo no seu seio grande número de portugueses emigrantes que enriqueciam sua terra natal com as remessas de divisas enviadas para seus familiares e para a formação de uma poupança com o objetivo do regresso à pátria mãe.

A partir de 1974, Portugal viveu a Revolução dos Cravos que consolidou o fim da ditadura militar e deu início à democracia no país, a perda do monopólio ultramarino com a independência de muitas colônias e a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE). Para juntar-se à essas mudanças deu-se a derrocada do regime soviético, caracterizada pela queda do Muro de Berlim, marcando o imperialismo do capital.

Esses novos fluxos migratórios, que acabam por conferir à Portugal o estatuto de país de imigração, expressão a nova divisão internacional do trabalho trazida com a globalização mundial do capital a partir de sua orientação neoliberal. As novas formas de produção criaram um desemprego estrutural: com um exército industrial de reserva de mobilidade transnacional.

As relações estabelecidas no Império Colonial criaram proximidades lingüísticas e culturais que corroboram para que o brasileiro elege-se Portugal como país de destino em “tempos globais”, além disso, existem inúmeras comunidades portuguesas no Brasil com descendentes e a possibilidade de dupla nacionalidade prevista na legislação facilita a entrada de algumas pessoas naquele país, bem como a possibilidade de nele estabelecer-se mesmo sem a nacionalidade a partir da criação de diversas leis extraordinárias que viabilizam a legalização de imigrantes para além da permissão da permanência dos clandestinos para os quais o governo muitas vezes parece fazer, e certamente

não é à toa, “vista grossa”. Ademais, à propaganda dos meios de comunicação de massa e as suas divulgações de ofertas de emprego somam-se às redes de solidariedade e de acolhimento que contribuem para difundir informações imprescindíveis na decisão de migrar, em busca de melhores condições de vida no que tange seus direitos fundamentais à: saúde, moradia, alimentação, educação, etc.

A população imigrante brasileira residente no distrito de Lisboa é, de maneira geral, marginalizada pelos portugueses por ser originária de uma ex-colônia e de terceiro mundo. Marginalização de fácil visualização no mercado de trabalho, exercendo atividades pouco qualificadas, com o desempenho de funções pouco valorizadas, ainda que necessárias, em setores onde se exige bastante flexibilidade por parte dos trabalhadores, como é o caso da já aqui citada construção civil, dos serviços domésticos e hoteleiros, nos restaurantes, bares e similares, entre outras atividades econômicas. Em oposição, e em menor número, estão profissionais qualificados que desempenham tarefas principalmente no setor público (médicos, assistentes sociais, dentistas, enfermeiros, etc.).

Apesar das dificuldades de integração da maioria dos imigrantes brasileiros no Distrito de Lisboa pela população autóctone, a imigração vale à pena, porque via de regra, conseguem cumprir seu objetivo de pouparem dinheiro para ajudar a família no país de origem e, muitas vezes, para a consolidação do sonho da casa própria. Motivos pelos quais justificam as longas jornadas de trabalho, a precarização e as privações que viviam na condição de imigrante.

É importante destacar que o imigrante gera, como outrora os emigrantes portugueses, impactos positivos para o Estado português, dentre os quais podemos destacar aqui alguns como a constituição de uma população jovem em idade ativa para o trabalho, corroborando no PIB nacional português; os impostos pagos pelos imigrantes ativos que via de regra, após o regresso da maioria, revertem-se para a população nacional; enquanto ativos corroboram para o pagamento das aposentadorias dos portugueses. Mesmo para o país de origem, neste caso o Brasil, a imigração desempenha uma importante função, pois os imigrantes partem em busca de formarem poupanças pensando no

retorno à pátria enviam comumente divisas líquidas para o país colaborando na receita nacional, como acontece até hoje com emigrantes portugueses.

Portanto, se o imigrante brasileiro ainda que fazendo parte da realidade portuguesa e inserido, mesmo quando em trabalhos menos qualificados, na divisão sócio-técnica do trabalho, seja segregado da sociedade autóctone ele está inserido, no bojo da sociedade global na dinâmica da divisão transnacional do trabalho e caracteriza a mão-de-obra transmigrante, e flexível imprescindível para a lógica do capital internacional globalizado, possibilitando a reprodução dessa mesma dinâmica que o levou para a condição de imigrante, sendo ainda que muitas vezes inconscientemente responsável pela manutenção dessa realidade.

## ANEXO I

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- Por que emigrou para Portugal;
- Tinha pessoas conhecidas em Portugal;
- Como vivia no Brasil;
- Qual era a ocupação no Brasil;
- O que encontrou em Portugal;
- Como foi a adaptação;
- Qual é a atual ocupação;
- Como é o trabalho e a renda;
- Onde está a família;
- Como é o contato com a família – em caso de distância geográfica;
- Onde e com quem vive;
- Quais eram as formas de lazer no Brasil;
- Como são as formas de lazer em Portugal;
- Como participa da política;
- Qual é a condição jurídica em que se encontra;
- Qual é a nacionalidade de seus amigos;
- Há quanto tempo está em Portugal;
- Se tem perspectivas de voltar para o Brasil;
- O que esperava encontrar;
- O que encontrou;
- Quais os planos para o futuro;
- Como vê a relação Portugal-Brasil;



## ANEXO II

### MIGRANTES, EMIGRANTES E IMIGRANTES: BRASILEIROS EM LISBOA (PORTUGAL)

*“Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é.”  
Caetano Veloso*

#### I. Ana, mineira, 31 anos

Ana tem ginásio incompleto, morava em Minas Gerais com sua filha e mãe e trabalhava como faxineira num escritório, ganhando 500,00 reais mensais. Decidiu emigrar pela família, para juntar dinheiro e comprar casa no Brasil.

Elegeu como país de destino os EUA, país onde mora seu sobrinho, que a aconselhou ir primeiramente para Portugal, onde conseguiria obter visto mais facilmente para entrar no país norte-americano. Seguindo essa sugestão, entrou em contato com um conhecido que reside em Portugal, para que o mesmo a fosse buscar no aeroporto e arrumasse lugar para que ela pudesse se estabelecer, chegando, assim à Lisboa.

Com visto de turista, que concede estar legal no país por três meses devendo regressar ao término dos mesmos, Ana chegou a Portugal e decepcionou-se imediatamente com o que encontrou, pois imaginava que fosse mais fácil arrumar trabalho e não pensou que fosse estranhar tanto a fria temperatura.

Considera-se uma pessoa de sorte por ter conseguido trabalho num café logo na primeira semana de entrada no país de acolhimento. Ela trabalha todos os sete dias da semana das 9h às 21h, sem folga e sem hora de almoço, mesmo doente e recebe 600 euros de remuneração. Desta maneira, está no serviço praticamente o mesmo tempo que está em Portugal: há 6 meses, sem

visto (passados os três meses do visto de turista), sem registro, ilegal. De acordo com ela, sua patroa gosta tanto de si que traz-lhe presentes de suas viagens e está tentando legalizá-la, mas encontra dificuldades burocráticas.

Se no Brasil passeava com a filha aos finais de semana, em Portugal não há hipótese de passear por causa da jornada de trabalho. Mas o que a consola é saber que já conseguiu juntar “bastante” dinheiro, embora ainda não o suficiente para comprar casa no Brasil. Ana conseguiu poupar porque além de trabalhar exaustivamente, reside com quatro brasileiros para dividir as despesas da casa. Um desses moradores é seu namorado há 4 meses e desde então paga suas despesas de moradia, o que possibilita guardar quase a totalidade da sua remuneração.

Ana tem muita vontade de regressar ao Brasil, contudo, pretende ficar mais um ano em Portugal, mesmo ilegal, para juntar dinheiro, porque considera difícil ganhar o equivalente no país de origem, e depois sim regressar. Mas confessa que não sabe se agüentará ficar no Brasil mesmo com sua família ou se retornará a Portugal, o que garante que justificar-se-á, exclusivamente, pelo dinheiro. Em relação ao seu plano inicial de obter visto para ingressar nos EUA afirma que perdeu a vontade e não irá.

## **II. Caio, mineiro, 38 anos**

Caio morava em Minas Gerais com sua esposa e dois filhos de 12 e 9 anos, onde tinha uma empresa de construção civil. Certa vez foi assaltado e o roubo causou um “rombo” em sua empresa. Denunciou à polícia e viu que esta apenas deu a volta com a viatura e não foi atrás dos assaltantes, fato que o deixou bastante revoltado em função dos impostos que pagava, sentindo-se desprotegido no seu próprio país. Apenas sete meses depois conseguiu estabilizar sua empresa e pagar as dívidas.

Foi então que decidiu emigrar para Portugal, onde tinha um amigo, com o qual entrou em contato e que, além de o receber muito bem, o indicou à algumas pessoas, conseguindo assim trabalho como ladrilhador na construção civil, trabalhando, aproximadamente, 9h diárias, auferindo cerca de 1.250 euros

mensais, dos quais 1.000 mandava para o Brasil. Após um ano e três meses retornou ao Brasil onde permaneceu por três meses, mas deparando-se com uma situação pior do que havia deixado a primeira vez e sem conseguir trabalho, resolveu voltar para Portugal em março de 2003, onde passados os três meses de visto de turista permanece ilegal no país há um ano e um mês. Sua intenção agora é ir para outro país da Europa onde possa receber um valor superior por sua mão-de-obra.

Pretende voltar para o Brasil um dia, mas por enquanto não. Vai trazer para perto de si sua esposa e filhos. Por enquanto mora numa quinta apelidada de Carandiru, onde residem apenas homens. A casa possui cinco quartos, denominados apartamentos onde residem no total de 35 a 40 brasileiros.

Quando chegou em Portugal pela primeira vez Caio estranhou imediatamente o clima e teve vontade de regressar no mesmo instante, mas resolveu agüentar e acabou se acostumando. Apesar de considerar que os portugueses discriminam os brasileiros, principalmente as mulheres que são tidas como prostitutas, responsabilizando a mídia pelo fomento desse preconceito - pela imagem que ela veicula do Brasil como um país de terceiro mundo e miserável. Mas alerta que não trabalha nem para brasileiros nem para “pretos” (africanos) porque afirma que eles não pagam o serviço.

Caio deixa claro que o que mais gosta em Portugal é a remuneração. E afirma que os brasileiros vão para Portugal pelas condições econômicas brasileiras, porque além do desemprego quem está empregado ganha muito pouco, pois “o salário mínimo brasileiro não dá para nada”, nem para manter a família, nem para manter os filhos na escola, que acabam, muitas vezes, partindo para a criminalidade. Ao passo que em Portugal as crianças passam praticamente o dia todo na escola, o que por um lado acha uma pena que não tenham tempo para brincar na rua, mas considera melhor do que enveredarem para o crime. Foi por causa das condições salariais no Brasil que teve que abandonar a faculdade de química, pois não tinha condições de estudar e manter a família. Agora pretende tentar tirar um curso superior na Europa em engenharia civil ou arquitetura, mas para tal é preciso buscar mais informações para saber quais devem ser os procedimentos.

Na sua forma de entender, Portugal e Brasil não são “países irmãos” como diplomaticamente têm denominadas suas relações política, econômica, cultural e social pela imprensa. Os portugueses gostam de fazer turismo no Brasil e da mão-de-obra brasileira que possui um custo baixo, principalmente a feminina.

Caio aconselha os imigrantes a irem para Portugal apenas orientados por outro brasileiro que lhe indique lugar para morar e trabalho. Considera que no momento não vale à pena imigrar porque a situação do país de acolhimento não está boa, por outro lado, entende que o pouco que se ganha em Portugal é vantajoso tendo em vista a realidade brasileira, nem que sejam apenas 100 euros. Tem contatos com brasileiros que não têm trabalho, estão ilegais e passam fome, sobrevivendo com a ajuda e doações de outros brasileiros solidários.

Quanto ao lazer, viaja muito pelo país de acolhimento a passeio e gosta da vida noturna das discotecas brasileiras de Lisboa.

O choque cultural com o alto consumo de café e tabaco e com a higiene bucal (uma vez que não cultivam o hábito de escovar os dentes após todas as refeições nem preservar a estética de manter todos os dentes) chama a atenção de Caio.

Caio compara os chineses em Portugal aos camelôs brasileiros. Segundo ele, “Portugal é infestado de chineses”, espalhados em diversas esquinas vendendo doce, pirulito, balas, etc. Outra coisa para a qual chama a atenção é para o desaparecimento de produtos portugueses do mercado, que estão sendo substituídos pelos espanhóis (principalmente roupas) e chineses (comida, roupa e bijuteria), com inauguração inclusive de várias lojas chinesas. “O mercado chinês está dominando”.

### **III. Carla, carioca, 39 anos**

Carla morava no Rio de Janeiro com sua mãe e sobrinha. Lá era assistente social e trabalhava com meninos de rua na favela da Rocinha.

Enquanto coordenadora desse movimento recebeu um financiamento pra ir uma semana à Espanha e foi convidada por uma portuguesa que conheceu e com quem conviveu durante seis meses no mesmo movimento no Rio de Janeiro, para passar uma semana em Portugal. Isso aconteceu em 1999. Em 2000 regressou a Portugal por mais seis meses, sendo muito bem recebida e assessorada por sua amiga que cedeu-lhe uma casa. Ela então passou a trabalhar num Instituto com meninos de rua. Após ter regressado ao Brasil, a coordenadora no Instituto entrou em contato convidando-a para voltar e sabendo do seu interesse em realizar o mestrado, indicou-lhe um Instituto em Lisboa. Durante três anos, juntou dinheiro no Brasil para poder concretizar a proposta, partindo então para Portugal.

Chegando em Portugal, Carla foi para casa cedida por sua amiga e já estava matriculada no mestrado. Mas a proposta do trabalho não correu conforme o combinado. Carla mantinha-se com dinheiro enviado por uma de suas irmãs que reside com seu marido e filhos nos EUA. Com o dinheiro tinha que pagar o curso de pós-graduação e todas as suas despesas pessoais. Foi procurar trabalho, mas apesar de ter visto de estudo, não conseguiu. Ainda que tenha se adaptado à cultura portuguesa e tenha gostado do país, sentia-se sozinha, não encontrando apoio nem entre seus colegas de mestrado, aos quais atribuía o adjetivo de egoístas, entrando, assim, em depressão.

Carla então foi convidada para morar com um casal amigo, onde ficou um ano e meio. Ela foi integrada como mais uma pessoa da família. Após um desentendimento com o rapaz, foi procurar um lugar para arrendar, e acabou alugando um quarto na casa de uma portuguesa idosa. Depois conheceu na associação de assistentes sociais, numa reunião, uma assistente social que trabalhava num hospital e a convidou para lá realizar trabalho voluntário e ofereceu um quarto na casa onde sua mãe morava.

Em Lisboa, Carla admirou-se com a organização dos transportes públicos portugueses, gostou da cidade e sentiu-se cidadã em Portugal, coisa que não ocorre no Brasil. Além disso, entrou em contato com uma vasta literatura a partir da Biblioteca Nacional de Lisboa. No entanto, Carla diz que já foi tratada com muito preconceito pelos nacionais, que consideram as mulheres brasileiras putas, ademais no início achava que era discriminada por ser negra.

Carla está passando por problemas burocráticos na realização do mestrado, mas pretende retornar ao Brasil logo após a conclusão do mesmo.

#### **IV. Daniela, alagoana, 48 anos**

Daniela cursava a faculdade de Biologia quando conheceu seu marido e abandonou os estudos. Era um português com quem teve duas filhas e moravam em Alagoas. Apenas ele trabalhava. Certo dia seu marido foi assassinado às 17h e todos sabiam quem era o responsável, no entanto o crime ficou impune. Ademais, como a cidade era pequena, tinha medo que suas filhas viessem a fazer amizade com o responsável pela morte de seu pai, ou com familiares dele. Além disso, Daniela vivia com a pensão e com dinheiro aplicado e quando o governo de Fernando Collor de Mello assumiu e fechou as contas a situação alterou-se. Como tinha a família do marido em Portugal que conhecia das férias que passavam no Brasil e a facilidade de obter a nacionalidade optou por mudar dois anos após o assassinato, incentivada pela sogra, onde já está há 12 anos. Deixando seu apartamento em Maceió para seus irmãos morarem.

Chegando em Portugal, foi viver com a sogra em Lisboa, o que avalia ter sido muito complicado porque considera os portugueses muito tradicionais. Então, logo que obteve a dupla nacionalidade foi procurar trabalho e viver com suas filhas. Trabalhou sempre na área da hotelaria e da restauração, mantendo sempre dois empregos para garantir que pudesse pagar as contas. Sempre morou de aluguel, mas no princípio em lugares precários, com condições precárias, quadro que atualmente alterou-se, pois apesar de ainda viver de aluguel está num apartamento espaçoso.

Daniela não se arrepende de ter ido viver em Portugal, onde nunca lhe faltou trabalho, nem dinheiro, pode dar estudo às filhas e existe justiça e respeito aos direitos. Não tem vontade de voltar ao Brasil a não ser para fazer turismo. Sai de casa às 6:30 e retorna às 21:30h seu lazer é namorar e estar com suas filhas. Não costuma sair com amigos para se lamuriar, como acredita que faz a maioria dos brasileiros, os quais ela tanto critica, por ganharem

dinheiro às custas dos portugueses e falarem mal deles. Pensa que o imigrante, ao “fazer as malas”, tem que estar disposto a adaptar-se à nova cultura e ao que encontrar pela frente. Considera que Portugal tem sempre as portas abertas aos brasileiros, o que está dificultando a vida dos portugueses e dos brasileiros que já lá estão, pois está crescendo o desemprego, tem gente na rua pedindo esmola, o poder aquisitivo dos portugueses está diminuindo, mais grave é ainda o dos estrangeiros que lá vivem e a prostituição das brasileiras está crescendo. Assim como os brasileiros, considera que há muitos ucranianos e romenos em todos os lugares de Portugal, fato que corrobora para uma maior oferta de mão-de-obra e salários mais baixos. E moram com muitos outros para baratearem os custos e comem mal para juntar dinheiro e mandar para o Brasil. “O brasileiro que vem pra cá é Zé Mané e ainda chega arrogante”.

#### **V. Gustavo, paraibano, 24 anos**

Gustavo residia na Paraíba com seus pais e seus 8 irmãos, dos quais é o caçula. Seu pai era dono de uma empresa de produção e distribuição de embalagens plásticas as quais eram fornecidas para todo Norte e Nordeste do país. Devido à rápida expansão da empresa montaram a sede no Piauí por ser uma região mais central. O pai afastou-se dos negócios, depositando-os nas mãos dos filhos que acabaram por colocar a empresa em dificuldades de venda e baixa produtividade. Entretanto, uma de suas irmãs foi passar férias na França e conheceu um português. Uma semana após o regresso das férias dela para o Brasil optou por ir para Portugal casar e viver com o rapaz. Após um tempo, chamou uma irmã para trabalhar em Portugal e passados mais uns meses, convidaram outra. Depois foi a vez de Gustavo que foi incentivado pelas irmãs para tirar um curso técnico de fisioterapia em Portugal que tinha um ano e meio de duração. Ele havia iniciado e abandonado as faculdades de marketing em relações públicas de enfermagem no Brasil. Após a realização do curso, a idéia era regressar ao Brasil e abrir uma clínica junto à sua irmã fisioterapeuta que também reside em Portugal.

Gustavo chegou um pouco antes do início do curso para assistir ao casamento da sua irmã. Ia morar com suas duas outras irmãs, dividindo as despesas. Uma é fisioterapeuta e trabalha na área dela, a outra é assistente social e trabalha como babá.

Ao chegar em Portugal, para ajudar nas despesas, arrumou trabalho com um amigo de sua irmã numa oficina mecânica durante seis meses até a falência do negócio. Então, mais uma vez por indicação de uma irmã, foi trabalhar como recepcionista num hotel onde permaneceu por dois anos recebendo 750 euros, obtendo visto de trabalho. Até que conseguiu trabalho no Banco do Brasil, das 9h às 15h, de segunda à sexta, com remuneração de 800 euros líquidos.

Gustavo conta que apesar do frio, não estranhou Portugal quando chegou, pois aprendeu a ver as quatro estações do ano. Confessa que gosta da educação dos portugueses de dirigirem-se às pessoas por “Sr.”, dizerem sempre “Bom dia”, “Desculpe”, etc. considera que os brasileiros têm muito que aprender com eles. Aprecia também a independência financeira dos jovens portugueses que é precoce em relação aos brasileiros. Gostou também da organização dos transportes públicos que facilitam a vida das pessoas. Mas admite que sofreu discriminação e preconceito muitas vezes por ser brasileiro, até mesmo em oportunidades de trabalho. E culpa o governo português por não se importar com os brasileiros e, mais ainda, o governo de seu próprio país, o brasileiro, que não apoia o imigrante.

Embora não tenha tirado o curso como planejado em função da jornada de trabalho, não tem vontade de regressar ao Brasil, afinal considera que profissionalmente foi bom ter emigrado. E acha que pessoalmente também, pois fez muitos amigos de diversas nacionalidades, principalmente europeus e viaja bastante. Gustavo diz ter-se surpreendido porque “imaginava que os portugueses fossem burros”. Mas confessa que aprendeu a gostar de Portugal, país que hoje considera sua segunda pátria. “Amo Portugal mesmo! Torci agora no Euro como muito português não torce pelo país”.

Conta que não gosta de fazer amizade com brasileiros porque têm baixa escolaridade e são “ralés”, nas suas palavras. Relata também, que apesar de



não poderem entrar brasileiros em algumas discotecas em Lisboa, nunca foi barrado.

Atualmente Gustavo mora com sua noiva portuguesa, em casa própria da mesma. E pensa em casar-se e continuar vivendo em Portugal. Quer vir ao Brasil fazer turismo ou quando se aposentar.

Sobre os brasileiros imigrantes em Portugal, Gustavo não é contra, porém considera que deviam chegar no país de acolhimento abertos à nova cultura, não agir com preconceito, considerando-os burros e “cuspindo para cima”, como comumente acontece, na sua opinião.

## **VI. Lucas, carioca, 29 anos**

Lucas morava em Minas Gerais com sua família e trabalhava como motorista, ganhando 300 reais. Queria ir para os EUA, mas era preciso visto e o idioma era diferente do seu. Tinha muitos amigos que moravam em Portugal, país do qual ouvia dizer que era bom para ganhar dinheiro. Entrou em contato com um amigo para que lhe arrumasse lugar para morar e serviço. Chegou na semana em que a moeda mudou do escudo para o euro.

Quando chegou deparou-se com uma realidade que não esperava encontrar, para além do frio, a dificuldade de arrumar trabalho como pedreiro por ter apenas visto de turista e o alto custo de vida. Mesmo assim ficou dois anos e meses ilegal, com medo de ser deportado, trabalhando escondido porque teve vontade de voltar na mesma passagem, mas um amigo arrumou-lhe trabalho de ajudante gesseiro durante oito meses, sendo então, despedido embora. Depois outro o contratou para ser gesseiro, ganhando mais, salário que varia entre 900 e 1.200 euros (a depender da obra) e disse que ia tentar legalizá-lo. Conseguiu, a partir do contrato de trabalho, visto de trabalho de um ano no Consulado português de Madrid. Logo que conseguiu visto, foi passar 59 dias de férias no Brasil, tendo retornado a Portugal há 15 dias.

Considera que este retorno foi mais difícil porque deixou mais uma vez a família e agora com contrato de um ano, o que significa que antes disso não pode regressar ao Brasil, onde está sua família e sua noiva.

Lucas reside com uns amigos brasileiros com os quais divide as despesas para sobrar mais dinheiro, mas confessa que em Portugal só trabalha, não tem lazer.

Todo o dia tem vontade de regressar ao Brasil, só não volta ainda pelo dinheiro que recebe. Considera ter tido sorte por estar legalizado e por ter trabalho. Pensa que a maioria dos brasileiros que lá vivem está mal e ilegal e que essa maioria não volta ao Brasil porque não tem dinheiro e porque tem vergonha de retornar ao país de origem sem uma reserva financeira. Mas afirma: “Isso aqui é só ilusão!”.

## **VII. Pedro, paulista, 36 anos**

Pedro morava em São Paulo com seus pais portugueses. Dispondo de casa e dupla nacionalidade, fazia turismo em Portugal. Médico, trabalhava em diversos lugares em São Paulo e tinha uma clínica com mais dois sócios, um dos quais era seu cunhado, contando com cerca de 6.000 reais mensais no total dos seus rendimentos.

Acredita que o mercado de trabalho para os médicos no Brasil está saturado e que os pacientes não procuram mais por atendimentos particulares e sim pelos convênios que acabam não sendo vantajosos para os médicos. Ademais existem os altos impostos cobrados no Brasil. Sua clínica começou a entrar em crise financeira tendo que investir lá dinheiro e muito trabalho para erguê-la. A clínica existiu por três anos. Simultaneamente, fazia mestrado em ginecologia obstetrícia também pela Universidade de São Paulo (USP). Durante esse período estava desanimado com a clínica e foi duas vezes para Portugal, a primeira vez ficou dois meses e comprou um carro, mas acabou retornando porque ainda que tenha detectado a falta de médicos no país, estava realizando o mestrado e pretendia concluí-lo e também porque tinha saudades do Brasil. Ademais, conheceu médicos brasileiros que inicialmente

pensou que lhe fossem abrir as portas e ao contrário, percebeu que eles estavam em situação duvidosa e estavam fugindo de situações que “aprontaram” no Brasil: “Os médicos brasileiros são todos trambiqueiros”. Na segunda vez, foi com sua mãe, sua grande incentivadora para emigração, por duas semanas e meia. Pedro tinha também a ordem dos médicos reconhecida em Portugal.

Desta vez, após ter concluído o mestrado, resolveu entrar em contato com os médicos portugueses que fossem bem sucedidos. Então conversou, ainda aqui no Brasil, com um médico brasileiro de São Paulo que entrou em contato com um médico português e quando lá chegou, Pedro já estava empregado. “Quando eu comecei a trabalhar aqui eu me enchi de dinheiro. Logo no primeiro mês eu comecei a ganhar mais aqui do que ganhava no Brasil”. O estímulo financeiro fez com que Pedro ficasse em Portugal, procurasse mais trabalho e desse entrada no reconhecimento do título de especialista, que já contava ser um processo moroso uma vez que são 6 anos para obter o título em Portugal, ao passo que no Brasil são 3 anos, quando foi então convocado para prestar uma prova, foi aprovado e atualmente é especialista em Portugal.

Apesar da distância da família e da vida social que tinha no Brasil, Pedro considera positiva sua condição de imigrante por auferir maiores rendimentos e porque considera que o médico em Portugal é mais respeitado do que no Brasil. Acredita que investiu durante os três anos e meio que está em Portugal o seu tempo e energia no trabalho, que foi compensatório, mas agora pretende equilibrar e investir na sua vida social, reduzindo um pouco a jornada de trabalho.

Por enquanto faz férias no Brasil duas vezes por ano. E pretende um dia voltar, mas diz que antes vai aproveitar o momento presente.

Pedro ressalta que valeu à pena ter emigrado porque possuía condições objetivas para tal, diferentemente da grande maioria dos brasileiros que está chegando em Portugal.

Eu acho que não vale à pena eles virem pra cá. Pra mim valeu à pena por alguns

motivos: apartamento, carro, nacionalidade, diploma reconhecido, ordem dos médicos e o mercado favorável e eu não tinha nada que me prendia eu não estava casado nem com filhos. Agora se falta alguma coisa dessas. Vir aqui pra alugar casa eu não acho que compensa... eu não acho que vale a pena. Se a gente for pensar bem também não está tão ruim assim. Eu não acho que também o dinheiro é a coisa... não sei. É meio difícil. Eu acho que eu vim num momento muito especial e deu tudo certo. Assim como eu vim eu posso voltar. Pra mim voltar é fácil e se eu voltar eu vou ter emprego, vou ter trabalho. Mas eu não penso em voltar agora, penso em ficar aqui, trabalhar aqui, aproveitar as oportunidades, investir em outras coisas.

Se eu voltar para o Brasil quero voltar como um médico de sucesso que deu certo na Europa, com dinheiro, montar uma clínica lá. Quero fazer um pezinho-de-meia aqui.

### **VIII. Priscila, carioca, 48 anos**

Priscila morava no Rio de Janeiro, onde estão sua mãe e irmãos. É imigrante em Portugal há um ano e dois meses, mas esta já é sua segunda experiência como imigrante em Portugal.

Quando decidiu sair do Brasil Priscila queria ir para os EUA, mas não conseguiu o visto para lá entrar e como tinha conhecidos em Portugal resolveu elegê-lo como país de destino. Ao chegar, como não tinha a documentação em ordem foi trabalhar como babá, doméstica, em limpeza... quatro anos passaram-se e Priscila obteve o visto de residência e o BI de estrangeira. Então, durante mais dois anos foi trabalhar numa empresa de construção civil. Depois conheceu um brasileiro com quem vive até hoje e deixou de trabalhar. Nesse momento, a moeda corrente era o escudo e ainda havia poucos brasileiros em Portugal, sendo tratados de forma diferenciada do que são hoje, que são mal tratados, não têm os direitos respeitados e recebem salários abaixo da média nacional. Em 1994, foram passar férias no Brasil e a mesma empresa na qual trabalharam em Portugal ofereceu emprego para seu marido no Brasil onde acabaram ficando.

Há um ano e dois meses Priscila resolveu voltar para Portugal para juntar dinheiro. Para conseguir visto teve primeiro que obter um contrato de trabalho e residência. Seu marido chegou quatro meses depois e foi imediatamente deportado do aeroporto, mesmo dando como referência um casal amigo que vive em Portugal, sendo a mulher brasileira e o marido português. Um mês depois tentou novamente e desta vez teve sucesso e conseguiu entrar no país, sendo Priscila responsável por ele. Conseguiu emprego num lava-a-jato por seis meses e acabou retornando ao Brasil porque não conseguiu se legalizar.

Priscila pretende ficar até completar dois anos. Seu objetivo é juntar dinheiro para investir no depósito de bebidas que tem no Rio de Janeiro. Optou por emigrar porque no Brasil não vê condições de juntar dinheiro. Atualmente possui 4 trabalhos diferentes na área de hotelaria, limpeza e restauração. Sendo efetiva num e fazendo “bicos” noutros, dormindo poucas horas por dia e sem folga, para ganhar 900 euros por mês.

Acredita que os portugueses discriminam os brasileiros e não dão valor ao seu trabalho. Considera “falsidade” a relação de irmandade entre Brasil e Portugal. Entende que se o português não aceita o seu nacional que vem de fora, exemplificando com o Roberto Leal, é ainda mais racista com quem é estrangeiro.

Entende que as opções de lazer são diferenciadas porque a cultura é outra, mas afirma que aprecia ir ao Casino, shoppings, beber um chopp, porém atualmente não há tempo.

Segundo Priscila, a vida está muito difícil para os brasileiros que estão chegando ao país que eles estão sofrendo muito porque têm pouco estudo e “pouca cultura”. Conta que a mídia divulga as “falcatruas” e roubos realizados pelos brasileiros e a prostituição na qual vivem muitas de suas conterrâneas. Fato que corrobora para aumentar a discriminação do português que acaba por generalizar e a tratar todas as brasileiras como prostitutas e os brasileiros em geral como falsos.

O regresso de Priscila para Portugal deve-se ao fato de falar a mesma língua, o que facilita a socialização, mas pensa em regressar ao Brasil e não

sair mais para trabalhar por ter 48 anos, casa própria, não ter filhos e trabalhar por conta própria. Quanto ao fato de ir para os EUA, já não tem mais vontade, diz que só pensa em regressar ao Brasil onde “tempo é dinheiro”. Acha que as coisas em Portugal acontecem de maneira vagarosa e complicada.

Priscila cursou, antes de ir para Portugal pela primeira vez, o primeiro ano da faculdade de administração no Rio de Janeiro, mas teve que deixar porque na época não possuía casa própria e só ganhava para pagar o aluguel e então acabou fazendo um curso de secretariado.

## ANEXO III

### MUITO BOA!

Uma mensagem veiculada pela Internet, cujo assunto era intitulado “Muito Boa!”. Esta mensagem tinha como pano de fundo um quadrado pintado com as cores verde e amarelo, fazendo mesmo menção à bandeira brasileira. A mensagem era esta:

“Um Brasileiro chegou a Lisboa e pediu uma informação na rua:

- Aí mermão. Onde pego um ônibus para ir até a ferroviária pegar um trem?

- Cá não chamamos ônibus, chamamos autocarro.

- Ok. Então como pego o autocarro para ir até a ferroviária e pegar o trem?

- Cá não chamamos ferroviária, chamamos estação.

- Legal. Então onde pego o autocarro para ir até a estação e pegar o trem?

- Cá não chamamos trem, chamamos comboio.

- Porra, ta bom. Então mermão, como pego o autocarro para ir à estação pegar o comboio?

- Cá não dizemos pegar, mas sim apanhar.

- Ô cara ta gozando né? Tudo bom, como pego o autocarro para ir à estação para apanhar o comboio?

- Não precisa de ir é aqui mesmo...

- Me diz uma coisa: Como é que vocês chamam Filho da P\*\*\* aqui em Portugal?

- Não chamamos. Eles vêm do Brasil sem ninguém os chamar.”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prismas da História de Portugal. In: TENGARRINHA, José (ORG.). **História de Portugal**. São Paulo: Edusc/Unesp, 2001.

BAGANHA, Maria Ioannis, FERRÃO, João e MALHEIROS, Jorge Macaísta. Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português. In: **Análise Social** N. 150.

BARROS, Tomás de. **História de Portugal**. Porto: Editora Educação Nacional, s.d..

BASSEGIO, Luiz. As migrações no contexto da globalização. In: **Migrações: discriminação e alternativas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. In: Caderno Dívida Externa, N. 6. São Paulo, 1994.

BETTENCOURT, José de Sousa. **O Fenômeno da Emigração Portuguesa**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1961.

CAIO PRADO 1970.



CALADO LOPES, António. **O Alargamento e a Economia da União Européia: qual o impacto em Portugal?** Lisboa: Tribuna da História, 2004.

CARLOS, Leonor Palma. Imigração e Integração. In: SILVA, M. B. N. et al (Org.). **Emigração/Imigração em Portugal**. Lisboa: Fragmentos, 1993.

COELHO, Maria Helena da Cruz. O Final da Idade Média. In: TENGARRINHA, José (ORG.). **História de Portugal**. São Paulo: Edusc/Unesp, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, José Medeiros. **A Nova Era Européia: De Genebra a Amesterdão**. Lisboa: Notícias Editorial, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Introdução da História Patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GAMA BARROS, Henrique da. **História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, V.1, 2ª. Edição, s.d..

GEOIDEIA. Os movimentos migratórios externos e sua incidência no mercado de trabalho em Portugal. Relatório Final.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia: O que é a Sociologia?** Rio de Janeiro: DIFEL/Difusão Editorial, 1978.

GOMES, Inês de Drummond L. M. **A Imigração em Portugal**. Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão: Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, 2004. (Mimeo).

HEIDEMANN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: **Migrações: discriminação e alternativas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

HERCULANO, Alexandre. **Um Homem e uma Ideologia na Construção de Portugal**. Amadora: Livraria Bertrand, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **As Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LOPES, Paulo Roberto Curvelo. Os migrantes e as políticas públicas. In: **Migrações: discriminação e alternativas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

MACHADO, Fernando Luís. Contornos e especificidades da imigração em Portugal. In: **Sociologia Problemas e Práticas** No. 24, 1997, p. 09-44.

MACHADO, Fernando Luís. Etnicidade em Portugal: o grau zero de politização. In: SILVA, M. B. N. et al (Org.). **Emigração/Imigração em Portugal**. Lisboa: Fragmentos, 1993.

MALHEIROS, Jorge Macaísta. **Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança: imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana**. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo, Veras, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo: Novos Estudos Sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MATTOSO, José. A Formação da Nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (ORG.). **História de Portugal**. São Paulo: Edusc/Unesp, 2001.

MATTOSO, José. **O Essencial sobre a Formação da Nacionalidade**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil (Origens da Autocracia Burguesa)**. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **História de Portugal**. Lisboa: Palas Editores, 1977.

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. **História de Portugal**. Lisboa: Guimarães & Ca. Editores, 1977.

PEIXOTO, João. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. Lisboa: SOCIUS Working Papers – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

PEREIRA, Mirian Halpern. **A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)**. Portugal: Instituto Camões; São Paulo: EDUSC, 2002.

PIRES, Rui Pena. **Migrações e Integração**. Oeiras: Celta Editora, 2003.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História 14** - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História N. 14. São Paulo: PUC-SP, Fevereiro/1997.

PORTES, Alejandro. **Migrações Internacionais**. Oeiras: Celta, 1999.

REBELO, José. **Migrações e Minorias étnicas na Península de Setúbal entre 1981 e 1998: os contributos e os problemas para o desenvolvimento regional**. Porto: Comunicação para o VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2000. (Mimeo).

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RODRIGO, José Manuel López. As migrações na Europa. In: **Migrações: discriminação e alternativas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

ROSA, Maria João; SEABRA, Hugo de; SANTOS, Tiago. Contributos dos “imigrantes” na demografia portuguesa: o papel das populações de nacionalidade estrangeira.

RUGY, Anne de. **Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural**. Oeiras: Celta, 2000.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal**. Mem Martins – Portugal: Publicações Europa-América, LDA.,1995.

SERRÃO, Joel. **A Emigração Portuguesa: sondagem histórica**. Lisboa: Livros Horizontes, s.d.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz Análise de Conjuntura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

VERMEULEN, Hans. **Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura**. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)